UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÒS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

# EXPROPRIAÇÃO, LUTA E RESISTÊNCIA: A QUESTÃO CAMPONESA NO BAIRRO “MAQUININHA”, MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

**CARLOS VITÓRIO MARTINS JOVIANO**

**DOURADOS - MS**
**2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÒS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

# EXPROPRIAÇÃO, LUTA E RESISTÊNCIA: A QUESTÃO CAMPONESA NO BAIRRO "MAQUININHA", MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

**CARLOS VITÓRIO MARTINS JOVIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki.

**DOURADOS**
**2009**

**DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, que me ensinaram a ser camponês ao mesmo tempo em que me incentivaram a sair da terra para estudar, mas nunca permitiram que a terra saísse de dentro de mim.

A minha esposa Ivani, pela paciência e renúncia nos tempos difíceis e a meus filhos Paula e Vinicius, pela compreensão na ausência.

## AGRADECIMENTOS

O fim de uma tarefa é tempo de reconhecimento, sobretudo quando constatamos que a pesquisa não seria finalizada sem o auxílio direto e ou indireto de tantas outras pessoas e estabelecimentos, especialmente:

A Deus, que como criador atendeu e concedeu a sua criatura o dom de acreditar que chegar mais adiante era possível.

À minha família (Ivani, Paula e Vinícius), que não permitiram o meu esmorecimento e a meus pais (João e Eurídice), camponeses de origem e profissão, que sempre acreditaram naquilo que ensinaram a seus filhos.

À UFGD, pela estrutura e pela iniciativa de abertura da 1ª turma do curso de Mestrado em Geografia, da qual eu fiz parte.

À minha orientadora Profª. Márcia Yukari Mizusaki, lúcida sobre o papel que representa como professora e pesquisadora, oferecendo todas as condições para a realização desta pesquisa, sobretudo pela orientação segura e paciente nos momentos de dificuldades e incertezas. Obrigado por fazer parte deste momento tão importante da minha formação.

Ao Prof. Jones Dari Goetert, a Profª Lisandra Lamoso e ao Prof. Bernardo Mançano Fernandes, pelas leituras criteriosas e pelas discussões que embasaram este trabalho.

A todos os professores e professoras da pós-graduação pelo apoio, pelo companheirismo e pelas conversas de incentivo e

Ao Prof. Antônio Thomaz Junior e Prof. Fernando Perli, pela disponibilidade em realizar a leitura do Relatório de Qualificação em tão pouco tempo e pelas críticas e sugestões feitas no Exame, que mudaram o rumo da pesquisa.

Às famílias entrevistadas, pelo tempo dedicado, pelas longas e agradáveis conversas, Em especial, às 24 famílias do bairro “Maquininha” que consentiram abrir o seu universo camponês e compartilharam suas experiências.

Aos companheiros de Mestrado, especialmente, aos amigos Zé Roberto e Antônio Carlos, pelo café das madrugadas em Anaurilândia, pela companhia e trocas de pneus nas divertidas viagens noturnas nas estradas esburacadas, aos amigos Carlos e Walter Ferrari e suas histórias nos almoços e nas noites de hotéis e aos colegas Adriano, Adriano Arcari, Débora, Eliseu, João Vanderley, Júlio, Marcos,

Amábili, Michelle e Thaine, pelas discussões, pelas contendas e as divertidas conversas de intervalos.

Aos professores e amigos de trabalho, Fernando Perli, Marcheti, Sérgião Mantovani e Roberto Mancuso pelos incentivos, auxílios, descontração, paciência no stress e trocas de experiências e Raquel Sgarbi Ribeiro pela ajuda na tradução do resumo

À Profª Isabel Castanha Gil, pelas trocas de idéias e informações.

Ao Cleber e a Elaine da secretaria de Pós-Graduação do departamento de História e Geografia da UFGD, pela atenção e disponibilidade.

Ao senhor Natal Montanher e as empresas Usina Dracena, Usalpa, Laticínio Dracena, Cacretupi, pelos dados do setor alcooleiro e lácteo

Ao pesquisador da história de Dracena, Rogério Edson dos Santos por abrir seu acervo pessoal e pelo empréstimo de material fotográfico e de leitura.

Aos funcionários do IBGE, Hélio e Raul pelo fornecimento de dados e pelos mapas e Thiago da CATI pela disposição em repassar informações.

Aos colégios Objetivo de Tupi Paulista, Objetivo de Tupã, Objetivo de Junqueirópolis, ao Anglo CID de Dracena, ao Anglo Lumen de Guararapes e a Fundec pela colaboração, concessões e compreensão, permitindo que essa pesquisa fosse possível.

Aos meus alunos, motivo pelo qual busco estudar mais, pelo incentivo e por dar ouvidos à minhas histórias.

Enfim, a todos que de alguma maneira direta ou indiretamente fizeram parte desse trabalho, meu muito obrigado!

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café
AEHC - Álcool etílico hidratado combustível
AEAC - Álcool etílico anidro combustível
AIC - Acordo Internacional do Café
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Automóveis
CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia
CACRETUPI – Cooperativa Agrária de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.
CGG - Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo
$CO^2$ - Gás Carbônico
CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro
EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas.
FCT/UNESP Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente
FEPASA - Ferrovias Paulista S.A
Ferroban - Ferrovia Bandeirante
FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNDEC – Fundação Dracenense de Educação e Cultura
GERCA - Grupo de Racionalização da Cafeicultura
IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool
IAC - Instituto Agronômico de Campinas
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA – Instituto de Economia Agrícola
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

PAM - Produção Agrícola Municipal

PEA - População economicamente ativa

PROÁLCOOL – Programa nacional do álcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRRC - Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SINGA - Simpósio Nacional de Geografia Agrária

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourado

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIFADRA – União das Faculdades de Dracena

USALPA – Usina Alta Paulista

## LISTA DE FIGURAS


| | P. |
|---|---|
| Figura 1 - Vista aérea do bairro “Maquininha” ..... | **19** |
| Figura 2 - Fronteira entre o café e a mata nas frentes de expansão na região de Dracena. ..... | **41** |
| Figura 3 - Traçado das ruas de Dracena - Maio de 1947..... | **54** |
| Figura 4 - Marco inicial da implantação de Dracena. ..... | **58** |
| Figura 5 - Local do marco inicial da implantação de Dracena. ..... | **58** |
| Figura 6 - Churrasco em Dracena -1945..... | **60** |
| Figura 7 - Arrozal em Dracena – 1947..... | **61** |
| Figura 8 - Extração de Madeira em Dracena..... | **62** |
| Figura 9 - Serraria Dracena, de propriedade de Paulo Penko. ..... | **62** |
| Figura 10 - Visitantes em Dracena – 1945. ..... | **63** |
| Figura 11 - Propriedade de José Spadácio..... | **65** |
| Figura 12 - Localização das famílias japonesas. ..... | **73** |
| Figura 13 - Antiga escola rural do bairro Spadácio (“Maquininha”). ..... | **77** |
| Figura 14 – Antigo armazém do bairro “Maquininha”..... | **78** |
| Figura 15 - Pé de café com três anos – Dracena – 1946..... | **92** |
| Figura 16 - Vista área do bairro “Maquininha” em 2003..... | **102** |
| Figura 17 - Terreiro de secagem de café abandonado nas terras de L. Takeshita. ..... | **112** |
| Figura 18 - Casa abandonada – Antiga moradia de Jorge Takaki. ..... | **113** |
| Figura 19 - Casa abandonada – Antiga moradia de Augusto dos Santos..... | **114** |
| Figura 20 - Casa abandonada – Antiga moradia de José Pereira da Silva.... | **115** |
| Figura 21 - Pé de café com nematóide..... | **117** |
| Figura 22 - Lavoura de café intercalada com lavoura temporária..... | **122** |
| Figura 23 - Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka – Café Brasileiro..... | **123** |
| Figura 24 - Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka..... | **124** |
| Figura 25 - Prédio abandonado da Cafeeira Nova Paulista..... | **124** |
| Figura 26 - Máquina Yoshimura ainda em funcionamento..... | **125** |
| Figura 27 - Declaração de produção ao INCRA – 1992..... | **128** |
| Figura 28 - Foto aérea da Usina Alta Paulista..... | **141** |

| | |
|---|---|
| Figura 29 - Cana-de-açúcar em terras arrendadas de Lituo Takeshita à Usalpa. ..... | **146** |
| Figura 30 - Plantação de eucalipto para impedir o avanço da cana-de-açúcar. ..... | **156** |
| Figura 31 - Cafeicultura irrigada consorciada com acerola..... | **158** |
| Figura 32 - Plantação de café irrigado por gotejamento. ..... | **158** |
| Figura 33 - Pastagem irrigada consorciada com jaqueiras- Sítio São João.... | **159** |
| Figura 34 - Feira do produtor rural em Dracena – Sr. João e Esposa..... | **160** |


| **LISTA DE GRÁFICOS** | **P.** |
|---|---|
| Gráfico 1 – Produtos agrícolas em toneladas em Dracena - 1956..... | **80** |
| Gráfico 2 - Valor anual da saca de café no Brasil de 1946/77..... | **111** |
| Gráfico 3 - Produção do café em Dracena – SP (1956/96)..... | **119** |
| Gráfico 4 - Produção agrícola em Dracena/SP (toneladas) - 1996..... | **129** |
| Gráfico 5 - Produção de carros a álcool e flex fuel no Brasil - 1985 a 2008 .... | **138** |
| Gráfico 6 - Criação de gado bovino no município de Dracena-SP..... | **148** |

| **LISTA DE CROQUI** | **P.** |
|---|---|
| Croqui 1 - “Mapa” usado pela Emp. Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda. ... | **60** |

| LISTA DE TABELAS | P. |
|---|---|
| Tabela 1 - Número de propriedades do atual Bairro “Maquininha” – 1956. ..... | **66** |
| Tabela 2 - A posse da terra entre os grupos camponeses. ..... | **126** |
| Tabela 3 - A variedade de produtos entre os grupos camponeses. ..... | **127** |
| Tabela 4 - Produção agrícola em hectares em Dracena: 1995/96 e 2007/08. .. | **150** |

| LISTA DE CARTA GEOGRÁFICA | P. |
|---|---|
| Carta 1 - Bairro “Maquininha” - plantações de café e pecuária – 1975. ..... | **101** |

| LISTA DE MAPAS | P. |
|---|---|
| Mapa 1 - Localização da Região da Alta Paulista no Estado de São Paulo. ..... | **16** |
| Mapa 2 - Microrregião de Dracena ..... | **17** |
| Mapa 3 - Município de Dracena. ..... | **18** |
| Mapa 4 - Localização das Usinas Dracena e Usalpa. ..... | **142** |
| Mapa 5 - Área da expansão da cana pela Usina Dracena. ..... | **161** |

**SUMÁRIO** **P.**

**INTRODUÇÃO**. ..... 14

**1. CAMPESINATO E TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO AGRÁRIA EM DRACENA.** ..... 22

**2. A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DRACENA**. ..... 38

2.1 Posseiros e grileiros na frente de expansão. ..... 40

2.2 Colonização e recriação camponesa na Nova Alta Paulista..... 52

2.3 O campesinato no município de Dracena e a Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda..... 57

2.4 O Bairro “Maquininha” e a questão camponesa..... 64

2.4.1 A formação do Bairro “Maquininha”..... 64

**3. PRODUÇÃO E SUJEIÇÃO: ASPECTOS DA PRODUÇÃO CAFEEIRA NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO**. ..... 79

3.1 A produção camponesa e a formação da economia cafeeira. ..... 85

3.1.1 Características gerais. ..... 86

3.1.2 Auge e crise: encontros e desencontros. ..... 103

3.2 Os fatores de desarticulação da economia cafeeira. ..... 110

3.3 Desterritorialização e resistência: faces da (re)criação camponesa. ... 119

**4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL X CAMPESINATO: A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE DRACENA**. ..... 133

4.1 A expansão da cana-de-açúcar. ..... 134

4.1.1 Apropriação e sujeição: as estratégias de expansão produtiva..... 143

4.1.2 Estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra. ..... 151

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**. ..... 163

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**. ..... 166

**RESUMO**

A ocupação e territorialização do campesinato no município de Dracena, em especial no bairro “Maquininha”, se deu através de frentes de expansão formadas por camponeses posseiros ou proprietários, que praticavam a agricultura de subsistência e por grileiros, companhias colonizadoras e compradores de terras vindos das áreas antigas de plantação de café. O choque dos dois processos e a luta pela terra teve como consequência o desmatamento, a expansão de núcleos urbanos e a formação de pequenas propriedades, na maioria constituída de lavoura de café. Após a década de 1980, a crise do setor cafeeiro, desestimulou muitos camponeses que abandonaram e erradicaram muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo muitos camponeses, que desterritorializados, migraram para a cidade. No início do século XXI, o aumento do uso de álcool como combustível promoveu a reativação e implantação da agroindústria canavieira na região e expandiu a área cultivada com cana-de-açúcar, através da compra e do arrendamento de terras, tornando esse meio de produção cada vez mais concentrado, causando um novo impacto na luta pela terra e na estrutura fundiária do município. Por isso, alguns camponeses na luta pela permanência na terra criaram estratégias de resistência como cultivos alternativos, diversificação da produção, consorciamento de lavouras, melhoria técnica da produção, agregação de valor ao produto e venda direta da produção em mercados e na feira do produtor. Dessa forma, a análise da questão agrária no contexto da mudança da economia cafeeira para a cana-de-açúcar, e os seus efeitos para os camponeses são elementos importantes, sobretudo para compreender a reelaboração de novas formas de permanência e recriação do camponês.

**Palavras chaves**: territorialização; cafeicultura; camponeses; resistência; cana-de-açúcar

## RESUMEN

La ocupación y territorialización del campesinato en el município de Dracena, en especial em el barrio “Maquininha”, ocurrió a través de frente a la expansión hecha por los campesinos ocupantes y propietarios que ejercian una agricultura de manutención y “grileiros”, por compañias que hicieron la colonización y compradores de tierras que venian procedentes de las zonas de la antigua plantación de café. El choque de los dos procedimientos y la lucha por la tierra produjeron el deforestación, la expansión de los núcleos urbanos y la formación de pequeñas propiedades, en su mayoría compuesta de los cultivos de café. Después de la década de 1980, la crisis em la producción del café llevaran muchos de los campesinos a salir y erradicar el cultivo del café y con la desestabilización, los campesinos, ahora deterritorializados, se fueran del campo y migraran para la ciudad. En el inicio de siglo XXI, el aumento del uso del alcohol como combustible hizo la reactivación e implantación de la agroindustria canavieira en la región y expandió la superficie cultivada con caña de azúcar, a través de la compra y arrendamiento de la tierra, haciendo esse médio de producción cada vez más concentrado, lo que provoca un nuevo impacto en la lucha por la tierra y en la estructura del comercio municipal. Por eso, hay campesinos que aún luchan por la permanencia en la tierra y hacen estratégias de resistência como los cultivos alternativos, diversidad el la producción, consórcios de labranza, mejoría técnica de la producción, agregación de valor al producto y venta directa de la producción en los mercados y em las ferias del productor. Así, el análisis de la cuestión agraria en el contexto de la mudanza de la economía de café a la caña de azúcar, y sus efectos para los campesinos son elementos importantes, sobretodo para la comprensión de la reelaboración de nuevas formas de permanencia y reconstrución del campesino.

Palabras claves: territorialización; café; campesinos; resistencia, caña de azúcar

# INTRODUÇÃO

"Quem trabalha nessa terra
Não tem direito no chão.
Os maiores proprietários
Na terra nem sujam as mãos.
Isto é contra a lei divina
Cristo não dá o perdão.
A terra que era abençoada
Tá ficando amaldiçoada
Por causa da exploração".
(PRETTO)

A questão agrária é um tema de intenso debate entre os autores que se preocupam com o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Por isso, de tempos em tempos esse debate volta com novas roupagens, mas com a temática que continuamente está presente nas discussões, isto é, a discutir os problemas agrários como forma de tentar resolver problemas da distribuição de renda e justiça social.

Nesta pesquisa optamos pela análise da questão agrária no bairro “Maquininha” no município de Dracena, destacando a compreensão das formas de recriação, expropriação, luta e resistência camponesa diante da territorialização do capital ligado ao agronegócio. Nesse sentido, o primeiro desafio se revelou exatamente no plano teórico, já que a região é recente de ocupação e pouco pesquisada, portanto com pouco referencial bibliográfico, isso fez com que a escolha do tema fosse um fato relevante para explicar os conflitos entre capital e trabalho camponês na atualidade.

Para a concretização dessa pesquisa, foi realizado um minucioso levantamento bibliográfico em acervos particulares e oficiais sobre o município de Dracena, além de uma refinada leitura em obras sobre as abordagens da Geografia agrária, nacional e internacional para dar embasamento no plano teórico, principalmente quanto aos conceitos de camponês, de território e de frentes de expansão, sobre os quais observamos que não há concordância entre vários autores, havendo assim, necessidade de uma discussão teórica para alicerçar o assunto, além disso, também pesquisamos os dados fornecidos pelos Censos Agropecuários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e com o

levantamento de informações junto à LUPA (Levantamento Censitário de Unidades Produtivas Agrícolas), feitos pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo referente à produção de café, produtos temporários, pecuários e do setor canavieiro. Porém a principal fonte de análise do estudo foi a realização de 58 entrevistas com pessoas do município de Dracena e em especial do bairro "Maquininha", das quais 39 são camponeses, 12 abandonaram o campo e hoje moram na cidade e 7 são empresários, diretores e responsável técnico de instituições públicas e privadas ligadas ao setor agropecuário. Estas entrevistas foram compostas por temáticas diversificadas de acordo com o assunto relacionado em cada capítulo como a grilagem de terras, o modo de produção camponês e o arrendamento de terras.

A delimitação do bairro "Maquininha" deveu-se ao fato de ser a fração do território onde passamos a nossa infância até o início da vida adulta e que por isso despertou o interesse pela análise e explicação das mudanças, principalmente no que diz respeito à compreensão da colonização, da expropriação, da luta e da resistência do campesinato nesse local e no município de Dracena diante das modificações na estrutura produtiva com a modernização conservadora e as investidas do agronegócio. Assim, ressaltamos que além de motivações acadêmicas, o estudo deste tema também faz parte de uma realização profissional e pessoal, já que, ao mesmo tempo em que se adquiria a bibliografia sobre as particularidades do lugar, a realização das entrevistas com os camponeses do bairro fazia vir à tona a vivência de anos de trabalhos rurais em propriedades do município, onde as famílias se submetiam à lida de várias culturas para continuar o modo de vida camponês. Porém, essa intimidade e proximidade com as pessoas e com o lugar permitiu o contato direto com os moradores, que sem resistências para expor seus problemas e anseios, contribuindo sobremaneira para o trabalho de campo.

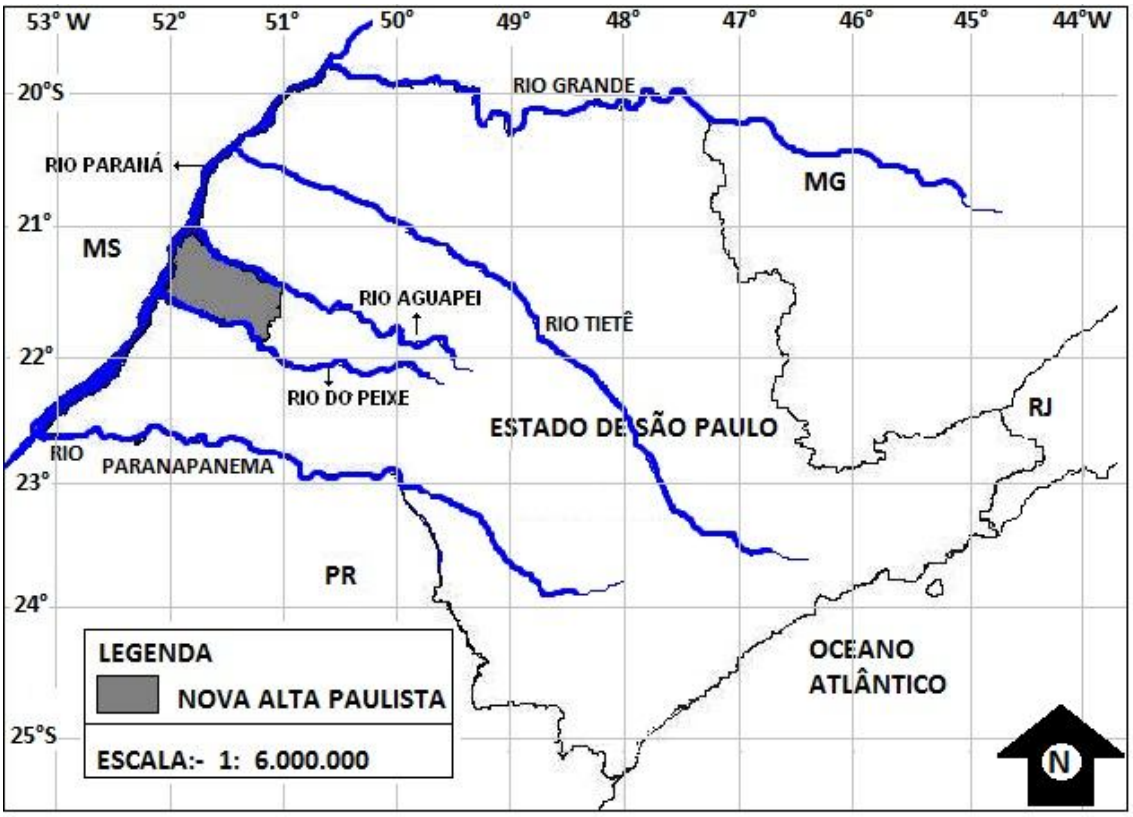
O município de Dracena, onde se encontra o "Bairro Maquininha", está localizado na Alta Paulista[1], área circunscrita na porção extremo ocidental do Estado de São Paulo, numa faixa estreita de terras, cercada pelas margens dos rios do Peixe ao sul e do Aguapeí ao norte, até o encontro destes com o rio Paraná.

[1] Região ferroviária do Estado de São Paulo, que se estende situada entre o Rio Aguapeí ou Feio e o Rio do Peixe, por onde passava o traçado do Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A ferrovia chegou a Tupã em 1941, de onde avançou para o oeste somente a partir de 1949, motivo pelo qual o extremo oeste dessa faixa é conhecida como Nova Alta Paulista.

Devido o relevo e a disposição dos rios, esta faixa de terras forma um espigão com aproximadamente 65 quilômetros de largura no sentido norte – sul e 250 quilômetros de comprimento no sentido leste – oeste indo da cidade de Garça a leste até a cidade de Panorama no extremo oeste, acompanhando a linha férrea da antiga CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro (atual Ferroban).

Seu extremo oeste foi colonizado a partir da cidade de Tupã, de onde a ferrovia avançou para o oeste somente a partir de 1949, motivo pelo qual a parte ocidental do esapigão é conhecida como Nova Alta Paulista[2] (Mapa 1)..

**Mapa 1 – Região da Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo**




FONTE: Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009

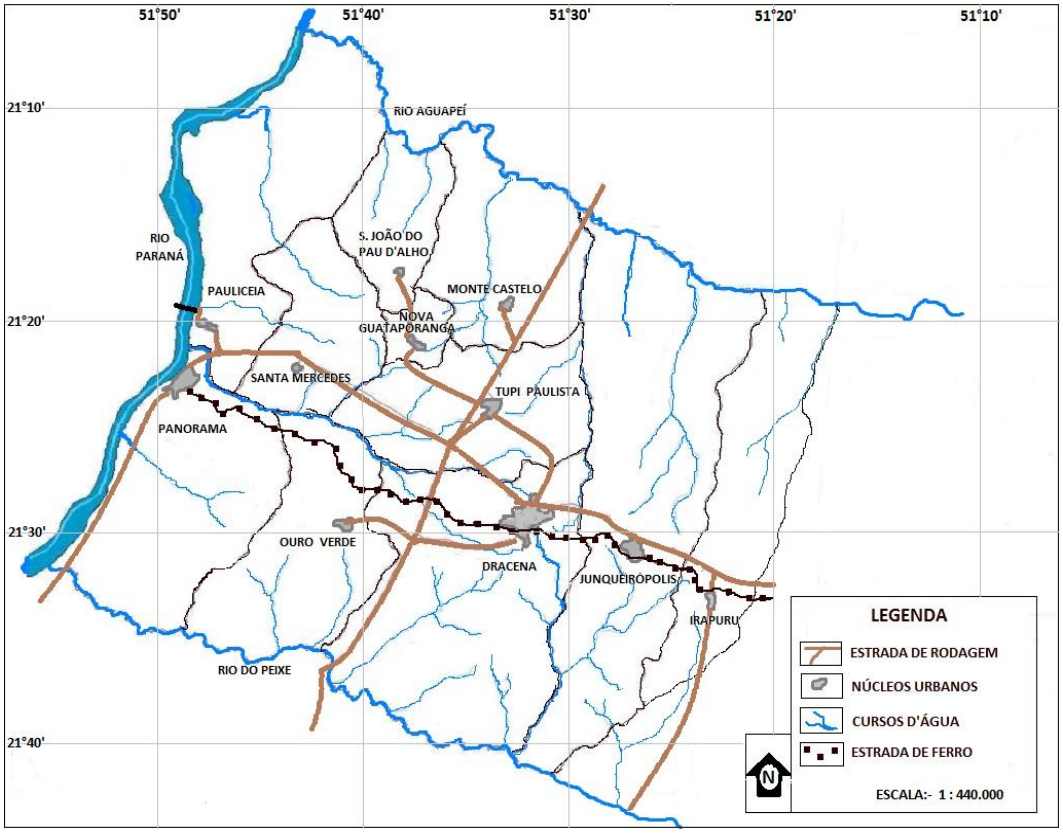
Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

[2] Segundo Gil (2004), a Nova Alta Paulista é uma sub-região composta por 24 municípios que recebe este nome por ser a última região do Estado a ser colonizada, por isso “Nova” e uma alta quilometragem (distância) das antigas áreas de plantação de café, por isso “Alta” e “Paulista” derivado do nome da estrada de ferro – Companhia Paulista de Estrada de Ferro – que cortou este trecho até o rio Paraná.

Este estreito espigão de inclinação suave para o oeste, de relevo planáltico com pequenas ondulações (Planalto Ocidental Paulista) e solos de latossolo vermelho amarelado, fase arenosa e podzolizado de média fertilidade possui altitude média de 420 metros no município de Dracena.

Pertencente 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, faz limites ao norte com Tupi Paulista; ao sul com Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Piquerobi; a leste com Junqueirópolis e a Oeste com Ouro Verde. É a cidade mais importante da Microrregião de Dracena (Mapa 2), composta por 11 municípios[3].

**Mapa 2 – Microrregião de Dracena**




FONTE: Base de georreferenciamento da Fehidro e Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

No que se refere ao clima, verifica-se na região durante o ano duas estações bem definidas: uma estação mais quente e úmida, com chuvas mais

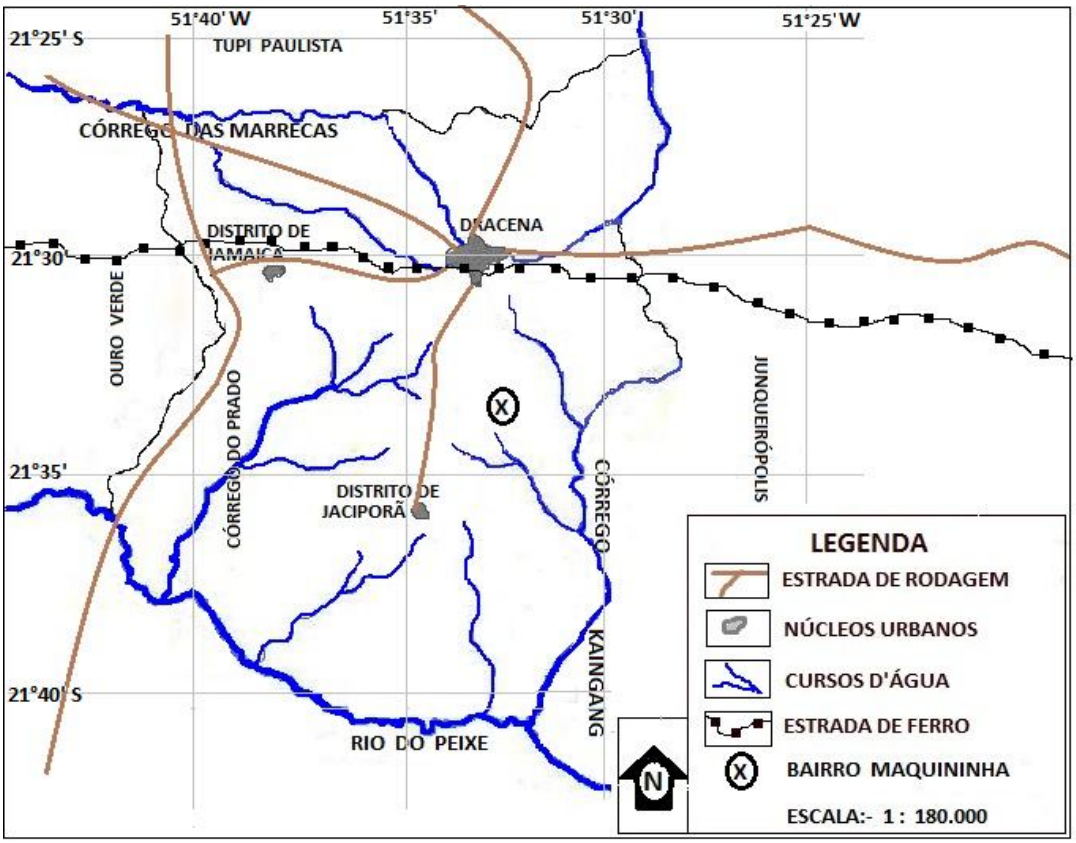
[3] Segundo o EDR de Presidente Prudente a Microrregião de Dracena é composta pelos municípios de Irapuru, Junqueirópolis, Dracena, Tupi Paulista, Santa Mercedes, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Nova Guataporanga, São João do Pau D'alho e Monte Castelo.

abundantes e freqüentes no verão e primavera e outra estação seca, com tempo estável no outono e no inverno, classificado segundo Monteiro (1973), como climas tropicais alternadamente secos e úmidos, com pluviosidade que oscila entre 1400 mm e 1600 mm.

Sua vegetação predominante é de cobertura florestal tropical pluvial, com um aspecto de mata fechada, motivo pela qual passou a ser conhecida por “Zona da Mata”, hoje praticamente extinta devido o desmatamento, restando apenas pequenas faixas úmidas nas proximidades dos córregos.

Com uma população estimada de 43.989 habitantes em 2008, segundo o IBGE, possui 92% desta população na zona urbana, incluindo a população dos dois Distritos de Jaciporã ao sul e de Jamaica a oeste, (Mapa 3).

**Mapa 3 - Município de Dracena**




FONTE: Base de Georreferenciamento da Fehidro e Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Dracena – 2009 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

Após a apresentação do bairro “Maquininha” (Mapa 4 e Figura 1), como recorte territorial da pesquisa, discutiu-se no primeiro capítulo a questão do campesinato e os caminhos teóricos metodológicos da pesquisa, segundo alguns clássicos internacionais como Chayanov (1974), Lênin (1985), Kautsky (1968), Shanin (1983), e nacionais como Martins (1975 e 2000), Woortmann (1990) e Oliveira (1991, 1996 e 2002), que oferecerão suporte conceitual para se compreender as perspectivas para a questão agrária em Dracena, através de leitura bibliográfica sobre o tema.

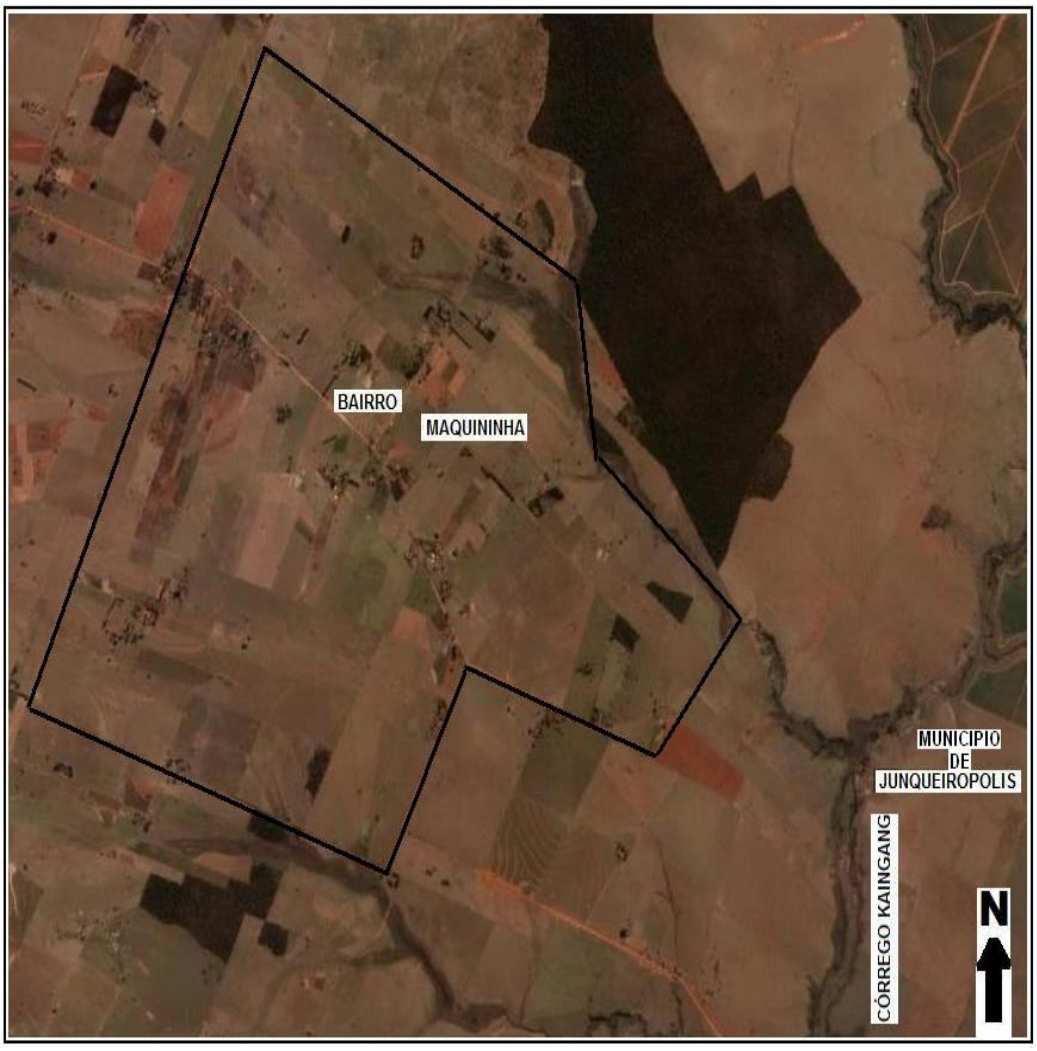



Figura 1 - Vista aérea do bairro “Maquininha”

Fonte: Digital Globo – 2003 - Organização e adaptação: Joviano, C. V. M.

No segundo capítulo, ainda através de leituras bibliográficas, pesquisas em instituições como museu, cartórios e acervos pessoais, além de entrevistas junto

a pessoas remanescentes ou parentes de agentes construtores da história do município de Dracena, apresentamos a compreensão das condições de recriação e reprodução do campesinato na área do atual município de Dracena através das frentes de expansão, destacando a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais, como posseiros, empreiteiros, parceiros e proprietários para vencer os obstáculos da territorialização do capital. Analisamos o conflito existente no âmbito da substituição das frentes de expansão pelas empresas imobiliárias, comerciantes de terras e quadrilhas organizadas para grilagem e a participação em particular da Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda., responsável pela fundação do município e pela venda de lotes de pequenas e médias propriedades aos ex-colonos das antigas zonas cafeeiras, que trouxeram para a região a plantação da cultura de café entremeada com produtos de subsistência.

Isto posto, no terceiro capítulo, trazemos para a análise a estruturação da produção camponesa no bairro “Maquininha” e a formação da economia cafeeira da unidade familiar, além das formas de sujeição da renda da terra nas relações camponesas entre parceiros e proprietários, como também nas relações entre camponeses e empresários compradores e financiadores de safras de café. Para isso foram necessárias várias entrevistas, visitas em cartórios, ao IBGE, às destilarias de álcool e leituras, para se fazer a análise do auge, da crise e da desarticulação da produção cafeeira, que deu início a um intenso processo de desterritorialização, abrindo caminho para a territorialização do capital no município de Dracena, representado pela expansão da cana-de-açúcar associado à implantação de usinas de açúcar e destilarias de álcool, como fica demonstrado no quarto capítulo. Isto, porém, não significa a expropriação e sujeição total da vida camponesa, pois apesar das estratégias de expansão produtiva do capital, analisamos também a resistência, as estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra, que fundamentou a idéia central da pesquisa.

A partir desse pressuposto entende-se que a pesquisa busca evitar a análise fragmentada e “atomizada” da questão agrária no município de Dracena, como também, deixar de responsabilizar fatos isolados para explicar o contexto socioeconômico atual. Daí a importância de se compreender e analisar a formação, a consolidação e a decadência da cafeicultura, que provocou a modificação da forma de produção de muitas famílias que, com o intuito de permanecer na terra, buscaram e criaram formas de resistência dentro das unidades familiares de

produção frente às estratégias de expansão e dominação do capital, em especial da cana-de-açúcar, no município em questão.

# 1. CAMPESINATO E TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO AGRÁRIA EM DRACENA

A questão agrária no capitalismo pode ser abordada sob diversas perspectivas teóricas, muitas delas, assentadas em interpretações clássicas, marxistas ou não marxistas. Em decorrência das diversas abordagens, tem sido tema de debate entre aqueles que se preocupam com o desenvolvimento das forças produtivas e também destrutivas. Com o passar dos tempos, esse debate vai e volta a ser ponto de grande cautela, com novas vestes, mas com a temática central que sempre esteve presente, ou seja, com a importância da resposta dos problemas agrários como forma de resolver problemas da distribuição de renda e justiça social.

Considerando-se que a agricultura é uma grande consumidora de espaço, a sua apropriação, o território, adquire relevância, nos estudos de Geografia Agrária. A atividade agrícola apresenta muitas particularidades em relação às outras atividades econômicas, devido ao fato de que, a terra, meio de produção fundamental na agricultura, não pode ser reproduzida e nem multiplicada pelo homem, da maneira como ocorre com os outros setores de produção.

Nesse sentido, a construção de conceitos é um processo amplo, necessário e em debate constante. Compreender esses processos é significante para a superação de uma visão apriorística contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Um problema relevante nas análises de pesquisadores diz respeito ao lugar ocupado pelo campesinato no contexto do processo de expansão do capitalismo no campo.

Compreendemos que além dos conceitos de campesinato, desenvolvimento do capitalismo e sujeição da renda da terra, o conceito de território também se mostra importante em nossa análise, principalmente para diferenciá-lo de espaço, pois o território congrega através de seus elementos, dinamismo histórico e atualizações permanentes em seu movimento de totalização.

Para compreender os camponeses é imprescindível, entende-los como uma classe específica que compõe a sociedade capitalista moderna, e, mesmo que estes camponeses não tenham o acúmulo de capital como finalidade principal, eles ainda se encontram inseridos no modo capitalista de produção.

Portanto, para um melhor entendimento sobre esse assunto é necessário a análise de alguns clássicos como Kautsky (1968), Lênin (1985) e Chayanov (1974). Na qual, os dois primeiros defendem a tese da extinção do campesinato, isto é, o desaparecimento do campesinato diante do desenvolvimento do capital, enquanto Chayanov (1974) situa sua análise na resistência da unidade econômica camponesa. Apesar de obras anosas, já que seus autores conviveram com as transformações da sociedade alemã e russa no final do século XIX e início do século XX, particularmente o papel destinado à agricultura e ao campesinato, elas ainda têm grande importância para os estudos na atualidade. Como exemplo, podemos citar os estudos de pesquisadores que se destacaram a partir do final do século XX, principalmente após os anos de 1960 e 1970, como Shanin (1983), Martins (1995 e 2000), Oliveira (1991, 1996 e 2002), que de certa forma, viveram as transformações da sociedade do Terceiro Mundo no pós II Guerra Mundial e pós-modernização da agricultura.

De um modo geral, o conteúdo das obras sobre a questão agrária, retrata, muitas vezes, a contenda acerca da difícil situação camponesa no trajeto do desenvolvimento do capitalismo. Assim, os estudos de Kautsky (1968) e Lênin (1985) se ampliaram na direção da oposição à teoria da reprodução do trabalho familiar camponês fundamentado na visão de que o desenvolvimento capitalista levaria o campesinato a um processo de desintegração.

Em sua obra A Questão Agrária, Kautsky (1968), analisou o início da relação entre a agricultura e a indústria afirmando que:

> É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias. Ao lado dele se encontra restos de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. (KAUTSKY, 1968, p. 21)

Kautsky (1968) afirma que o desenvolvimento do capitalismo na cidade desestruturou a vida camponesa, já que a procura por dinheiro levou o camponês a produzir o que a indústria não produzia. Assim a industrialização acabou com a auto-suficiência colocando-o na lei de mercado, sendo obrigado a vender parte da produção para conseguir dinheiro, surgindo a figura do intermediário e da submissão

do camponês ao mercado, sendo necessário se adequar à nova realidade, constata-se isso quando ele escreve que:

> O desenvolvimento da indústria urbana lança também o germe da dissolução da família rural primitiva. Inicialmente a propriedade do camponês continha a terra necessária à alimentação da sua família e às vezes mesmo para o pagamento do foro aos senhores. Mas quanto mais o lavrador caia sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, quanto maior era, por conseguinte o excesso de gêneros que devia colher e vender, tanto mais tinha necessidade de terra proporcionalmente ao tamanho de sua família, e permanecendo idênticas as condições de produção, para cobrir as suas despesas. (KAUTSKY, 1968, p. 29)

Além disso, prevendo a inclusão do capitalismo na agricultura e sua produção sendo dirigida pela dinâmica industrial, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista e deixa de ser camponês, tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado ficando dependente de atributos que antes era dele e o tornava o ator principal da produção, mas com a entrada do capitalismo na agricultura a tecnificação o suprime em grande parte, por isso:

> Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e pequena exploração. (...) se os pequenos camponeses desejarem realmente ter, por intermédio da associação, as vantagens da lavoura praticada em grande escala, não devem perder-se em desvios, mas caminhar direito a esse objetivo. (KAUTSKY, 1968, p.108).

Entendendo que, mesmo admitindo que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria, para Kautsky (1968), não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita das pequenas propriedades para a exploração industrial como fornecedoras de matéria prima e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados. Todavia, para isso sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, no qual poderá um dia resolver seus problemas.

> A grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará do inferno em que a sua propriedade privada hoje a acorrenta. A evolução social segue na agricultura o mesmo caminho que na indústria. As necessidades sociais, assim como as condições sociais,nesta como naquela, empurram no para a grande exploração socialista, cuja forma mais

> alta conjuga a agricultura e a indústria numa sólida unidade. (KAUTSKY, 1968, p.325).

Assim como Kautsky (1968), Lênin (1985)[4], também defendia a desagregação e o desaparecimento do camponês, porém, como uma tendência histórica, porque o campesinato representava a permanência de formas não-capitalistas (apud SHANIN, 1983, p. 54-55), pois para ele "a dificuldade camponesa estava na dinâmica das relações mercantis, na divisão do trabalho e na diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista." A ênfase passa da produção para as relações mercantis. Portanto, o processo estava em pleno curso através da dependência crescente dos camponeses em relação ao mercado, como, o crescente assalariamento, a industrialização do campo e baixa resistência à transferência da renda da terra aos capitalistas.

Lênin (1985) descreve a situação do camponês diante do processo capitalista, onde, na economia mercantil fica totalmente subordinada ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio, como para sua atividade agrícola. O processo de desintegração do campesinato, para ele, é conseqüência de diversos fatores, no qual Lênin analisou em um conjunto de dados sobre "arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado" (LÊNIN, 1985, p.94). Desse modo, através dessas informações, ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia. Nesse sentido, Lênin afirma que:

> O campesinato antigo não se "diferencia" apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin (1985) mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado, a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então "os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil" (LÊNIN, 1985, p. 202).

[4] Obra intitulada: "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia", elaborada em 1899.

Já Chayanov[5] (1974) referencia seu embasamento na conjectura do balanço trabalho-consumo, no sentido de apreender a razão camponesa e diferenciá-la da conduta capitalista, onde o camponês permanece de forma isolada perante a lógica da reprodução do capital, isto é, defende a idéia da permanência e recriação camponesa. Para o autor, a possibilidade de descamponização, era uma situação ligada ao ciclo de desenvolvimento da família, pois o que estava em andamento no campo, não era uma ação de distinção e antagonismo que levaria o camponês a um processo de desintegração, mas um conjugado de táticas que surgia da família para o campo, onde a proletarização ou a acumulação capitalista não era um fim, mas a própria reprodução camponesa. Assim, quando as atividades não agrícolas proporcionarem possibilidade de rendimento superior à agrícola, a mão-de-obra familiar migra para a primeira.

Para Chayanov (1974) o campesinato deve ser entendido como uma forma de economia natural, na qual inexiste o salário ou é mínima a possibilidade de acumulação. Nela, toda a atividade é orientada para satisfazer as necessidades da família que são, ao mesmo tempo, unidades de produção. A renda é resultado do trabalho conjunto dos membros da família, no próprio estabelecimento ou fora dele, nas atividades agrícolas ou em outras atividades, como o artesanato ou o trabalho sazonal.

Esta forma de abordagem coloca-nos frente a um conceito de campesinato de natureza híbrida na medida em que a unidade de produção camponesa trata-se de uma fusão entre uma unidade de produção e de consumo. É preciso entender também que estas não são dimensões separadas no cotidiano do camponês. No campesinato, o trabalho não é encarado como uma atividade exclusivamente direcionada ao lucro, mas como um meio para a manutenção da família, onde o objetivo final é o de saciar as necessidades.

> [...] podemos decir que en la unidad económica de explotación familiar los adelantos para renovar y formar capital se extraen del mismo presupuesto y están vinculados con el proceso de satisfacción de las necesidades personales y que, en todos los casos, su importe depende de la medida en la que pueden satisfacerse estas necesidades (CHAYANOV, 1974, p. 238).

A idéia central na análise de Chayanov é a consideração da subjetividade da tomada de decisão do camponês, uma vez que o camponês tem dificuldades em

[5] Referente a obra de Chayanov “La organización de la unidad económica campesina de 1925.

estabelecer divisões na receita bruta, no sentido de separar objetivamente os investimentos para manter o capital e para reproduzir a força de trabalho. Assim, suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar.

Uma das grandezas mais admiráveis das lutas dos camponeses no Brasil está situado no empenho em compor um lugar de vida e de trabalho. Assim a terra não é vista como uma mercadoria, mas como um patrimônio, uma providência de Deus. Nesta linha de análise está Woortmann (1990), na obra “Com parente não se neguceia” afirmando que a reciprocidade garante o princípio moral, recusando, o camponês, a benesse do lucro, pois nega de qualquer forma o negócio dentro do grupo, já que no negócio, segundo o imaginário camponês, um adquire vantagem sobre o outro. Dessa forma, o homem capitalista vive a oposição do homem moral.

> Muitos sitiantes são também negociantes, mas o negócio é percebido como a negação da moralidade, pois ele significa ganhar à custa do trabalho alheio. É percebido, então, em oposição ao trabalho e como uma atividade que não envolve honra. O negócio é pensado como imoral pelo próprio negociante, pois também para ele, que é igualmente sitiante, só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra - *a terra de trabalho* - é moralmente legitimo. (WOORTMANN, 1990, p. 38, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Woortmann (1990) busca apresentar de um modo inovador, uma alternativa para as tradicionais abordagens que distinguem o campesinato como uma simples força de trabalho. Ele cria a análise da ética camponesa, onde terra, trabalho e família não podem ser analisados separadamente porque a definição do campesinato e de seus sujeitos se acha no significado da terra e da família como aspecto de sua vida, de sua ética e de seu trabalho.

Woortmann (1990) afirma que os valores morais, éticos e sociais do camponês manifestam-se na relação com a terra, com o trabalho, com a família e com a sociedade. A terra é o apego que permite as relações sociais, enquanto que campesinidade convém para marcar uma ordem de valores do campesinato, apontada pelo nível de possibilidades maior ou menor desses grupos, quando comparada suas relações com outros grupos exteriores. Portanto, a campesinidade é distinguida por uma ética onde terra, trabalho e família são analisados de forma inter-relacionada, isto é, um não acontece sem o outro, e a relação entre eles é organizada principalmente pelos valores da honra, hierarquia e reciprocidade.

No Brasil, o camponês[6] tem se reproduzido quase que por completo, sob a constituição da fragilidade estrutural, ou seja, com poucas condições para desenvolver as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social. Assim, a formação do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional, e a dominação econômica, social e política da grande propriedade.

As análises da história passada e recente das ações do Estado relativas à questão agrária mostram que a elite agrária sempre concretizou os seus objetivos através do uso do poder e da influência que lhe é atribuída na esfera político-econômica do país. É notório que tudo o que se fez na política agrária, foi feito direcionado aos grandes proprietários rurais, em detrimento dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Assim, segundo Martins (1997) o centro da questão agrária não pode ser explicado por questões econômicas e sócio-culturais existentes no Brasil, mas sim na atuação política que vigora até hoje no cenário governamental através do uso do poder e da influência. Portanto, a questão agrária é fundamentalmente uma questão política.

Enfim, o agricultor camponês, no Brasil, permanece próximo da expropriação. Com sua propriedade comprometida como garantia de empréstimos para investimentos e, sobretudo para custeio das lavouras, ou endividado, já que os custos de produção são elevados, há, muitas vezes, desconhecimento e/ou falta de acesso às técnicas modernas de produção e dificuldades quanto à obtenção de subsídios e auxílio técnico.

Oliveira (2002), partilha da tese de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, seja porque as relações capitalistas não se estabelecem

---

[6] Martins (1981), afirma que o termo camponês, bem como seu correspondente latifundiário, foi uma transposição patrocinada por grupos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, inspirado na realidade russa. Essa importação reveste-se de uma dupla significação. Por um lado, buscaria imprimir o conceito político de classe à realidade agrária do país, homogeneizando sujeitos sociais e estabelecendo uma compreensão de conflito e antagonismo, a partir da inspiração teórica marxista, na tentativa de emprestar "atualidade" à realidade do campo no Brasil. Por outro lado, a uniformização do conceito possibilitaria dar às lutas camponesas, apontadas como práticas pré-políticas, arcaicas, de motivação messiânica ou milenarista, um direcionamento político-ideológico, a partir da condução da luta patrocinada pelos operários urbanos e sob orientação das vanguardas personificadas na figura dos intelectuais e dirigentes partidários.

de modo homogêneo no tempo e no espaço, seja pela luta das famílias camponesas para não perder as terras ou conquistá-las, seja porque o sistema se beneficia da produção camponesa.

> Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como conseqüência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

Para esse autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização e pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. Assim:

> (...) o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Diante disso conclui-se que, a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno à terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas duas últimas décadas têm assumido novas características, em virtude das transformações recentes no campo brasileiro:

> (...) as questões sociais no campo, como a posse da terra e a imposição de poder, são históricas, vindo desde os quilombos, passando pelo messianismo de Canudos na Bahia e do Contestado no Sul, pelas Ligas Camponesas no Nordeste, Formoso, Porecatu até chegar à organização do MST, mostrando que a luta pela terra é uma reação também histórica usada pelos grupos excluídos (OLIVEIRA, 2002, p. 18)

As obras de Fernandes (2000) e (2004) também partilham da tese da recriação do campesinato. Assim, o campesinato não está em processo de extinção, afirmando que as ocupações promovidas pelos movimentos sociais são uma importante teia de recriação camponesa, porque implica recuperar a condição material para a territorialização camponesa, que é a apropriação da terra.

Esta tese é refutada pelos teóricos da agricultura familiar, que tem construído a compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Além disso, procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar, na qual para Abramovay (1992), o camponês se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Assim:

> (...) a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx (ABRAMOVAY, 1992, p.36).

Para Abramovay (1992) o camponês possui cultura e economia incompleta, impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista. Portanto, o camponês é a melhor definição de resíduo feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, uma vez que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p.130).

A escolha pelo termo trabalhador familiar em substituição ao termo camponês não é inédito. Na década de 1980 se pensou em algo parecido como a substituição do conceito de camponês por pequeno produtor, como nos adverte Margarida Maria Moura.

> Há autores que distinguem camponês do pequeno produtor. Enquanto o conceito de camponês para eles é vago e indefinido, (...) Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que procede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez caracteriza o capitalismo (MOURA, 1986, p.13).

Porém, segundo Fernandes (2004), os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo, pois ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros de hoje, que é a luta pela terra:

> Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção, por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-80).

Para Fernandes (2001) o processo de empobrecimento e expropriação dos trabalhadores rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital. Portanto, a questão da expropriação da terra e do empobrecimento de pequenos agricultores é de subordinação, cujo caráter é político, pois como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

Martins (2000) se destaca no debate sobre a questão agrária, quando enfatiza que esta possui uma temporalidade própria. Assim:

> [...] contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. (...) A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. (...) o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, como aconteceu em outros [países], na extensão necessária que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesse e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (e político!). (MARTINS, 2000, p. 89-91)

Para Martins (1981), a Lei de Terras[7] de 1850 foi o marco divisor do campesinato brasileiro, pois se antes (de 1850) a concentração fundiária era produto do comércio negreiro, após passa a ser o monopólio de classe sobre a terra o fator principal da sujeição do trabalho. Portanto, o espaço do camponês passa a ser um e

[7] Com a aprovação da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras de 1850, que tinha por finalidade discriminar as terras publicas das privadas através da deliberação do Imperador brasileiro que áreas com títulos não registrados a partir de então se tornariam terras devolutas e proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra.

o espaço do fazendeiro passa a ser outro, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato.

O russo Shanin (2005) apresenta grande contribuição com relação ao debate sobre o uso ou não do conceito camponês. Para o autor:

> O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências "ocidentais", é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. (SHANIN, 2005, p. 05)

Numa análise mais atual sobre o campesinato o Sociólogo Teodor Shanin, proferiu algumas discussões no encerramento do III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), na cidade de Londrina- PR em 2008[8], onde afirmou que no século XXI os camponeses têm se mostrado muito criativos em situações de crise, principalmente quando:

> As soluções encontradas para o problema de como permanecer e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. (...) A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (PAULINO e FABRINI, 2008, p. 25 e 26).

Nesse sentido, para Shanin é necessário analisar a economia camponesa a partir da economia familiar, pois para ele de certa maneira "ela é mais eficiente" que as outras duas formas de economia, no caso a estatal e a economia de mercado. Isso ocorre por que:

> A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas, seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente que as economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade de resolver problemas que os outros tipos de economias não

[8] Sua conferência foi publicada na obra: PAULINO, E.T., FABRINI, J.E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

> resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (PAULINO e FABRINI, 2008, p. 27).

Assim sendo, o trabalho familiar justifica o significado da terra para o camponês, o chão passa a ter outro sentido, pois a terra não é território para se retirar renda, a terra é onde o camponês sustenta e garante a sua existência, assegura a continuidade da família camponesa com o trabalho familiar, que acontece na terra. Portanto é impossível separar a economia, a família e a terra no imaginário camponês, justamente pelo fato de que o trabalho familiar fornece o alimento a ela mesma e para isso ele precisa da terra, que não é somente local de plantar e colher, é também local de morar, de lazer, de rezar, de descansar, de reproduzir seus costumes. Assim, a terra para o camponês é o local onde ele territorializa o seu modo de vida.

Para compreender o território camponês é de suma importância analisar o conceito de território, notadamente para diferenciá-lo de espaço geográfico como é denominado de forma popular.

A origem do conceito de território, por sua vez, tem por embasamento as formulações de Friedrich Ratzel. Para ele, o território, é uma parte da superfície terrestre tomada por um grupo humano, onde a expansão do espaço vital constituía-se na própria razão de ser do Estado, de modo que, por meio da política, o espaço transformava-se em território.

Portanto, território tem a ver com poder, mas não somente ao poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

A primeira obra a criticar essa limitação ao debate sobre o território foi publicado por Claude Raffestin e tornou-se referencial. Raffestin (1993) parte de uma crítica ao que denomina “geografia unidimensional”, ou seja, o território que se referencia excepcionalmente ao poder estatal. De forma explícita, a análise deste autor vai de encontro à perspectiva ratzeliana.

Partindo dessa perspectiva semelhante, Raffestin (1993) entende o território onde o domínio é estabelecido a partir de relações de poder desenvolvidas no seu interior e destaca na sua obra o caráter político do território, bem como ao utilizar um ponto de vista marxista, afirma que o espaço não tem valor de troca, mas apenas valor de uso, daí é algo dado, pré-existente, com possibilidades potenciais, a partir de onde se produzirá o território.

Raffestin (1993), afirma que:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Dessa forma, o poder é relacional, pois está inerente em todas as relações sociais.

As vinculações dos homens com o território, dialeticamente, foram configuradas a partir das representações do ser humano acerca dos fenômenos e de suas relações com os mesmos. O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Assim afirma Raffestin:

> O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. Assim, "o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (idem, p. 144).

> O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, quando o espaço é dominado, pelo homem, que é o único com esta capacidade, o espaço torna-se território. Por isso o território também é um trunfo nas mãos de quem os detém e representa possibilidades para quem não o detém**.** Isto dá margem para buscar outra forma de explanação do território como "produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência" (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Nessa contradição, o território adquire uma nova identidade, centrada na coletividade que nele reside e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo é flexível, dinâmico e conflitante, por isso dialético, cheio de possibilidades que só se cumprem quando impressas e espacializadas no mesmo território.

As análises destes autores sobre campesinato e território são importantes referenciais para se compreender a dinâmica da territorialização camponesa no município de Dracena, principalmente quando se analisa os sujeitos responsáveis por essa territorialização.

A territorialização do município de Dracena foi mediada pelo processo de recriação camponesa, o que contraria as idéias de Kautsky (1968) e Lênin (1985), que defendiam a desagregação e o desaparecimento da economia não capitalista (camponesa) diante da expansão da economia capitalista. Contraria também a tese defendida por Abramovay (1992), quando alega que o camponês representa o atraso e que para permanecer devera ser transformado em agricultor familiar integrado ao mercado capitalista.

A territorialização camponesa no município de Dracena caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, pela agricultura de autoconsumo, uso da mão-de-obra familiar e relações de parentesco, vem ao encontro das idéias defendidas por autores como Martins (1981), quando afirma que:

> (...) as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (MARTINS, 1981, p. 43).

A contribuição de outros autores foi muito importante para a pesquisa como Shanin (2005), que defende a eficiência e a flexibilidade da economia familiar frente à outra formas de economias, o que explica a capacidade de reprodução, recriação e resistência camponesa no município de Dracena. Já Chayanov (1974), contribuiu para a compreensão do termo camponês, no sentido de entender a razão camponesa e diferenciá-la da conduta capitalista, uma vez que para o camponês a unidade de produção é também uma unidade de consumo. Nesse sentido, o termo camponês é adequado para a compreensão do processo de ocupação do município de Dracena, e, especificamente do bairro “Maquininha”, pois a territorialização

camponesa no bairro foi caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, pela agricultura de subsistência através da compra de terras e uso da mão-de-obra familiar. Além da caracterização do termo camponês também contribuiu no entendimento e caracterização do grupo familiar doméstico com parentesco e apego a terra, que também teve a colaboração da obra de Woortmann (1990), quando analisa o campesinato por uma ética na qual, terra, trabalho e família são interrelacionada, isto é, um não acontece sem o outro.

As contribuições de Oliveira (2002) e Fernandes (2004) são parecidas, pois os dois defendem que o campesinato tende a permanecer no capitalismo. Além de partilharem da tese da recriação do campesinato e que a questão agrária é uma questão política, seguindo-se tais perspectivas analíticas entende-se o porquê da territorialização, desterritorialização e reterritorialização do campesinato no município de Dracena e a luta pela terra frente a expansão da cultura da cana-de-açúcar.

É salutar compreendermos ainda, que o camponês que ocupou o extremo oeste do Estado de São Paulo e, em conseqüência, o município de Dracena é aquele perfil de camponês que vem atravessando toda a história econômica brasileira e que difere muito daquele camponês feudal europeu, pois enquanto aquele camponês feudal pertencia à terra, no caso do campesinato atual, é a terra que pertence ao camponês e nela territorializa o seu modo de vida. Portanto, na condição de sujeito histórico e formado ao mesmo tempo em que se implantava a propriedade capitalista no Brasil, é de se considerar que o camponês é essencial e inerente ao capitalismo, nascendo junto e sendo produto deste modelo, mas como se (re)cria na contradição, ele não depende do capitalismo para existir.

Segundo Paulino (2003, p. 213) “são as contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação da classe camponesa”. Nesse sentido, podemos afirmar que tanto a (re)criação como a resistência camponesa têm sua origem na própria expansão capitalista, já que o seu sistema está organizado para a produção e reprodução para o lucro, enquanto o campesinato produz e se reproduz para a vida.

Nessa perspectiva, podemos entender por que um grande contingente de camponeses veio para o município de Dracena para plantar café, mesmo sabendo que a cultura de café estava em crise a longa data, pois segundo Paulino (2003),

> O campesinato procura na terra, muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e

> comunitários, (PAULINO, 2003, p. 10).

Dessa forma, a lógica camponesa, apesar de ser inerente ao capitalismo, nos mostra que o campesinato não deve ser compreendido sob a ótica do capital, apesar de produzir dentro dele (capital), pois ele (camponês) não vê a terra como fonte de acúmulo. É nessa mesma perspectiva que Paulino (2003, p. 105) enfatiza que:

> (...) para diferenciar a agricultura camponesa da capitalista não basta tomar os níveis de articulação com o mercantil ou tecnológico de uma e da outra (...). Vamos sim encontrar a diferença na forma como as relações internas se acham estruturadas (PAULINO, 2003, pág. 105).

Assim, a história do campesinato em Dracena pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na sociedade. Interessa, portanto, saber, em que condições ele encontra estímulos ou obstáculos e, de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória.

# 2. A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DRACENA

Neste capítulo discutiremos os aspectos da dinâmica territorial do município de Dracena, de modo a entender como se deu o processo de (re)criação do campesinato e entender por que muitos camponeses vieram para essa região plantar café, mesmo sabendo que essa cultura estava em crise desde o final do século XIX.

Ressaltamos inicialmente que a crise da cafeicultura ocorreu na última década do século XIX e foi gerada pela superprodução de café que ultrapassou em muito a possibilidade de absorção do produto no mercado internacional. Por isso, na tentativa de se impedir uma crise ainda maior, o governo implantou uma política de valorização e sustentação do preço da saca de café, garantindo um valor que permitia a permanência da cafeicultura nas áreas de produção mais antigas, que devido o desgaste e a idade do cafezal tinha uma produtividade em baixa. Dessa forma, a política de valorização do café que garantia a sobrevivência dos cafeicultores da zona velha de produção decadente, também teve consequências nas terras novas do município de Dracena, como em todo o extremo oeste paulista, já que, as terras férteis da Nova Alta Paulista possibilitavam uma produtividade muito alta, e aliada a conservação dos preços elevados da saca de café pelo Estado, tornou possível o avanço da cafeicultura no município em busca de produtividade nas terras novas.

Admitimos ainda que, com a Lei de Terras de 1850, as terras devolutas deveriam estar acessíveis aos grandes fazendeiros e não aos trabalhadores livres, principalmente aos imigrantes, que deveriam trabalhar nas lavouras de café. Porém, para alcançar tal proeza, foi necessário instituir a ideologia de que era necessário ser trabalhador nas fazendas de café para, em seguida, ser proprietário, ou seja, para comprar o seu lote de terras, o imigrante tinha primeiro que fazer uma pequena poupança com os rendimentos do trabalho nas fazendas de café. Com esse propósito, os fazendeiros das antigas zonas produtoras de café, conseguiram implantar a idéia de que o trabalho é penoso e intenso, mas indispensável para a libertação, isto é, para o seu trabalho autônomo. Sobre este assunto Martins (1981), afirma que:

> (...) o trabalho não é considerado como uma atividade que enriquece a burguesia. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão. O trabalhador é considerado um patrão em potencial de si mesmo, sobretudo porque a condição de patrão é essencialmente concebida como produto do trabalho árduo e das privações materiais do próprio patrão, quando era trabalhador, regulados por uma espécie de prática ascética. A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é fruto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma 'virtude' universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha, (MARTINS 1981, p. 133)

Considerando que os colonos na maioria eram filhos de imigrantes europeus aficionados na luta pela superação da pobreza, ou ainda de nordestinos, que viviam a maioria na miséria, eram eles vítimas fáceis das intimidações dos patrões, que chantageavam seus colonos com ameaças de rompimento do contrato de trabalho, se algum deles se engajasse em entidades de classe ou sindicatos. Por isso, os colonos tinham pouca disposição para militância e iniciativas desse tipo, como assegurou Gil (2007, p. 115):

> O que ardorosamente desejavam esses colonos era realizar o sonho de tornarem-se proprietários e alguns, de voltarem para sua terra-natal. Assim, atentos a oportunidades promissoras, eles estavam sempre dispostos a recomeçar a vida em outra colocação que lhes oferecesse mais vantagens, até que, finalmente, pudessem ser donos do seu quinhão de terra.

Podemos considerar ainda que, a ocupação camponesa no município de Dracena se deu em meados da década de 1940, portanto, após a Segunda Guerra Mundial. Por isso para muitos camponeses despolitizados e com pouca instrução, e, que já tinham atravessado a recessão da crise da Bolsa de 1929, a crise que o café enfrentava seria somente mais uma temporada de recesso que seria solucionada com o aumento da produção nos terrenos férteis da Nova Alta Paulista. Portanto, mesmo sabendo que a cultura de café estava em crise[9], a maioria dos camponeses não a concebiam com lucidez.

[9] O café do Brasil já vinha atravessando um periodo de crise de preço desde os anos finais do século XIX, quando a superprodução e a consequente diminuição do consumo do produto no mercado internacional.

## 2.1 Posseiros e Grileiros na Frente de Expansão

Para refletir sobre uma sociedade e o território por ela produzido cumpre investigar a formação do território a partir da relação dinâmica local com o conjunto social, decorrente do modo de produção. Dentro desse contexto tornou-se essencial entender o processo de produção do território do município de Dracena, a partir do estudo e da análise do avanço das frentes de expansão, pensando este espaço como uma totalidade e numa perspectiva que engloba o conflito e a dominação política e econômica em áreas de fronteira. Por isso, neste item da pesquisa apontaremos algumas questões que consideramos imprescindíveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização do município de Dracena, no Estado de São Paulo, tendo como referência para a análise do processo de ocupação o conceito de frente de expansão, que se difere da frente pioneira, conceito utilizado por geógrafos após meados do século XX.

Para Martins (1996), o termo frente expansão:

> (...) tornou-se de uso corrente, até mesmo entre Antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação de espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. (MARTINS, 1996, p. 28)

Para Martins (1996, p. 28), essas diferentes concepções “são modos de ver a fronteira”, já que as duas concepções têm observações importantes, pois tanto a concepção geográfica do pioneiro empreendedor como a concepção antropológica mais preocupada com o impacto da expansão não índia sobre as populações indígenas têm seus lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada.

Martins (1975) crítica o conceito de frente pioneira ao afirmar que nela não aconteceria uma estruturação sócio-espacial nova, alicerçada em relações particulares que articulariam a vida social nesse lugar. Essas relações não seriam pioneiras, pois “o novo, que é uma das dimensões do conceito de frente pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social”, pois antes do pioneiro empreendedor chegar na fronteira, está já era ocupada por indígenas e por posseiros (MARTINS, 1975, p. 45). Este fato pode ser ressaltado no

município de Dracena, durante a sua colonização quando os novos habitantes iam derrubando o mato e plantando café, como podemos observar na Figura 2, a plantação de café no município de Dracena, tendo como limite a floresta fechada ao fundo.

Figura 2 - Fronteira entre o café e a mata nas frentes de expansão - região de Dracena
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos - 1945

Portanto a incorporação de novas áreas ao processo produtivo é o que há em comum entre as duas frentes (de expansão e pioneira), como podemos observar na caracterização de frente pioneira, ou seja, uma estrutura,

> (...) que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como conseqüência 'rebarbativa' da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto chave da implementação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975, p. 47).

Segundo esta análise se conclui que a frente pioneira enfoca a ocupação e implantação da propriedade privada, efetivamente capitalista, pois conforme a frente pioneira se consolida, as atividades do lugar são reorganizadas, a partir, sobretudo do mercado imobiliário de terras, portanto a partir das relações de mercado. Na frente de expansão, no entendimento de Martins (1975) enfoca-se o uso e ocupação do solo por meio das relações não efetivamente mercantis, sendo realizada basicamente por posseiros e ocupantes[10], que efetuam o uso privado das terras devolutas, sem deter o titulo de propriedade, onde produzem para a própria subsistência e as condições de vida são adequadas pelo nível de fartura e não pelo grau de riqueza. Assim para o autor:

> É essa faixa com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais que se pode conceituar como frente de expansão (...). Todavia as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois, a apropriação das condições de trabalho, isto é, a terra, não se faz como empreendimento econômico. (...) é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar da terra em decorrência da satelitização das relações de troca (...). O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (MARTINS, 1975, p. 46).

Desse modo, a diferença entre a frente pioneira e a frente de expansão está na prática econômica, já que a frente de expansão é caracterizada pela economia do excedente, onde os participantes dedicam-se à própria subsistência e em segundo plano a troca do excedente por produtos que estão na pauta das necessidades, enquanto a frente pioneira é evidenciada por relações de produção capitalistas, pela instalação de empreendimentos econômicos e representa uma das expressões da reprodução ampliada do capital com sua reprodução extensiva e territorial, fundamentada na conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada. Como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado. Assim passa-se da economia de subsistência, da produção de excedentes, para a produção de mercado.

[10] Grande parte da população da frente de expansão continua a empregar-se no desbravamento de novas áreas, pois, não tendo a propriedade da terra, viam-se submetidos ao processo de consolidação do lugar em que estavam ficando cada vez mais à mercê do capital que se instaurava na antiga frente de expansão.

Neste contexto conceitual, conclui-se que não é uma regra geral que as frentes tenham que ocorrer isoladas, podendo perfeitamente ocorrer juntas, pois o fato de um espaço ter iniciado sua ocupação por uma frente de expansão não elimina a chance de também ocorrer a frente pioneira, ou ainda, que as duas ocorram simultaneamente ou até mesmo que ocorra somente uma modalidade de ocupação.

A compreensão do processo de ocupação do município de Dracena foi realizada pelas duas ações, tendo uma frente de expansão inicial representada por posseiros, que avançaram em direção a oeste, se apossaram de terras para a agricultura de subsistência, e posteriormente, as Companhias Colonizadoras e compradores de terras vindos das áreas antigas de plantação de café, de Minas Gerais e das regiões vizinhas como Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Tupã, além das vilas menores, porém mais próximas como Valparaíso, Andradina, do lado norte e Presidente Epitácio e Santo Anastácio do lado sul. Estas vilas menores, apesar de estarem praticamente na mesma distância em relação à capital e os centros maiores, desde a década de 1920 eram núcleos urbanos servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em pleno funcionamento em função do desenvolvimento da cafeicultura, enquanto na Nova Alta Paulista, os trilhos da estrada de ferro chegaram depois que o povoamento tinha se efetivado.

O processo de ocupação no município de Dracena foi marcado por conflitos violentos entre a frente de expansão inicial e as populações indígenas[11], e posteriormente, entre os ocupantes da frente de expansão e os grandes proprietários de terras (lícitas ou ilícitas) organizados em Companhias Colonizadoras que integravam a frente pioneira, impulsionados pela grande quantidade de terras férteis que havia no espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí no oeste da Nova Alta Paulista para comercialização e expansão dos cafezais.

Neste processo de ocupação, evidencia-se que a colonização da Nova Alta Paulista, e, em conseqüência o município de Dracena, apesar de ter sido de economia predominantemente cafeicultora, esquivou-se em partes das regras impostas pelo processo histórico de ocupação realizado pelo café, que no Estado de São Paulo teve um avanço contínuo no sentido leste – oeste, saindo do Vale do

[11] Na região da Nova Alta Paulista, os índios eram pertencentes ao povo Kaingang.

Paraíba chegando até as barrancas do rio Paraná. Todavia, no caso do extremo oeste da Nova Alta Paulista, a colonização além do avanço no sentido leste - oeste, também se deu no sentido norte-sul, através de estradas que atravessavam o espigão entre o rio do Peixe e rio Aguapeí, fazendo a interligação entre algumas cidades cortadas pelas E. F. Sorocabana e a E. F. Noroeste do Brasil.

No início da década de 1920 chegam as primeiras frentes na Nova Alta Paulista, atraídas pela disputa entre as duas companhias ferroviárias na construção de rodovias que levaria ao "desbravamento" das terras do espigão Peixe-Aguapeí. Neste contexto, foram abertas algumas estradas com sentido norte – sul, ligando a região ao norte do rio Aguapeí com a região ao sul do rio do Peixe, atravessando os dois rios em vários pontos.

Monbeig (1984) abordou a existência de passagens abertas em matagais do sul e norte do espigão Peixe-Aguapeí, tendo em vista, a passagem de conquistadores e a saída de produtos. No entanto, após a década de 1940, devido à expansão da linha férrea em direção ao oeste da Alta Paulista, essas passagens perdem importância.

A forma como se apresenta na maioria das vezes, a história da colonização das terras do extremo oeste paulista pode nos apresentar a falsa impressão de que a terra era acessível a todos[12]. Porém, não era. As empresas de colonização, ao atingir a frente de expansão, já encontravam uma estrutura de domínio "estabelecido". Neste caso, é de bom grado abandonar a agradável e atraente imagem do "pioneiro", que fundava a sua propriedade na mata virgem, pois esta operação de posse era conflituosa, já que o grileiro e o posseiro eram precursores a estas empresas.

Foram vários os pontos de travessia do espigão destes precursores da região da E. F. Sorocabana para a E. F. Noroeste, denominados "caminhos verticais[13]", porém para a região de Dracena, segundo Perli (2006), destacava-se:

---

[12] Para Monbeig (1984) a condição jurídica das terras, num Brasil que havia sido domínio português, trazia sérios obstáculos à colonização. Juridicamente não existiam terras sem proprietários, portanto, terras livres (...) os pioneiros paulistas jamais puderam dispor de terras gratuitas: nada é mais estranho à faixa pioneira brasileira que a terra devoluta

[13] Denominação dada pelo Professor Fernando Perli, para os caminhos que cruzaram o espigão Peixe-Aguapeí, entre as décadas de 1910 e 1940, constituindo-se em estradas que interligaram povoados e cidades das regiões Noroeste e Alta Sorocabana, ambas localizadas no Oeste do Estado de São Paulo e de suma importância no processo de colonização da Zona da Alta Paulista. Perli, Fernando, Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista, revista Omnia, FAI, 2006

> (...) uma estrada ligando os povoados de Andradina, Presidente Venceslau e Santo Anastácio, que se ramificava atingindo várias glebas no espigão Peixe-Aguapeí, uma rota fluvial pelo grande rio auxiliou na colonização de terras e na implantação da pecuária na antiga região das Marrecas, nome em referência ao ribeirão afluente do Paraná. (PERLI, 2006, p. 42)

Para Perli (2006), este caminho vertical atravessava glebas extremamente amplas, "compradas e adquiridas por famílias tradicionais" (Id. Ibidem, p. 42). O mais expressivo destes latifúndios era a fazenda Boa Esperança do Aguapehy, considerada o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí, de posse de Alcino Ribeiro da Costa. Abrangia grande extensão na região Noroeste e entrava no espigão, incluindo a aguada do córrego das Marrecas[14]. Contudo, após meados da década de 1920, a vinda de colonizadores para a região realizou-se através de um caminho que se diferenciava dos demais caminhos verticais. Tratava-se da via fluvial do rio Paraná, usada por pessoas influentes que vinham para conhecer seus domínios nas proximidades do vale do córrego das Marrecas no rio Paraná. Sobre este novo trajeto, Perli (2006) reitera que:

> (...) com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Porto Epitácio no ano de 1924, ficou mais fácil para os colonizadores chegarem até a vila e subirem o grande rio em embarcações cada vez mais sofisticadas. Ao desembarcarem nas proximidades da barra do ribeirão das Marrecas, infiltravam-se nas matas em lombos de burros e tropeiros fixados na região. (PERLI, 2006, p. 42)

Outros "empreendedores"[15] pleitearam e colonizaram terras imediatas ao ribeirão das Marrecas, onde os trabalhos iniciais de colonos destas terras foram feitos por administradores contratados pelos detentores de posses, existindo uma relação de parceria hierarquizada, descrita assim por Perli (1999):

> Num primeiro plano, situavam-se os donos de glebas que raras vezes aportaram por estes lugares. Em segundo, estavam os administradores das empreitadas que possuíam vínculos de compadres com os donos, mantidos por uma relação de confiança. Em terceiro, enquadravam-se aqueles que,

---

[14] O córrego das Marrecas tem sua nascente a poucos metros do prédio atual da Prefeitura Municipal de Dracena, localizado no centro da cidade.

[15] Pessoas que tomavam posse de extensos lotes de terras através de compra ou troca, para posteriormente, dividir estes lotes em propriedades menores que seriam vendidas aos camponeses.

> mantendo relações com o administrador, propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clarões para a introdução do gado. Em quarto, situavam-se trabalhadores que recebiam pelos serviços gerais de desmatamento ou de segurança da posse de terras (PERLI, 1999, p. 27).

A estrada que unia Santo Anastácio a Andradina foi caracterizada por Perli (2006), como sendo o caminho para a entrada da primeira frente de expansão nas proximidades de Dracena. Porém, os rumores de que a Companhia Paulista de Estrada de Ferro atingiria o rio Paraná passando pelo espigão da Nova Alta Paulista, permitiu novos avanços de fazendeiros e aventureiros na aquisição de glebas de terras, criando um imenso imaginário especulativo sobre o local onde passaria os trilhos da ferrovia, o que poderia representar o progresso ou a frustração de seu empreendimento.

Com isso, a disputa por pedaços de chão teve como consequência o contato dos proprietários de imobiliárias com a frente de expansão, sendo que o primeiro era representado pelos negociantes de terras e o segundo pelo ocupante, caracterizado pela forma de ocupação da terra através da posse e identificada na pessoa do posseiro, que não tinha o documento da propriedade ou não dava importância ao seu valor jurídico.

Neste local de contato, a posse da terra foi marcada por práticas como corrupção de cartorários, demarcações, tocaia a posseiros, remuneração “extra” a topógrafos e jagunços.

Lobato (1948), assim define a prática da grilagem:

> (...) o grileiro é um “alquimista”. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães e, novo Jeová, tira a terra do nada (...). Envelhecer um título falso, ‘enverdadeirá-lo’, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-nos muito mais autêntico do que os reais. (LOBATO, 1948, p. 11).

Os documentos forjados representavam a base dos conflitos de terra nas frentes de expansão e somente detentores de capital poderiam tomar parte desses negócios ilegítimos, daí concluir que, ex-escravos, imigrantes e os próprios posseiros, que já tomavam as terras bem antes da vinda do “pioneiro” não tinha acesso a esse tipo de negócio por falta de dinheiro ou por ignorância em relação à

lei. Como exemplo, podemos citar a demanda apontada em nota de rodapé na pesquisa de Leite (1998), obtida junto ao jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, de 27 de julho de 1944, de autoria da Companhia Pastoril Agrícola Paulista:

> (...) alegava que, tendo medido a área a pedido dos proprietários, em 22 de abril de 1923, recebera como pagamento uma área de 41.334 alqueires os quais compunham todas as terras que vertem para o ribeirão dos Bugres, da Ilha, do Fogo, Santa Maria e Emboscada, todos à margem direita do rio do Peixe. Como a Companhia deixasse de ocupar efetivamente as ditas terras, essas achavam-se invadidas por intrusos, motivos pelo qual requeria na justiça sua expulsão. (LEITE, 1998, p. 53)

Por isso Martins (1981) pede atenção para o fato de que foi exatamente nos locais mantidos à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, que o advento da terra-mercadoria[16] foi marcado por convulsões sociais. Demarcar terras devolutas, desenvolver programas de colonização, grilar terras, etc., significava expulsar posseiros, bem como desrespeitar o direito costumeiro dessas populações.

Apesar do "obstáculo" gerado pela Lei de Terras estabelecida no Brasil em 1850, a biografia da ocupação da Nova Alta Paulista e em especial as terras onde está o atual município de Dracena, a partir da década de 30 do século XX, é conduzida por uma busca incessante por novas terras, elevando seus preços devido à demanda, criando quadrilhas organizadas para grilagem[17], demandando uma corrida no sentido de legalização de documentos ilegais em cartórios venais que atestavam que as terras griladas eram herdadas, ficando, com essa providência, legalizadas.

Para assegurar a grilagem, o grileiro usava dos serviços dos "bugreiros[18]", que se caracterizava pela ação truculenta contra os índios Kaingang e na "ponta" da

---

[16] Lei de Terras de 1850.

[17] Segundo Márcia M.M.Motta em sua obra, A Grilagem Como Legado, Rio de Janeiro, 2001, o termo grilagem surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel contendo um tipo de "comprovação" de propriedade dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa falsária visa comprovar a antiguidade de sua ocupação.

[18] Termo que se origina da palavra bugre, pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas, também prestava serviços de proteção a viajantes, tropeiros e agrimensores quando necessitavam atravessar ou permanecer em territórios onde a presença indígena era freqüente.

frente de expansão estava a figura do posseiro, que se adiantava e estabelecia-se no limite da fronteira pelo único mecanismo de ocupação da terra. Sem título de propriedade, cultivava pequenas lavouras e criava gado e porcos. Era a única, porém precária estrutura instalada, usada por viajantes e até grileiros que por sua região agiam. Todavia, a atuação dos posseiros provocou uma série de conflitos e imprecisões no que diz respeito à legitimação da propriedade privada na Nova Alta Paulista.

Este processo teve sua gênese caracterizada por uma cadeia de operações ilegais, ocupações de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo grandes proprietários de terras de nomes conhecidos na região, até pequenos camponeses posseiros. Embora não seja o mérito da pesquisa é salutar citar que este processo de grilagem nos vales dos rios do Peixe, Aguapeí e Paranapanema teve início no século XIX com as grilagens das terras que formaram as fazendas Boa Esperança do Aguapehy (Rio do Peixe) e Pirapó-Santo Anastácio[19]

O avanço da especulação das colonizadoras e imobiliárias desencadeou inúmeros conflitos violentos que marcaram profundamente a história da ocupação e posse da terra no município de Dracena e municípios vizinhos, na qual os atores que fazem parte desse drama são, na maioria das vezes, grandes latifundiários, chefes políticos locais e grileiros organizados por trás de imobiliárias e repartições cartorárias nefastas e, do outro lado estão os camponeses que compraram pequenos lotes de terras e posseiros que habitavam a região a algum tempo de outro, que, na ânsia de ter um pedaço de terra arriscava a sorte ou ignorava a lei, tornando a área palco de violentos conflitos nas décadas de 1930/40/50.

[19] Segundo Leite (1998), Antônio José de Gouveia requereu o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com uma área aproximada de 300.000 hectares de terras, abrangendo a margem direita do rio Paranapanema, subindo 10 léguas à margem esquerda do rio Paraná, sentido norte, e entrando para leste pelo vale de um rio denominado pelo proponente de rio Pirapó até chegar novamente ao rio Paranapanema. Porém, ainda nesse mesmo mês, José Theodoro de Souza requereu junto a paróquia de Botucatu semelhante registro paroquial de uma imensa área de terras, mais extensa que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas nascentes do rio do Turvo, nas proximidades da atual cidade de Bauru e Agudos, atingindo as margens do rio Paraná no oeste do Estado, que foi denominada pelo requerente como fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou fazenda Rio do Peixe. A demarcação destas fazendas é considerado o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí e parte do Pontal do Paranapanema.

O combate se fazia através da luta pela permanência na terra e por apelos e denúncias às autoridades por parte dos posseiros e camponeses a prefeitos, delegados e juízes, sendo que em diversas situações verificaram-se até mesmo ações armadas, como formas de autodefesa contra os abusos dos grileiros.

Eram poucos, os casos de posseiros das frentes de expansão, que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, pois as forças de resistência eram praticamente individualizadas, não se constituindo em frentes organizadas, além do que a população rural residente na área até então eram grupos sociais com pequeníssima articulação social e política, com acesso muito limitado aos organismos jurídico-legais e de precária formação educacional, o que ajudava ainda mais para tornarem-se presas fáceis do método de falsificação de documentos que era a base dos conflitos que resultava na saída forçada de boa parte destes camponeses das terras que ocupavam na região.

Como exemplo de expulsão de camponeses que compraram pequenos lotes de terras, podemos citar o caso do povoado da União[20] que ocupava uma área entre os atuais municípios de Dracena e Junqueirópolis. Segundo Perli (2006, p. 48), “pequenos proprietários rurais tentaram formar, em meio a problemas de grilagem, o povoado da União” em terras compradas de Tancredo Ayelo, num acordo de venda de pequenos lotes a camponeses, na maioria migrante nordestino e descendente de imigrante japonês. Porém, quando estas terras, já estavam em fase de ocupação, José Maria Figueiredo, colocou-se como dono da gleba e contestou a venda dos lotes aos camponeses, ficando evidente o problema de grilagem, já que tanto Tancredo Ayelo como José Maria Figueiredo, punham-se como titulares das terras, que já estava em fase de ocupação pelos camponeses. Todavia, enquanto os dois latifundiários entravam em disputa judicial, um terceiro latifundiário, Victor Camargo Bodini também reivindicou parte das terras, e, na divisão das terras entre eles, os camponeses que haviam pagado por estas terras, foram os únicos que não tiveram acesso a ela, pois foram expulsos de suas posses na segunda metade da década de 1940, como relata em entrevista o filho de imigrante japonês Kinji Tamura:

[20] A origem do nome desse povoado decorreu da "união" formada entre pequenos proprietários interessados em sustentar suas posses, mesmo com as pressões estabelecidas por grandes latifúndios, que comprimiam o povoado, como o latifúndio do Coronel Elisário Ramos, de grande mando político, suficiente para legitimar suas posses, além de Álvaro de Oliveira Junqueira e Victor Camargo Bodini, o primeiro ficou conhecido por adquirir parte das terras do coronel Ramos e fundar a Vila Junqueira, atual cidade de Junqueirópolis, enquanto o segundo por trancar estradas para impedir o seqüestro de madeiras, (PERLI, 2000, p. 48).

> Papai comprou 20 alqueires de terra de um corretor de terras de Bastos em 1945, que disse que quando a gente acabasse de pagar as terras o dono da terra dava a escritura de tudo, mas ele (o corretor) não pagou o dono da terra. Teve gente que já tinha feito a casa, derrubado o mato e plantado café, quando apareceram os capangas do Zé Maria (José Maria Figueiredo) e do Bodini (Victor Camargo Bodini) dizendo que era para sair que a terra não era da gente, (...) muitos (camponeses) disseram que não ia entregar as terras, aí eles (jagunços) faziam tocaias. Muitas pessoas morreram ali. Papai tentou negociar, mas eles não quiseram conversa e tivemos que sai para não morrer, (KINJI TAMURA, 74 anos, entrevista em 11/06/2009)

Segundo Cobra (1923), o chefe político que se sobressaiu na região tem como predicado principal o amedrontamento imposto ao adversário, principalmente quando usa de todos os modos violentos para perseguir “mandando dar pancadas” e até mesmo eliminando aqueles mais arredios. Este chefe político “mantém em torno de si uma turma de capangas (...) que executam o trabalho” (COBRA, 1923, p. 150). Como se observa na entrevista feita com o ex-jagunço de uma fazenda em Dracena, quando perguntado sobre os serviços que ele fazia na fazenda:

> Que era serviço fácil a gente sabia que não era, porque se fosse fácil não era preciso andar armado, mas eu era moço novo e precisava de trabalho aí topava qualquer coisa na vida. [...] O Dr. deu uma espingarda, uma garrucha e um cavalo prá cada um e disse que era pra gente se defender. No começo eu fiquei com medo, mais devagarzinho a gente foi se acostumando. [...] Nós tomávamos conta de empreita de derrubada, vigiava a cerca da fazenda e fazia visita para os vizinhos pequenos prá amedrontá-los. Alguns era bom e a gente tinha até amizade, mais tinha uns que dava de macho aí o patrão falava que era prá ir visitá-los sempre prá eles não esquece que o Dr. é que manda e não tinha medo deles. [...] Moço, as vezes a gente fazia (perguntado se fazia serviço violento). Era contra a vontade, porque tinha umas famílias que eram lutadores, tinham derrubado o mato e feito uma rocinha para comer, às vezes era conterrâneo meu, mas o patrão mandava e a gente fazia. Mais foram poucas vezes, porque a gente ia lá antes armado e falava que era prá ele saí das terra enquanto estava vivo, botava medo no homem e ele ia embora com medo de morrer. (“Baiano”. Entrevista realizada em 02/ 2008).[21]

A violência adotada por capangas e jagunços a mando de fazendeiros, muitas vezes não atingia somente o físico do indivíduo, tido como alvo adversário, mas também o psicológico, como se conclui nas atrocidades cometidas por “Baiano Velho[22]” relatadas em entrevista, quando foi interrogado sobre sua lembrança de

[21] Para preservar a identidade do entrevistado foi usado um pseudônimo.

[22] Entrevista concedida pelo ex-jagunço “Baiano Velho”, em 14/02/2008 e transcrita na íntegra pelo autor.

algum caso que ficou marcado na memória, onde foi preciso usar de violência. Num misto de vergonha e arrependimento, o ex-jagunço fez um longo silêncio e descreveu:

> Teve um senhor que derrubou um pedaço de mato, fez uma tapera (casa) e fez um roçado na vizinhança da fazenda, plantou arroz, abóbora, milho, e café, quando ia começa colher, o patrão mando nós irmos lá e falar pra ele sai das terra, nós fizemos duas visitas pra amedrontar, na segunda nós demos 24 horas pra ele sair, mais o homem foi teimoso. No outro dia nós fomos lá e demos uma surra de vara nele na frente da mulher e dos filhos pequenos, colocamos fogo na tapera e o meu parceiro arriou a carroça e ficamos esperando ele sai. Ele foi embora e nunca mais apareceu. O patrão esperou uns meses e depois mandou passar a cerca nas terra do homem. ("Baiano". Entrevista realizada em 02/ 2008)

Os casos de violência e perseguição infiltravam nas consciências fazendo com que o mando, o temor, o receio, a obediência e a sujeição tornassem elementos de um mesmo contexto histórico, onde "... a vida se ia num abrir e fechar de olhos" (COBRA, 1923, p.175).

Em alguns casos, a ganância e a disputa pela posse de terras geravam atos de violência que tomavam proporções dantescas e inimagináveis, como a tocaia, relatada em entrevista, pelo agricultor Mauro Antonini, acontecida em 1950, na região entre Dracena e Ouro Verde. Esse conflito relacionava-se aos avanços das cercas da suposta propriedade da família Vilela para dentro das terras dos vizinhos, que às vezes resultava na tomada total das propriedades adjacentes:

> Meu pai falava de um senhor que veio de Jaboticabal e comprou uma propriedade de 80 alqueires de mata fechada vizinha da fazenda dos Vilela. Esse sujeito acertou todos os papeis, abriu um pedaço de mato na beira das estrada e construiu uma casinha, semanas depois voltou para Jaboticabal para buscar a mudança com a esposa, o filho e dois empregados. Ao chegar na tal propriedade com a família para tomar posse foi surpreendido pelos capangas dos Vilela que assassinaram toda a família e para não levantar suspeita enterraram a mudança com todos os pertences em uma vala nas proximidades da tocaia. (MAURO ANTONINI, entrevista realizada em 02/03/2008)[23]

O entrevistado Mauro Antonini, até hoje, demonstra em sua fala, o medo que seus familiares tinham de perder suas terras para grileiros, principalmente

[23] Tal tocaia foi confirmada por outras pessoas em conversas informais, onde todas inclusive o entrevistado afirmam que o fato foi denunciado pelos parentes da família emboscada somente três meses depois do acontecido. Este atraso ocorreu devido a dificuldade e demora para manter contatos, porém a investigação não foi a frente devido a existência de laços de amizades e trocas de favores entre o mandante da tocaia e o delegado da cidade de Dracena na época.

quando se refere a estes (grileiros) como “gente poderosa”, “de coragem” “sem medo da morte”, dando a impressão que era figura de consideração e respeito dentro do imaginário social da época.

Contudo, temos que ressaltar que, a classe camponesa, que havia ocupado terras em Dracena, via na terra a sua sobrevivência e também a sua autonomia em relação a um patrão, por isso, mesmo em caso de expulsão do meio de vida, ele vislumbrava a possibilidade de conseguir outra posse nas áreas de fronteira mais adiante, onde a frente de expansão estava se formando ou um lote comprado em parcelas de uma empresa imobiliária, como relata o entrevistado Kinji Tamura de 74 anos

> Quando a gente foi expulso da União, papai fez um arrendamento para plantar algodão. Ele arrendou 7 alqueires de terras de um fazendeiro chamado Antonio Lopes próximo da União para plantar algodão. No contrato papai pagou Cr$ 500,00 no 1º ano (1946), Cr$ 1.000,00 no 2º ano (1947) e Cr$ 1500,00 no 3º ano, com a venda o algodão sobrou um pouquinho e em 1949 nós demos a entrada em um sítio de 20 alqueires em Santa Mercedes, mas como a terra lá era ruim em 1952 papai ele vendeu lá e comprou este sítio aqui. (...) Aqui tem 8 alqueires só, mas a terra é melhor. (KINJI TAMURA, entrevista em 11/06/2009)

Dessa forma, o campesinato se recriava e se reproduzia no município de Dracena, onde houvesse possibilidade de acesso à terra. Ele iniciava, nesse processo de expropriação e luta pela permanência na terra, a produção de seu meio de vida para a manutenção do grupo familiar.

## 2.2 Colonização e Recriação Camponesa na Nova Alta Paulista

A Nova Alta Paulista, onde hoje se localiza o município de Dracena foi o derradeiro pedaço do território paulista a ser modificado pela expansão colonizadora através de uma já decadente economia agrário-exportadora e latifundiária que iniciou no Brasil no século XVI e se arrastou até meados do século XX com a industrialização do Sudeste. Sobre este assunto Gil (2007) afirma que:

> Era de se compreender, portanto, que fazendeiros, loteadores, dirigentes políticos, lideranças comunitárias, colonos imigrantes e seus descendentes, e trabalhadores livres nativos, estivessem ligados à lógica secular da

> produção monocultora voltada à exportação, assentada na concentração de terras e de riquezas e na exploração incondicional dos recursos naturais, dado o modelo histórico altamente concentrador, e a grande disponibilidade de terra decorrente da vasta extensão territorial do país. (GIL, 2007, p.115)

Mesmo num clima de economia instável devido ao impacto da Crise de 1929 e o prenúncio da II Guerra Mundial, a corrida por terras trouxe muitos colonos com o sonho de serem proprietários de terras ou de ganhar a vida, pelo menos, no início, como assalariados. Assim, atentos a chances promissoras, continuavam sempre dispostos a reiniciar a vida em outro lugar, até que, por fim, pudessem adquirir sua propriedade. Por isso as matas e a falta de condições de habitação não se tornavam empecilho, mas uma forma de se valer todo o esforço para a materialização do sonho da terra própria.

Esta onda migratória para o extremo oeste da Nova Alta Paulista deu origem a vários núcleos urbanos planejados por empresas imobiliárias entre as décadas de 1930 e 1950, trazendo muitos migrantes, que, mesmo em época de crise fez surgir nas vilas fundadas na região um ar de prosperidade, pois pelo imaginário da época, o período recessivo seria superado como tantos outros, por meio de trabalho intenso e aumento de produção.

Na ânsia de enriquecimento rápido, os donos de colonizadoras adquiriam para si os lugares estratégicos em relação à ferrovia que estava a caminho e neles faziam a implantação de suas fazendas de café e de uma vila, que poderia transformar-se numa cidade, que se tornavam as “iscas” para a venda dos lotes rurais.

Segundo Monbeig (1984) nestes pontos estratégicos de espigão, os lotes eram repartidos de acordo com os padrões urbanos e rurais[24] do período, como mostra a Figura 3, na qual a venda dos terrenos urbanos ocorria ao mesmo tempo em que se vendiam as propriedades rurais.

[24] O traçado dos lotes é o mesmo em toda parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho, do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida. Cortam-se as vertentes de cada um dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos ribeirões, todas com aproximadamente a mesma superfície. Nas partes altas dos vales, nas cabeceiras, os lotes são talhados obliquamente e dobrados em cotovelo na sua parte inferior. Em um vale malsão, com fundo mais largo e curso d’água mais importante, descrevendo meandros que tornam mais difícil a delimitação, o loteador irá prever propriedades maiores, com formas menos regulares, que poderão servir para a criação de gado (MONBEIG, 1984, p. 221).

Figura 03 - Traçado das ruas de Dracena - Maio de 1947

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

O objetivo destes loteamentos, segundo Monbeig (ibidem) satisfazia mais a especulação com seu caráter comercial, do que a necessidade do comprador, pois o mais oportuno e interessante era vender o máximo de lotes de uma área para colocar os lotes restantes nas mãos de corretores para seguir um pouco a frente para abrir outra fazenda. O autor trata assim do assunto:

> O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém a suas necessidades e possibilidades. Para os compradores, as necessidades são mais ou menos as mesmas e as possibilidades não são muito diferentes. Convém, portanto, que lhes sejam oferecidos não só pedaços de terra com superfícies idênticas, como também vantagens suficientes para fazê-lo decidir pela compra. Algumas dessas vantagens são estritamente financeiras, outras são de ordem especificamente econômica e geográfica, ou ainda morais. Todos estão na dependência da situação, da preparação e da utilização da terra e as necessidades comerciais obrigam o loteador a conceber e aplicar um plano de colonização (MONBEIG, 1984, p. 222).

Segundo Gil (2007), era comum fazer uma espécie de promoção: quem comprasse um sítio ganhava um lote na cidade. Segundo depoimento de pessoas próximas ao fundador do município de Dracena, Írio Spinardi, essa tática foi bastante utilizada na fundação da povoado que deu origem a cidade de Dracena, onde para os mais opulentos, que adquiriam áreas maiores e imediatas ao povoado, recebia como premio um terreno no centro, próximo a uma quadra previamente reservada para a edificação de uma praça. Porém, para ter direito ao lote em área privilegiada, o fundador estabelecia a obrigação de se construir no mesmo um edifício assobradado.

Através do empreendedor, preocupado com a renda obtida no comércio de terras, e com o apoio do Estado, que projetou a infra-estrutura dos transportes, criaram-se as condições da colonização. Por isso, a demanda populacional cresceu e as cidades foram sendo construídas em linha seguindo o espigão por onde passaria a ferrovia da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Todavia, apesar das propagandas e do empenho político para se emancipar uma vila, no caso, um núcleo urbano, a fonte de renda capitalista se dava no campo, pois a maior parte da população fixava-se na zona rural, em sítios comprados de colonizadoras, onde se colocavam a abater a mata com machados e trançadores[25], o que segundo Gil (2007), em média "demorava-se mais de um dia para derrubar uma árvore frondosa e elas eram numerosas. Ipês, jatobás, perobas, angelins, guaiviras, pau d'alhos, entre tantas outras espécies intercalavam-se na mata densa" (GIL, 2007, p. 118).

Justamente em função da expansão do café, a região foi rapidamente ocupada através de vários pequenos núcleos que eram ligados por estrada de rodagem. Porém, segundo Gil (2004) o que motivava os grupos de colonos se deslocarem para uma região distante e desprovida de infra-estrutura,

> (...) deveu-se a uma condição de sobrevivência insatisfatória na região de origem ou o aceno de uma possibilidade promissora, já que as terras eram baratas. As famílias mais capitalizadas compraram grandes glebas de terra explorando-as diretamente ou loteando-as para a venda fracionada e, portanto, mais lucrativa. A maioria dessas famílias colonizadoras, no entanto, dispunham de poucos recursos financeiros, empregando-os na compra de seu pequeno sítio. A exploração era direta e baseada no trabalho familiar, na policultura (arroz, feijão, milho, amendoim, batata-doce,

[25] Ferramenta cortante constituída de uma lâmina de aço flexível e serrilhado, medindo em média dois metros de comprimento e 25 centímetros de largura, com cerca de quatro milímetros de espessura, sendo arrematada nas extremidades por dois cabos de madeira roliça, onde dois homens seguravam para serrar os troncos mais grossos, em movimento sincronizado (GIL, 2007, p. 118).

> entre outros produtos) destinada ao mercado interno, principalmente da capital paulista que se metropolizava. (GIL, 2004. p. 4)

As imobiliárias, ao fazerem loteamento das fazendas em pequenas propriedades[26], podiam cobrar um preço maior pelo alqueire de terra, do que o valor cobrado pelo alqueire nas grandes propriedades. Nessa perspectiva, observamos que a recriação camponesa na Nova Alta Paulista se deveu principalmente pela atuação das empresas imobiliárias já que o fracionamento dos lotes significava ampliar a apropriação da renda fundiária.

Com o aumento da venda de terrenos, abriram-se as possibilidades de recriação camponesa, tanto de colonos das antigas áreas produtoras do Estado, como de camponeses das frentes de expansão que tinham suas posses invadidas por grileiros e colonizadoras que buscavam terras mais adiante para garantir áreas para venda em suas empresas imobiliárias. Com isso, as terras agricultáveis, sejam para café, para produtos de subsistência ou para pecuária, foram quase todas ocupadas com famílias, que usando mão de obra familiar, passaram a reproduzir as formas de trabalho, os meios de produção, o modo de vida e as relações sociais neste município.

As famílias camponesas, ao se recriarem na região, contribuíram para a constituição da pequena propriedade na Nova Alta Paulista, especialmente em Dracena Porém, os camponeses que não conseguiram se territorializar por meio da compra de pequenos lotes nas áreas de loteamentos imobiliários, buscaram sua recriação nas frentes de expansão ou no sistema de parceria

Gil (2007), ainda argumenta que apesar da rapidez com que foi ocupada, não foram somente os ex-colonos das antigas zonas cafeeiras, que se interessavam pelas terras do Município de Dracena e região. Também vieram compradores que viam a terra como reserva de valor, entre eles arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em cidades mais dinâmicas e até da capital, unindo as conjunturas monetárias ao costume de parte da burguesia paulista de almejar a posse de propriedade florestal.

Entre os clientes de terras, alguns nunca haviam sido colonos ou tiveram terras em outro lugar. Muitos deles eram comerciantes que abriam pontos de

[26] Para formar um parâmetro para a pesquisa, definimos como pequena propriedade, a área de terras com até 26 hectares, que segundo os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Agrícola do município de Dracena é o tamanho do módulo rural do município.

negócios ou armazéns em vilas em formação que acompanhavam as frentes de expansão. Estes comerciantes deslocando-se para aqueles espaços onde o comércio de provimentos de primeira necessidade era propício, como a região era pouco povoada e o movimento era pequeno, compravam terras com algumas reservas de dinheiro e começavam no trabalho da lavoura. Este tipo de comprador geralmente ocorria nas novas frentes, onde, a terra, era oferecida a preços menores.

Porém, uma grande quantidade de compradores, em geral, pequenos proprietários, já havia tido propriedades em municípios das proximidades e muitos deles ainda continuaram em posse desta, ao mesmo tempo em que desenvolviam a lavoura de café em Dracena.

## 2.3 O Campesinato no Município de Dracena e a Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda.

A formação inicial do atual município de Dracena se deu através da compra de duas glebas de terras, no dia 03 /10/1945, pela Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda., com sede em Tupã – SP, que totalizavam cento e dez (110) alqueires. Estas duas glebas de terras pertenciam aos irmãos Manoel, Francisco, Waldomiro e Waldemar do Nascimento, que eram proprietários da Fazenda São Manoel (antiga Fazenda das Marrecas). O imóvel acima foi em parte traçado em quadras, para a implantação de ruas e loteado, pela mesma imobiliária em terrenos urbanos para serem vendidos em dinheiro.

No dia 08 de Dezembro de 1945, o fundador Írio Spinardi acompanhado de um grupo de aproximadamente 25 pessoas, faz um breve discurso do alto de um tronco de madeira decepada fincando o marco de cimento que oficialmente e em nome da Procuradoria da Terra do Estado de São Paulo inaugurava a cidade de Dracena, documentado na fotografia da Figura 4, num local hoje conhecido como Praça dos Estudantes, na junção das avenidas Presidente Vargas e Presidente Roosevelt, como mostra a Figura 5.

Figura 4 - Marco inicial da implantação de Dracena.

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

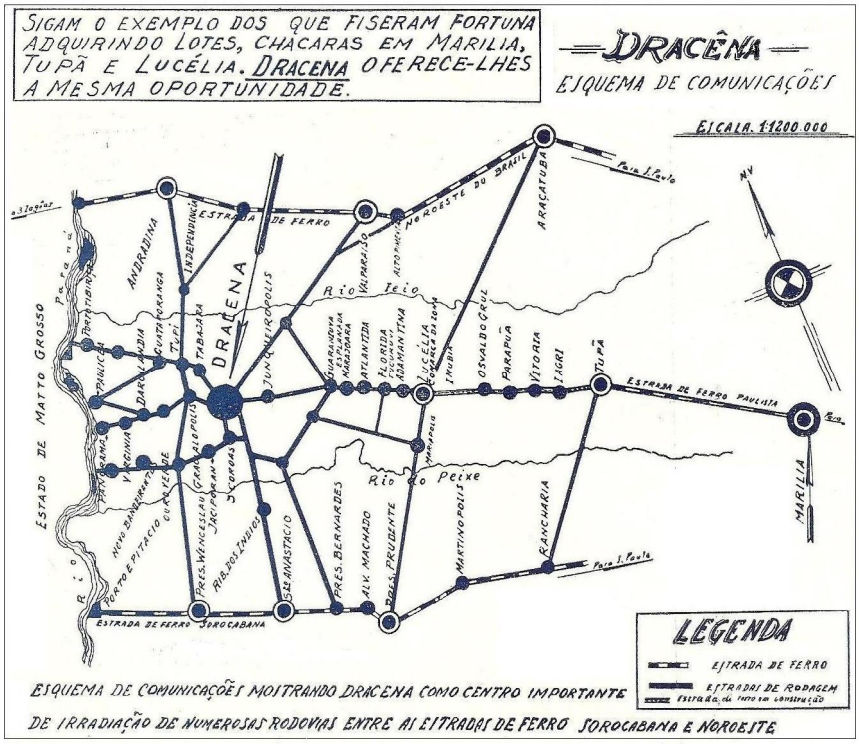
Figura 5 – Local do marco inicial da implantação de Dracena.

Fonte: Secretaria de obras de Dracena – Organização Joviano, C. V. M.

Concomitante ao loteamento da futura área urbana, várias empresas imobiliárias e fazendeiros começaram a vender as terras próximas ao povoado recém criado. Estas terras ainda formadas por matas fechadas eram divididas em pequenas chácaras e sítios que oscilavam entre 5 e 20 alqueires de área. Estes lotes eram vendidos a ex-colonos de regiões mais antigas de ocupação como a "zona velha" no norte do Estado de São Paulo, vale do Paraíba e de outros Estados, incluindo imigrantes europeus e japoneses ou seus descendentes, que conseguiram compor uma pequena poupança, obtida com trabalho assalariado ou através de parcerias nas fazendas de café. Estes propensos compradores davam suas economias de entrada e dividiam o restante da dívida em parcelas anuais pagas ao empresário loteador.

Para realizar um negócio promissor com a venda das terras, os donos de imobiliárias e colonizadoras montavam um esquema de venda que consistia na fundação de uma vila em um ponto estratégico da região; na construção de estradas de rodagem que levavam os pretensos compradores até os pontos de venda; no uso de um grande aparato de propaganda[27] com cartazes e croquis (Croqui 1) que apresentavam a região de forma prodigiosa e na realização de grandes festas com fartos churrascos, como mostra a Figura 6. Isto para atrair os interessados em adquirir terras em pagamentos "facilitados", parcelados em até três anos, com os vencimentos quando ocorria a colheita dos produtos temporários, já que a nova lavoura de café somente produziria a partir do terceiro ou quarto ano após o plantio.

[27] As Companhias Imobiliárias realizavam uma verdadeira "artilharia" de propaganda para atrair os compradores e davam o transporte de ônibus até o local de venda. Na viagem, o suposto comprador de terras, era seduzido por propagandas durante todo o percurso, com cartazes, folhetins, mapas e até produtos como amostras relatando a qualidade das terras da gleba, ainda eram persuadidas por uma pessoa de boa oratória e que dominava muito bem a arte do convencimento para relatar as facilidades de se tornar proprietário e as vantagens para comprar e pagar as terras em parcelas que se ajustavam exatamente nos períodos de colheitas. Na chegada, os possíveis compradores eram recebidos com grandes festas gratuitas, numa demonstração de grande fartura do lugar.




Croqui 1 – “Mapa” usado pela Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda.

Fonte: Revista Cruzeiro do Sul - Acervo de Rogério Edson dos Santos - 1946

Figura 6 – Churrasco em Dracena – 1945

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos.

Para pagar as dívidas adquiridas com a compra destas áreas, os colonos, ao adquirirem a propriedade, imediatamente iniciavam a derrubada da mata para o plantio de arroz (Figura 07), amendoim e algodão, plantas de colheitas rápidas que se tornavam uma alternativa produtiva, pois além de formar um estoque de subsistência, também gerava um excedente que era transformado em moeda para saldar as parcelas da compra da terra e pagar ou trocar no armazém, que por sua vez fornecia o restante da subsistência.

Figura 07 - Arrozal em Dracena – 1947
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Outra fonte de renda era a venda de madeira de lei aos donos de serrarias, que estavam se instalando no município de Dracena, como a Serraria Santa Helena dos irmãos Primo e Arlindo Carneloz (figura 08) e a Serraria Dracena de propriedade de Paulo Penko (figura 09), mas como estas serrarias não absorviam toda a madeira retirada, também era vendida nas serrarias das cidades vizinhas que já se despontava nos arredores, como o município de Santo Anastácio, na região da Estrada de Ferro da Sorocabana, a oeste do rio do Peixe.

Figura 08 - Extração de Madeira em Dracena

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

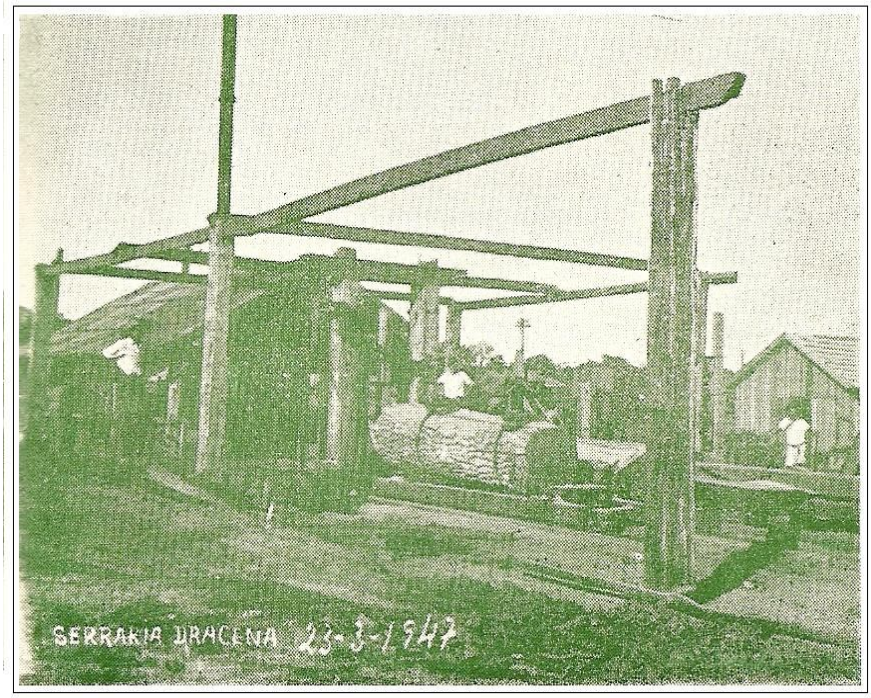



Figura – 09 - Serraria Dracena, de propriedade de Paulo Penko.

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Porém os pequenos proprietários, que não dispunham de condições financeiras para ajustar derrubadores de mata, realizavam esta tarefa usando o trabalho dos elementos da própria família.

Por ser uma região ainda em formação e pouco conhecida, era comum a vinda para o lugar por laços afetivos de amizade entre as famílias dos compradores. Por isso muitas famílias decidiram vir para Dracena, para continuarem as suas relações de amizade e de solidariedade, tão importantes para quem dava início a uma nova vida conforme a Figura 10. Daí a razão de muitos camponeses terem vindo de um mesmo lugar, como Lucélia, Valparaíso, Penápolis, Tupã, Andradina, Araçatuba, Garça, Vera Cruz, Marília entre outros da Alta Paulista, da Sorocabana ou da Noroeste. Este tipo de comportamento migracional foi muito significativo e de importância econômica para a subsistência das famílias camponesas, principalmente no período em que a necessidade de crédito financeiro ainda era feita com base nos domínios do proprietário ou na produção cafeeira, que na maioria dos casos, por não conhecer as origens do contratante e por falta de garantias eram inexistentes ou reduzidos nos primeiros anos de formação da lavoura. Assim entre os camponeses que tinham parentes era comum a assistência e a solidariedade na necessidade ou o empréstimo para pagar com a colheita.

Figura 10 - Visitantes em Dracena - 1945

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Nas pequenas propriedades, os membros da família se encarregavam de cultivar a lavoura logo após o desmatamento da área. Porém, nas propriedades de maior extensão a derrubada da mata era feita por empreiteiros, que contratavam machadeiros[28] com experiência no corte.

A atração pelas terras foi tão intensa que das duas dezenas de pessoas que participaram da inauguração em 1945, o número deu um salto para 15.682 habitantes em 1950, sendo que deste total 11.034 moravam na zona rural.

## 2.4 O Bairro “Maquininha” e a Questão Camponesa

### 2.4.1 A formação do bairro “Maquininha”

A comercialização das terras do bairro “Maquininha foi feita pela Companhia Agrícola Três Coroas S.A., empresa corretora que veio pelos “caminhos transversais” que ligavam a Alta Sorocabana com o Vale do rio do Peixe, com a intenção também de criar um povoado para facilitar a venda de suas posses

Esta companhia comprou estas terras do coronel Elisário Ramos, que por sua vez comprou de Francisco de Paula Goulart. Segundo um cartorário aposentado de Junqueirópolis, quando Francisco de Paula Goulart vendeu para o coronel Elisário Ramos as terras tinha documento duvidoso, porém devido as influências política do coronel estas foram legalizadas e vendidas a Companhia Agrícola Três Coroas por um valor ignorado.

O primeiro comprador de terras no atual bairro foi o imigrante italiano José Spadácio, que adquiriu da então Companhia Agrícola Três Coroas S.A., 141 alqueires de terras de uma gleba denominada fazenda Três Coroas, de um total de 1502 alqueires. O valor da compra foi de Cr$ 124.500,00, sendo Cr$ 44.500,00 no ato e mais duas parcelas de Cr$ 40.000,00 para o ano de 1945 e 1946

[28] Homens assalariados, com muita experiência no corte de árvores de grande porte, que ora ou outra eram causadoras de acidentes fatais, por isso a importância destes profissionais à frente de uma derrubada.

respectivamente. Isto se deu em 08 de novembro de 1944, portanto, antes da fundação do município de Dracena, em 1945. Todavia a escritura das terras foi lavrada em 21 de março de 1950, isto é, 4 anos após o pagamento das terras que se localizavam entre a fazenda Santa Catarina e a estrada municipal, até as margens do Córrego Kaingang como mostra a Figura 11.

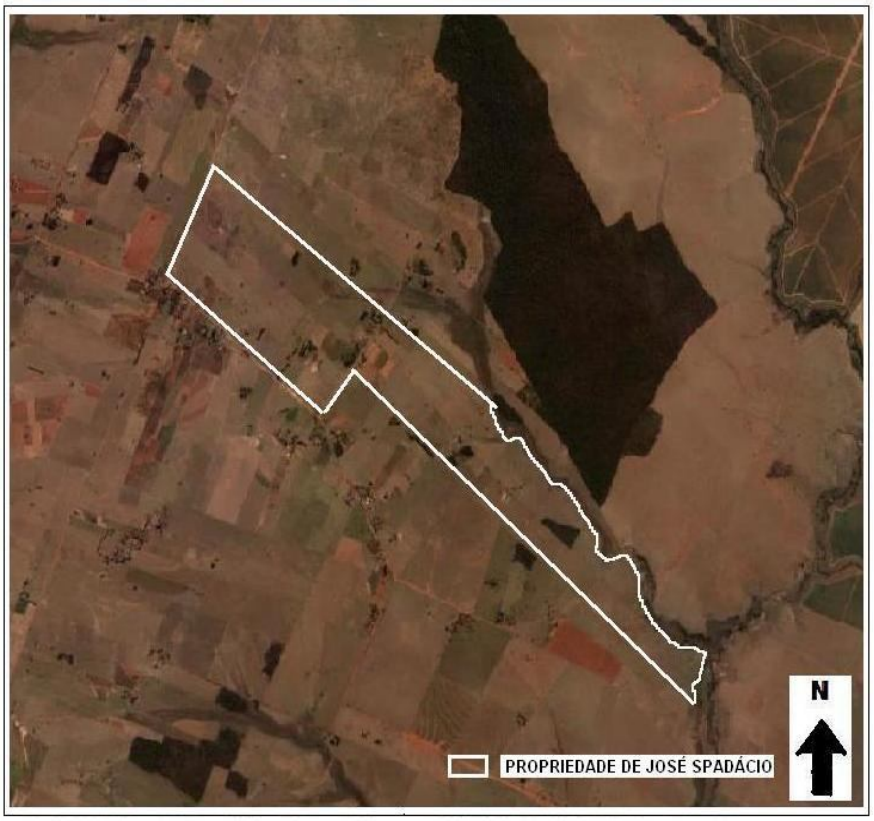



Figura 11 – Propriedade de José Spadácio
Fonte: Digital Globe
Organização Joviano, C. V. M.

A propaganda feita pelas companhias imobiliárias e colonizadoras, de que neste local havia muitas terras férteis, era verdadeira, porém, precisavam ser desmatadas, pois havia floresta com muita madeira nobre[29], o que não era um trabalho fácil. A tarefa do comprador, depois de sua mudança, era de muito trabalho, pois tinha que amortizar suas dívidas com a companhia colonizadora no

[29] A vegetação da Nova Alta paulista e em conseqüência do bairro “Maquininha era composta pela Floresta Tropical pluvial, e seus solos são compostos por terrenos do período Cretáceo do tipo Podzólico.

espaço de tempo mais breve possível, já que o não pagamento da dívida poderia levar à perda da propriedade.

Com a ajuda dos filhos, José Spadácio iniciou o desmatamento para o plantio de café e das lavouras temporárias de subsistência. Assim que iniciou a abertura da estrada vieram outros compradores, que adquiriram propriedades menores, como as famílias de descendência italiana, Mascarin, Milan, Agudo, Casagrande, Molaro, Simão, Ferrari, Ferreira, Tossato, Ragassi e algumas outras descendentes de imigrantes japoneses como os Yura, Sinzato, Sobu, Murakami, Takaki, Takeshita, Ueno, Tamura, totalizando 53 propriedades, quase todas com o propósito de plantar café[30]. A estrutura fundiária do atual Bairro "Maquininha" encontrava-se conforme Tabela 1:

**Tabela 1 – Número de propriedades do atual Bairro "Maquininha" – 1956**

| Área (alqueires) | | Nº propriedades |
|---|---|---|
| Menos 15 | (36,3 hec.) | 46 |
| Entre 15 e 35 | (36,3 e 84,7 hec.) | 3 |
| Mais de 35 | (84,7 hec.) | 4 |
| TOTAL | | 53 |

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Lucélia
Organização Joviano, C. V. M.

Pela tabela, é possível verificar que predominavam no atual bairro pequenas propriedades. Mesmo as maiores de 35 alqueires não ultrapassavam os 141 alqueires. Essas propriedades eram todas de propriedade familiar.

A Companhia Agrícola Três Coroas S.A., para concretizar a venda das terras das margens direita e esquerda do córrego Kaingang criou um pequeno

[30] A maioria das famílias descendentes de japoneses, além da cafeicultura e das culturas temporárias, também plantava amoreira para a sericicultura.

povoado próximo às margens deste rio com o nome de Três Coroas, que se localizava fora da linha do espigão, tendendo mais ao sul em direção ao rio do Peixe, a meio caminho entre os municípios de Dracena e Junqueirópolis. Logo de início, o patrimônio teve uma grande aceitação, pois os investidores montaram hotel, duas farmácias, dois armazéns, máquina de beneficiamento, casas, além da igreja, campo de futebol e uma escola com primário completo (ensino fundamental I). Porém, devido à localização fora da linha do espigão[31], as terras baixas e úmidas das margens do córrego Kaingang (pouco usadas para a cafeicultura), a emancipação de Dracena e, posteriormente, de Junqueirópolis (que ficavam muito próximas do patrimônio), a possibilidade de emancipação de Três Coroas na condição de município ficou inviabilizada, fazendo com que os investidores abandonassem o projeto e procurassem nova área para recomeçar. Assim no final da década de 1950, o povoado de Três Coroas entrou em declínio com a mesma rapidez que a fez surgir.

Enquanto o povoado de Três Coroas estava em expansão, os camponeses da propriedade comprada por José Spadácio e suas circunvizinhanças, usavam e dependiam das estruturas do povoado vizinho, principalmente em relação à escola, à igreja e ao armazém. Porém, com o declínio do povoado de Três Coroas houve a necessidade de criar nas proximidades das terras de José Spadácio, as instituições e estabelecimentos que em parte atendessem as privações por qual passavam os trabalhadores ali estabelecidos. Para isso foram construídos escolas, armazém de secos e molhados, campo de futebol, campo de bocha, capela (somente em 1965) e uma pequena máquina de beneficiamento de arroz, montada ao lado do armazém sob a gerência dos irmãos Antonio e Manuel Milan, que também adquiriram lotes de terras próximas da referida máquina.

Inicialmente o nome escolhido para o local foi bairro Primavera, porém em meados da década de 1950, o bairro tem seu nome mudado para bairro Itambi e no início a década de 1960, o bairro muda novamente de nome, passando a se chamar bairro Spadácio, adotando oficialmente o sobrenome de seu primeiro e mais famoso colonizador. Mas como no bairro havia uma máquina de beneficiamento de arroz, implantada nas proximidades do armazém, fez com que o nome oficial do bairro

---

[31] A linha do espigão era a provável área por onde deveria passar a estrada de ferro da Companhia Paulista, que representaria o desenvolvimento devido a ligação mais fácil com a capital.

ficasse restrito aos órgãos estatais e municipais, pois no jargão popular o bairro é conhecido até hoje como bairro “Maquininha[32]”.

A máquina de beneficiamento de arroz era a única que processava este produto naquelas proximidades, sendo procurada por produtores do bairro “Maquininha” e de outros bairros vizinhos como o patrimônio de Três Coroas, bairro Sete Casas, bairro do Tigre e bairro Espigão.

Deste modo, a formação desta pequena aglomeração de construções, tinha, além da função comercial, uma função social.

O bairro “Maquininha foi quase todo desmatado, seja pelos próprios proprietários, seja por empreiteiros que eram contratados para formar alguns milhares de pés de café. A paisagem era encantadora e ao mesmo tempo era desoladora, pois como existiam muitas árvores de grande porte, somente as melhores e de melhor forma de manejo eram aproveitadas pelas serrarias que se instalavam no município, mas a maioria da madeira não tinha uso e nem compradores, por isso era comum ver os desmatadores derrubarem árvores de madeira de lei, como aroeira, peroba, ipê, jatobá, cedro e imediatamente fazer valas para enterrar as toras, com o intuito de deixar a terra livre para o plantio de café.

Do final da década de 1940 até o final da década de 1960, ocorreu uma extração intensiva de madeiras de lei, levando a uma falta desta matéria-prima na região, devido à extração descomedida e predatória, por parte dos empreiteiros, que quase provocaram o desaparecimento do produto da região.

Dessa forma, o bairro “Maquininha” foi quase todo transformado em lavouras de café e de produtos temporários, uma vez que os pequenos proprietários precisavam produzir rapidamente para poder saldar seus débitos com a empresa imobiliária. Por isso apesar da ocupação do bairro se caracterizar pela implantação de lavouras de café, sobretudo em pequenas propriedades, o que prevaleceu foi a divisão do mesmo espaço entre o café e a policultura temporária, além da pecuária de leite e em propriedades de imigrantes japoneses havia ainda a plantação de amoreiras para alimentar o bicho da seda..

[32] O nome bairro “Maquininha” não é uma denominação oficial. Segundo Adenilson Spadácio de 64 anos, neto de José Spadácio, morador do bairro há 57 anos, o nome foi estabelecido pela população que morava nas propriedades vizinhas ao núcleo do bairro, e, que ao se dirigir para o local, afirmava estar indo para a maquininha (de arroz) dando origem ao nome não oficial, bairro “Maquininha”.

Além da dureza devido à falta de recursos e de estruturas elementares, ainda havia os contratempos da natureza. O primeiro revés veio no inverno de 1953, quando ocorreu uma geada que atingiu até o caule dos cafezais, atrapalhando a brota, obrigando os cafeicultores a refazer o plantio em várias partes do bairro. Dessa forma, nas propriedades onde havia terras baixas, principalmente nas margens dos córregos Aparecida e Três Coroas, onde a ação da geada foi mais forte, os pés de café foram arrancados para se fazer novos plantios. Com isso, devido a falta do café como produto de custeio, o meio de sustento se intercalou com as lavouras temporárias e a pecuária por aproximadamente quatro anos, até que o café voltasse a ser a principal renda da propriedade. Com o cafezal todo formado novamente, uma parte dos proprietários optou em cultivar somente a lavoura de café para produzir seu sustento e de sua família, diminuindo a produção de lavouras temporárias, pois o preço do café estava em alta, ignorando os riscos que corriam em caso de novas interferências naturais.

As condições de isolamento a que estavam submetidas as famílias imprimiam-lhes um modo de vida bastante particular. Segundo Gil:

> As famílias eram geralmente numerosas e trabalhavam de sol a sol. As diversões e os serviços religiosos aconteciam no próprio bairro, (...) os agricultores iam até as máquinas de benefício, geralmente instaladas nas bordas do perímetro urbano, onde a extensão da rua dava início às principais estradas rurais, e ali vendiam os mantimentos colhidos. Com o dinheiro, iam até os armazéns de secos e molhados e a outros estabelecimentos comerciais para comprar os suprimentos necessários. Geralmente apenas os homens iam à cidade, levando uma lista de compras elaborada pelas mulheres, presas às lidas da casa. (GIL, 2007, p. 130)

Era comum a realização de campeonatos de futebol, já que quase todo bairro tinha um time. “Nesses eventos, freqüentados por homens e mulheres, ocorria o encontro de amigos e, até mesmo, o início de namoros, muitos deles resultando em casamentos.” Como é o caso da agricultora Catarina Mascarin Spadácio de 60 anos quando afirmou que:

> Eu cheguei aqui com três anos de idade, ajudei meu pai a abrir o sítio e plantar o café. Minha vida inteira foi aqui, aqui eu estudei até a 4ª série, aqui eu ia nos bailes, namorei e me casei, tive meus filhos e envelheci. Já mudei várias vezes de casa, mas nunca saí de dentro do bairro. Hoje eu estou aposentada e queria ir embora para a cidade, mas ele (o marido) não quer. (CATARINA MASCARIN SPADÁCIO. Entrevista realizada em 28/11/2008)

Na capela, aconteciam missas dominicais e tanto os colonos, empreiteiros, parceiros e “camaradas” (assalariados, geralmente de origem nordestina e mineira) como também os proprietários tinham uma intensa religiosidade, e, mesmo que aparente, diante da questão religiosa tinha-se a impressão de igualdade. Os batizados eram um assunto de grande importância, pois ao mesmo tempo em que a família do recém nascido mostrava à comunidade o seu filho, também expunha capacidade de reprodução camponesa e de relação social, já que algum camponês vizinho ou parente, a partir do convite para ser padrinho da criança adquiria status de parente, na qualidade de compadre e comadre e responsável pela educação da criança na ausência dos pais.

Por serem, os camponeses, em grande parte descendente de imigrantes italiano, japoneses e nordestinos, predominava entre eles o catolicismo (exceto o grupo japonês onde predominava o culto oriental), eram atendidos por padres que vinham de Dracena. Porém, em situações que exigia “soluções rápidas” era comum o uso de benzedeiras, especialmente para problemas como picada de cobra, doenças sem diagnóstico, “mal olhado”, quebranto e doenças de crianças e recém nascidos, corroborando com a afirmação de Moura:

> A religião cria formas e fórmulas que atendam os membros do grupo nos momentos agudos de mistério e angústia como na morte ou doença, ao mesmo tempo em que cria e perpetua formas e formulas mais antigas de orar, explicar e venerar a divindade. Estas, esquecidas ou banidas na igreja oficial, continuam a desempenhar seu papel de dar sentido ao cotidiano da vida camponesa. (MOURA, 1986, p. 21)

Os núcleos urbanos de Dracena, Jaciporã, Junqueirópolis e Santo Anastácio, tinham influência sobre o bairro “Maquininha”. Porém, esta influência diminuía quanto maior fosse a distância ou menor a estrutura oferecida por tal cidade. Devido a isso, e também por possuir grande concentração de população na área rural, a vida social no bairro era intensa, principalmente nos finais de tarde, nos finais de semana e nos ditos “dias santos” que se tornavam feriados obrigatórios, sempre em número muito maior que os feriados decretados pelo Estado ou pela Igreja. Assim, era comum a realização de vários eventos como os terços, as missas, as quermesses, os bailes nas barracas montadas nos terreiros de secagem de café aos sábados, além de partidas de bocha, baralho e como todos os bairros tinham

muitos jovens eram comuns os campeonatos de futebol nas tarde de domingo, geralmente com muitos expectadores fanáticos à beira do gramado.

Era também costume da época, as reuniões nas casas daqueles proprietários mais bem sucedidos que tinham adquirido rádio. Segundo o agricultor aposentado Vitório Marino, a convite do anfitrião:

> Os vizinhos chegavam por volta das sete da noite (dezenove horas) para conversar e por volta das oito (vinte horas) o dono da casa ligava o rádio para ouvir o locutor Edgar de Souza da Rádio Nacional, que trazia várias duplas de "caipiras" para cantar. A casa ficava em silêncio enquanto que o rádio tocava. Lá pelas nove e meia (vinte e uma horas e trinta minutos), o dono da casa desligava o rádio e todos iam embora. (VITÓRIO MARINO, 90 anos, Entrevista em 02/12/2008).

Pela falta de estrutura da cidade de Dracena e pela distância, a população do bairro recorria mais ao município de Santo Anastácio, localizado na Alta Sorocabana, do outro lado do rio do Peixe, principalmente por motivos de doença, quando os remédios caseiros e as benzedeiras não resolviam e para adquirir os instrumentos que não se encontravam no armazém local.

O dia-a-dia das famílias camponesas do bairro era caracterizado pela divisão de serviços, onde as famílias, na maioria das vezes numerosas, tinham suas funções definidas por gênero e idade. Os homens executavam os trabalhos de desmatamento, plantio e demais tarefas de roça. Os jovens (rapazes), apesar da força física, eram tratados como aprendizes, pois seguiam seus pais na lavoura e faziam do trabalho um estágio para futuramente, quando casarem, também apartar um pedaço de mato e repetir as experiências de seus pais, fazendo da atividade profissional uma herança repassada de pai para filhos e reproduzindo o modo de vida camponês. As mulheres, além dos afazeres domésticos, ainda iam à roça, sobretudo em tempos de colheita. As moças, ao mesmo tempo em que auxiliavam suas mães na casa, também se preparavam para reproduzir o mesmo modo de vida ao se casar. Até as crianças realizavam algumas tarefas como os afazeres mais leves. Assim, todos os componentes da família tinha função nas atividades cotidianas como se percebe nas afirmações de Gil (2007):

> Todos se envolviam nas atividades cotidianas (...). Além das tarefas domésticas, as mulheres também iam à roça, principalmente em épocas de colheita (...). Os rapazes, desde pequenos, acompanhavam seus pais na roça, manejavam os animais, faziam trabalho de carpintaria e marcenaria, furavam poços, rachavam lenha, e executavam outros trabalhos mais

> grosseiros (...). As moças, a partir dos treze ou quatorze anos, iam aprender corte e costura e, geralmente ao se casar, levavam uma máquina de costura como dote. Todas aprendiam a cozinhar, lavar e passar roupa, limpar a casa, cuidar dos irmãos menores, cultivar uma horta, tirar leite, fazer queijo, amassar pão, enfim, ao mesmo tempo em que ajudavam suas mães nas lides domésticas (...). Para as crianças eram confiadas as tarefas de apartar os bezerros das vacas de leite à tarde, regar a horta, o pomar e as flores do jardim, com regador manual; limpar o quintal com rastelo de dentes de aço e vassoura de fibra vegetal; descascar milho para os porcos da ceva, colocar lavagem nos cochos e cortar mandioca, abóbora ou batata-doce para os porcos do chiqueirão; debulhar as espigas de milho para as galinhas; recolher os ovos dos ninhos; recolher lenha e palha secas para o depósito ao lado do fogão; manter as lamparinas permanentemente abastecidas com querosene, entre outras tarefas mais leves (GIL, 2007, p.121-122).

Comparando o estudo de Woortmann (2001), com a constituição das famílias do bairro “Maquininha”, concluímos que predominava no bairro em questão o grupo familiar patrilocal de característica nuclear[33], isto é, a maioria das famílias era formada por um casal e seus filhos, em idade de força de trabalho ou não, sendo pouco comum a presença de casais idosos e de famílias numerosas.

Numa análise das características das famílias camponesas, Chayanov (1974), descreve que as famílias jovens com filhos pequenos, geralmente cultivavam área menor, devido o menor número de trabalhadores, já as famílias mais avelhantadas nas quais crianças pequenas tinham pouco peso quantitativo, cultivavam áreas maiores. Portanto o tamanho da área cultivada dependia do número de elementos da família e do período do ciclo de desenvolvimento em que ela se encontrava, isto é, o número de elementos considerados produtores e consumidores.

Devido às características de um grupo doméstico patrilocal, por volta da década de 1960[34], as terras cultivadas, apesar dos altos e baixos na produção, foram passadas na maioria por herança para os filhos e filhas dos primeiros colonizadores. Porém, as moças ao se casarem, iam morar, na maioria, próximo da família do esposo ou em outras propriedades, vendendo a parte que lhe cabia para os irmãos interessados ou, na incapacidade financeira deste, era vendido para terceiros.

---

[33] Família formada pelo casal e os filhos, tendo o pai como chefe, e a mulher, pelo casamento é obrigada a seguir o marido passando a morar na localidade dele.

[34] A propriedade de José Spadácio, que deu inicio ao bairro, com a morte da esposa em 1962, foi dividida, sendo 50% para o viúvo e os outros 50% dividida entre os 8 filhos (Luis, Francisco, Ângelo, Victor, Sebastião, Décio, Tereza e Ilda Spadácio), porém destes, somente 2 continuaram com as propriedades

Cabe salientar que, devido à origem das famílias camponesas, na maioria formada por filhos de imigrantes italianos, japoneses e nordestinos, o sistema sucessório diferia. Salientando que segundo os dados levantados em entrevistas havia no bairro “Maquininha” dez famílias de imigrante ou descendente de japoneses e 32 famílias de imigrante ou descendente de italianos, como mostra a Figura 12.

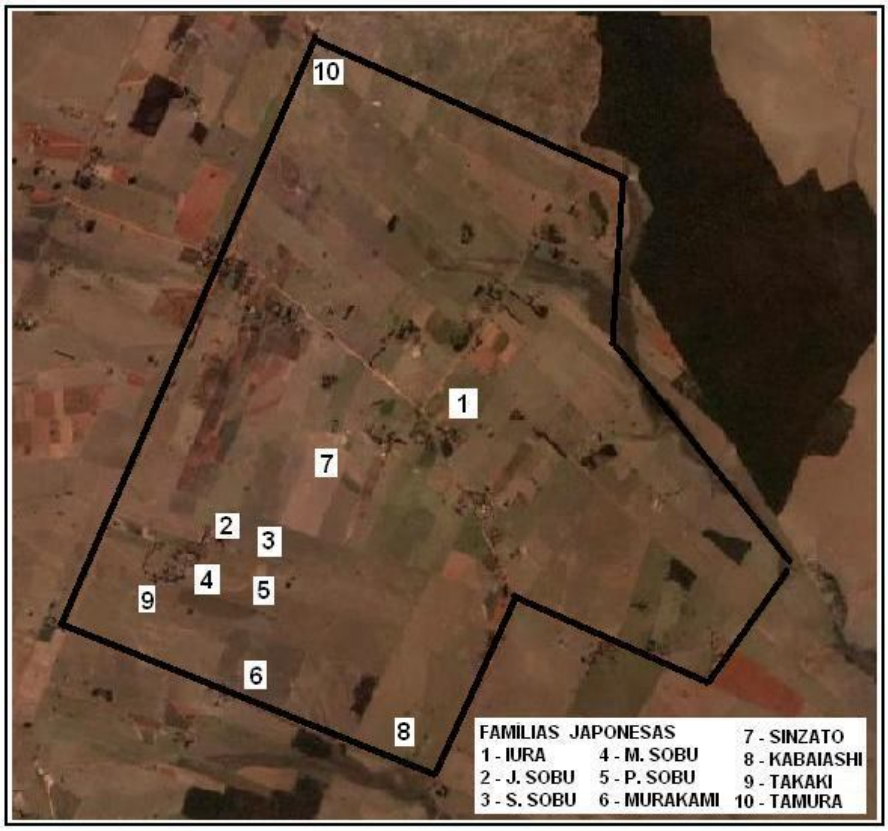



Figura 12 – Localização das famílias japonesas

Fonte: Dados de entrevistas – 2008. Organização: Joviano C. V. M.

Nas famílias de origem japonesa, o filho do sexo masculino mais velho herdava todos os bens e ficava com o encargo de cuidar dos pais. Portanto, os pais deixavam a herança em vida. Dessa maneira, as filhas, ao casarem, iam morar com a família do esposo, quando ele era o filho mais velho, mas se o esposo não era o primogênito, isto é, era um dos filhos mais novos, então, saiam da casa dos pais e buscavam atividade em outra propriedade ou iam para a cidade trabalhar em alguma atividade profissional, Verificamos também que, no bairro, era comum os jovens de origem japonesa frequentarem a escola, como afirma em entrevista o senhor Jorge Takaki de 54 anos.

> Nosso pai teve 5 filhos, 3 homens e 2 mulheres, como eu sou o mais velho, fui na escola só até a 4ª série e tive que aprender as coisa da roça, que no ver da tradição japonesa eu devia continuar com os meus pais, (...) os meus irmãos tiveram mais escola do que eu, (...) as irmãs casaram e foram morar com o marido e os outros dois quando casaram eles já sabia fazer alguma coisa, e hoje o Laurindo é bancário e o Yoshinori é contador em São Paulo, (JORGE TAKAKI, 54 anos, entrevista em 20/07/2009)

Fato semelhante também ocorreu com a família de Francisco Sinzato, primogênito de uma família de 6 filhos, que herdou as terras de um sítio de 8 alqueires que faz divisa de frente com as terras das família Spadácio. Segundo os relatos de Francisco (Chico) Sinzato de 62 anos:

> (...) nós trabalhava nos cafezais, mas os mais novos (irmãos) ia na escola pra poder conseguir alguma coisa melhor. Eu também gostaria de ter estudado, mas era minha obrigação cuidar da mãe, por isso eu fiquei no sítio até os meus irmãos se formarem, um fez medicina, os outros dois entraram no Banco do Brasil e no Banespa e as duas irmãs estudaram também e casaram, quando eles já estavam encaminhados eu vendi o sítio e fui trabalhar na cidade. (FRANCISCO SINZATO, entrevista em 24/10/2009)

As famílias camponesas de origem italiana, que eram a maioria, tinham um sistema sucessório igualitário, na qual todos os filhos eram participantes da herança em partes iguais. Porém, em algumas famílias originárias do sul da Itália era comum, com o envelhecimento dos pais, a família tornar-se patrilocal extensa[35], como foi observado em entrevista com José Tossato de 78 anos, filho mais velho da família proprietária de 10 alqueires no bairro.

> Quando meu pai morreu, a gente fez a divisão entre os seis irmãos (5 homens casados e 1 mulher solteira), só que a área que ia tocar para cada um era muito pequena, então a divisão foi feita só no papel prá não dar problema no futuro se alguém quisesse vender a parte dele (...). A mãe sempre quis a família unida, mas o sítio não dava prá sustenta todas as bocas, então os mais novo (filhos dos seis herdeiros) que estudaram conseguiram emprego na cidade e ajuda na compra do que falta na casa, (...) ai quando a mãe morreu, os 3 irmãos mais novo e a Nina (irmã) mudaram para a cidade, mas nós já moramos em 29 pessoas aqui nesse sítio, (JOSÉ TOSSATO, 78 anos, entrevista em 14/07/2009)

[35] Família em que os filhos do sexo masculino, ao se casarem continuam morando com os pais ou somente separam de casa, mas continuam morando na mesma propriedade, formando um grupo familiar com várias gerações, podendo chegar até a 4ª ou 5ª geração.

Fato semelhante ao exposto por José Tossato ocorreu também na família de Francisco Spadácio e Luis Spadácio[36] (filhos do primeiro colonizador do bairro), além da família de Antônio Ragassi. Porém esta última trabalhava numa propriedade de café em sistema de parceria (meeiro), tendo maior dificuldade para manter o grupo familiar, pois dela era explorada a renda da terra, por isso era comum os jovens fazerem trabalhos acessórios a outros proprietários do bairro.

Por volta da década de 1980, novamente ocorre a sucessão das propriedades por herança, desta vez dos atuais proprietários (filhos dos primeiros colonizadores que já tinham herdado as terras de seus pais), para seus filhos, isto é, os filhos dos colonizadores repassaram as propriedades para os netos do mesmo. Isto fez com que as propriedades tivessem um fracionamento muito grande, sendo comum encontrar hoje várias propriedades com áreas entre três e cinco alqueires, ameaçando a reprodução camponesa.

Analisando as apreciações de Chayanov (1974) sobre as condições que comprometem o desenvolvimento do ciclo familiar e, em conseqüência, o sistema sucessório e o tipo de propriedade, observa-se que alguns dos bisnetos dos colonizadores (quarta geração) não permaneceram no campo, muitas vezes incentivados pelos pais. Alguns trabalharam até a adolescência na lavoura, porém, fizeram faculdades, concursos públicos e outros tipos de empregos com ou sem especialização, interrompendo ao processo de herança profissional, e deixando muitas propriedades vazias ou com uma população idosa, em muitos casos inativa. Atualmente, são poucos os que permanecem no campo, como se nota na entrevista com o agricultor de 73 anos:

> Eu sempre trabalhei para deixar alguma coisa para os filhos, fiz questão de ensinar todos os serviços da terra, mas também sempre os incentivei a estudar, porque eu sabia que o sítio dava para uma família comer, mas conforme eles iam formando famílias seria difícil eles continuarem no sítio, por que a produção não seria suficiente. Por isso eu nunca os incentivei a continuar como agricultor, principalmente depois do fim da cafeicultura. O tamanho da propriedade é pequeno para tirar o sustento de todos e como a terra aqui na região é cara e não sobra para comprar mais, eu nunca cobrei que eles ficassem no sitio. (...) Eu pretendo ficar com a propriedade até morrer, mas eu acredito que quando isto acontecer, os filhos vão vender ela, porque eles estão bem melhor na cidade e não dependem da renda daqui, se eles não venderem será por um apego ao que eu construí, porque trabalhar acredito que eles não virão (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 18/11/2008).

[36] Por algum motivo não explicado por desconhecimento dos netos e pelo falecimento dos filhos de José Spadácio, sua família não teve característica numerosa.

Devido às técnicas de cultivo rudimentares usadas pela maioria dos camponeses, a fertilidade das terras do bairro “Maquininha” começaram a sofrer um processo de esgotamento, repercutindo no enfraquecimento dos cafezais. Porém o fator marcante para a continuidade da cafeicultura foi a geada de 1975 que atingiu os cafezais do norte do Paraná, de São Paulo e sul de Minas Gerais, enfraquecendo muito os cafezais do bairro, principalmente os mais antigos, que devido à falta de recursos para a renovação das lavouras e o pequeno conhecimento de técnicas, morreram ao serem decepadas ao tronco apresentando muitas falhas e diminuindo ainda mais a produção.

Contudo, com os cafezais paranaenses, paulistas e mineiros queimados, faltou café no mercado mundial fazendo com que o preço aumentasse, criando uma nova expectativa frente à dificuldade enfrentada pelos camponeses produtores de café, principalmente aqueles que tinham optado por cultivar somente este produto em suas terras ou parcerias.

As famílias descendentes de japoneses enfrentaram os mesmos problemas. Como a seda passava por sucessivas crises, que somadas às crises da cafeicultura, fez com que a colônia japonesa migrasse para outras atividades urbanas.

Com a volta da produção de café em novas áreas, o preço torna a cair agravando ainda mais a situação, pois agora não tinha somente os efeitos da geada e do esgotamento dos solos. Apareceram outros problemas como a dispersão do nematóide, a dificuldade de crédito e a vigência das altas taxas de juros para os financiamentos, desestimulando os cafeicultores do bairro.

Contudo, foi no final da década de 1980 que o quadro se agravou. O preço do café continuava caindo, principalmente, em virtude do fim do Acordo Internacional do Café, em 1989, e da extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café), em 1990. Como conseqüência houve o abandono e a erradicação de muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo um grande contingente de proprietários rurais que venderam suas propriedades e migraram para a cidade.

Em conseqüência do fracionamento das propriedades por herança e de outros fatores externos ao bairro “Maquininha”, que serão analisados no capítulo 3.2, uma grande parcela dos pequenos produtores de café do bairro buscou culturas alternativas, como lavouras temporárias, fruticulturas e pecuária de leite, e nas

propriedades um pouco maiores, a pecuária de corte. Todavia, para a sobrevivência da atividade agrária no bairro, a questão de maior impacto foi o abandono dos cafezais em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, quando parte destes produtores rurais, na maioria endividados, foram excluídos da atividade rural e descapitalizados.

Atualmente, a escola municipal do bairro (Figura 13) está fechada[37]; sendo usada pela prefeitura para instalação de um refrigerador de leite. A igreja tem missas uma vez por mês, isto é, somente no segundo domingo do mês e vêm poucas famílias e o antigo armazém fica fechado durante a semana (Figura 14), abrindo somente aos sábados e domingos, Além disso, a maioria das propriedades que outrora possuía café, atualmente está vazia, com pecuária, ou então, foram vendidas para empresários urbanos.

Figura 13 – Antiga escola rural do bairro Spadácio (“Maquininha”)
Fotografia: Joviano C. V. M. – 18/03/2009

[37] A escola encerrou suas atividades no ano de 1985, com isso as crianças do bairro são transportadas até a cidade pela prefeitura para estudar nas escolas urbanas.

Figura 14 – Antigo armazém do bairro “Maquininha”
Fotografia: Joviano C. V. M. – 18/03/2009

Contudo, ainda persistem camponeses que por algum fator de diferenciação ou pura resistência ainda se mantêm na atividade rural.

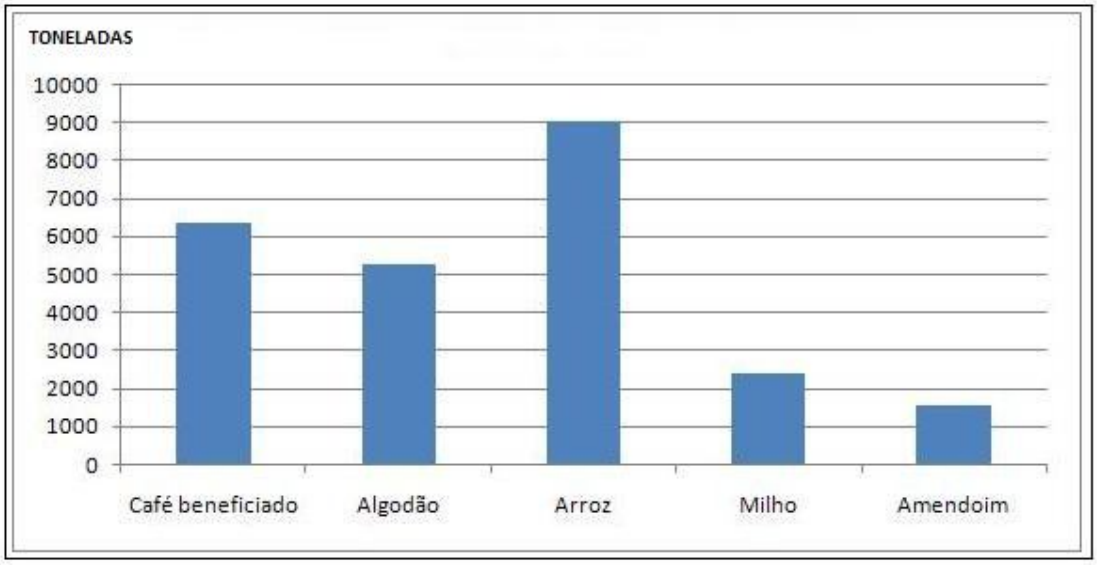
# 3. PRODUÇÃO E SUJEIÇÃO: ASPECTOS DA PRODUÇÃO CAFEEIRA NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO.

As políticas de valorização do preço do café, colocadas em prática pelo governo federal a partir de 1932, fatores de ordem climáticos, como as geadas e as secas, responsáveis por aumento de cotação do café devido à falta do produto no mercado, além da evolução das vias e meios de transportes como as ferrovias que avançavam para o oeste, foram de suma importância para motivar e criar um clima de euforia que teve como resultado a expansão da cafeicultura na Nova Alta Paulista a partir da década de 1940. Por conseqüência disso, e, pela oferta de terras baratas no município de Dracena, a marcha da lavoura cafeeira foi acelerada, já que para as famílias camponesas a crise da cafeicultura seria solucionada com trabalho e com o aumento da produção. Assim, ajudado por esses vários fatores a cafeicultura adentrou pelo espigão entre os pequenos rios substituindo as matas entre as margens destes, num intenso processo de formação de loteamentos, comercialização de lotes financiados e formação de lavouras.

O interesse pelas terras no alto do espigão era muito maior para os agricultores que tinham informação da condição do solo, pois tanto as pequenas, as médias e como as grandes propriedades que desenvolveram a lavoura de café sempre ocupavam a parte mais alta do espigão. Porém, como era habitual a venda, a revenda e até o fracionamento das propriedades, muitas ficavam sem frente para o espigão, ocupando as áreas de solos mais arenosos no baixo aclive dos vales fluviais, tornando-se produtora de cultivos temporários e criação de gado. Com isso, nem todos os lotes se transformaram em lavouras de café.

Dessa forma, percebe-se que o café era o produto agrícola norteador da economia do município de Dracena. Porém, o censo agropecuário do IBGE de 1956, observa-se que os produtos temporários tinham área plantada maior que a cafeicultura (Gráfico 1). Por que isso ocorria?

**Gráfico 1 – Produtos agrícolas em toneladas em Dracena - 1956.**




Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1956.

Organização Joviano, C. V. M.

Segundo Benjamin (1998), num estudo sobre a cafeicultura no município de Osvaldo Cruz, nenhuma propriedade cultivava somente a lavoura de café, pois além da produção de café na parte mais alta, havia também um pedaço de terra onde cultivavam as culturas temporárias e também o pasto para o gado, este mais próximo de um curso d'água ou onde fosse mais fácil a obtenção de água para servir ao animal. Por isso, apesar da pecuária e as lavouras temporárias serem atividades complementares, em determinadas épocas elas chegavam a ser também a atividade principal. Além disso, antes da formação da lavoura de café era feita uma agricultura temporária de subsistência, como confirma um antigo morador do Bairro, José Teixeira Rodrigues de 71 anos, atualmente aposentado do setor de eletricidade.

> Eu tinha 14 anos quando o pai chegou em Dracena em 1952, para formar um sítio com 16 mil pés de café, era ele, a mãe, eu e mais 5 irmãos (2 irmãos e 3 irmãs), eu era o 3º dos filhos, mas já trabalhava de sol a sol derrubando mato e a cada eito preparado, a gente já marcava as ruas de café e plantava o arroz no meio, para a produção sair rápido, (...) dificilmente a gente ia ao armazém, uma é que não tinha sobrado dinheiro da compra da terra e também por que era longe e a gente era desconhecido

> do vendeiro e o pai não queria pedir fiado, por isso a gente tentava produzir tudo aqui. (JOSÉ TEIXEIRA RODRIGUES, entrevista em 23/07/2009)

Portanto, ao lado das culturas comerciais como o café e o algodão, as de autoconsumo têm um lugar importante, sendo que as últimas precedem as primeiras no terreno ainda em construção, tão grande é a pressa do camponês em assegurar a alimentação de sua família, já que o crédito é difícil em um local desconhecido. Por isso o camponês planta e cria um pouco de tudo, desde grãos a raízes, fazendo todas as combinações possíveis, como feijão , arroz , milho, cebola, alho, verduras, abóboras, quiabo, pepinos, batata doce, cana-de-açúcar e quando se pensa em ficar anos no local, também árvores frutíferas como a bananeira, laranjeiras, abacateiro, goiabeiras e mangueiras. Também é comum o cultivo de cultura segundo a origem étnica do camponês, como um pouco de soja e variedade de legumes em propriedades cultivadas por descendentes de japoneses; ervilhas nas cultivadas por espanhóis; tomates e parreiras de uva nas roças de descendentes de italianos e a mandioca e os feijões de rama nas propriedades cultivadas por nordestinos, embora a mandioca também fosse encontrada em quase todas as propriedades.

Esta variedade de produtos cultivada pelo camponês para a manutenção da família pode ser observada na entrevista dada pelo aposentado, de 75 anos, José Gomes Moya quando ele afirma que:

> Prá sobreviver tinha que plantar de tudo, plantar aquilo que dava dinheiro e aquilo que virava comida, o que dava mais dinheiro era o café e o algodão, (...), só que o algodão dava muita lagarta (praga) e o café era muito demorado e ainda, às vezes, tinha algum contratempo e não tinha produção nenhuma, daí o sujeito se virava com o que virava comida. Um roceiro que se presa tinha que plantar um pomar de fruta, uma horta, um pouco de milho para criar uns porquinhos e umas galinhas, ter uns pés de abóbora, (...) o que não podia faltar era comida, o resto a gente esperava a próxima safra. (JOSÉ GOMES MOYA, entrevista em 22/07/2009)

Entretanto, cumpre mencionar que, tanto no município de Dracena como no extremo oeste paulista, o café, apesar de ter sido o componente articulador da construção e ocupação dos novos territórios, a sua produção não se deu de maneira absoluta como nas monoculturas das áreas mais a leste do Estado, já que após a crise de 1929, a plantação de café ocorre em intensa concorrência com as lavouras temporárias, produção comercial de gêneros agropecuários para abastecimento interno. Todavia, se durante todo o processo de ocupação e formação das lavouras de café, era comum se realizar plantações temporárias intercalares, com o processo

de industrialização que se expandia, também se tornou comum encontrar estas lavouras temporárias em roças separadas dos cafezais, principalmente a lavoura algodoeira que teve um aumento da demanda interna devido ao surto industrial nesse mesmo período, assim como as lavouras de arroz e feijão que se relacionavam muito com as crescentes demandas das populações urbanas. Á medida que as ferrovias iam avançando para o oeste formavam-se novos núcleos urbanos[38], aumentando a necessidade de gêneros alimentícios, ampliando e aquecendo o mercado para produtos agrícolas e pecuários.

Dos produtos agrícolas temporários plantados pelas famílias camponesas no bairro “Maquininha” destacava se o milho, o arroz, o feijão, o amendoim e a lavoura algodoeira. Esta última se deu em razão do aumento de seu preço em relação ao café devido o aumento da demanda interna e externa e por ser uma cultura temporária, podendo ser cultivado nas entrerruas do café novo, ou mesmo em roças individuais como cultura substituta, aproveitando toda a infra-estrutura própria da cafeicultura.

Todavia, o plantio de lavouras temporárias avulsas (separada do cafezal) não era atraente aos parceiros, pois constituiria prejuízo da potencialidade de mão-de-obra da família, pois os elementos seriam repartidos entre um cultivo e outra, o que no cultivo combinado os componentes da família desempenhariam os afazeres ao mesmo tempo, melhorando sua habilidade.

O mesmo pode ser dito da lavoura do milho que cresceu em importância durante todo o período, porém nas propriedades essencialmente camponesas, a sua produção era basicamente para o consumo interno, destinado para a alimentação de porcos, equinos e aves.

Salientamos também que, mesmo entre os produtos destinados principalmente ao autoconsumo como as culturas do arroz e do feijão, algumas culturas temporárias tinham maior aceitação que outras, como o amendoim e o algodão, pois tratavam-se de culturas que, devido à facilidade de ter compradores para estes produtos na região, poderiam atuar como complemento de renda nos momentos de maior dificuldade. Essas culturas eram vendidas para empresas como a SANBRA e a Granol em Tupã, a IRFM (Matarazzo) de Presidente Prudente, além

[38] Segundo o IBGE, em 1886, no oeste do Estado de São Paulo, a população era de 14.660 habitantes, subindo para 474.700 habitantes, em 1920 e chegando a 1.660.434 habitantes em 1940, o que reforça a rapidez com que ocorreu a ocupação da região.

de uma série de máquinas beneficiadoras da região, entre outras. Esta proximidade do intermediário ou da própria empresa se tornava uma vantagem, já que afastava o problema da perda da produção por falta de compradores ou por ter que levar muito longe, onerando o preço do produto devido o custo com o meio de transporte.

Segundo Monbeig (1984):

> O produtor de arroz não consome senão uma parte de sua colheita, tratada rapidamente (...) para lhe assegurar a quantidade indispensável ao gasto da família, devendo o restante todo ser vendido no centro urbano mais próximo. (...) nas zonas rurais dos novos municípios da Alta Paulista (...) plantam mais arroz do que milho. Quanto ao último, que não envolve transações comerciais consideráveis, o preço não compensa as despesas de transportes e ele aparece em toda a parte associado a criação de porcos. (MONBEIG, 1984, pág. 252).

As entrevistas feitas com os camponeses do bairro confirmam a análise de Monbeig (1984), pois produtos como o arroz tinham uma finalidade tanto de autoconsumo, quanto comercial, no caso, para abastecer os novos centros urbanos, sendo vendido e processado em máquinas beneficiadoras. Porém era acordado entre colono e empresa beneficiadora que uma parte da produção era designada para sustento da família camponesa, fazendo-se uma troca de arroz em casca por arroz descascado, numa ordem de 2 quilos de arroz em casca por 1 quilo arroz beneficiado.

Para Monbeig (1984), o feijão possui grau de importância parecida ao do arroz e do milho, pois:

> (...) participam da alimentação doméstica e também são objeto de vendas. A dupla colheita anual compensa o preço medíocre que alcança. Naturalmente, é o feijão das águas que ocupa maior espaço como cultura intercalar. Durante a estação seca, como é preferível não fatigar os solos, seu cultivo é, geralmente, feito em espaço separado e em modestas superfícies. Não é senão um complemento, se comparado á produção da estação úmida. (MONBEIG, 1984, p. 253)

Portanto, é de extrema necessidade atentar-se para a complexidade da produção camponesa do município de Dracena, que além de ter aparecido no município de Dracena antes da própria cafeicultura, ocorreu de forma independente desta, e em vários períodos concorrendo também em importância, já que não ocorria, apenas em função das crises da cafeicultura, mas tanto nas crises como também nas fases de expansão do café.

A finalidade com que se fazia a plantação de culturas temporárias entre as linhas de pés de café, ou antes, mesmo de se plantar o café se deve ao fato de agilizar a sua subsistência, mas também de igual importância e conseguir reservas para saldar o pagamento da dívida com o loteador. “Havia casos em que a lavoura de subsistência era feita juntamente com a semeadura dos grãos de café nas covas para início do cafezal.” (BENJAMIN, 1998, p. 113). Por isso, para o autor:

> As culturas temporárias eram as primeiras a ocupar um espaço na terra - tanto em pequenas como em grandes propriedades - pois permitiam um retorno rápido dos investimentos. A renda obtida era decorrente tanto da comercialização de culturas alimentares de primeira necessidade - que também serviam para o sustento das famílias - como culturas comerciais para industrialização (...) já que os núcleos urbanos proliferavam e, portanto, os produtos agrícolas encontravam um mercado bastante receptivo (BENJAMIN, 1998, p. 111 - 112)

Assim, as pequenas unidades de produção, produtoras de café e de produtos temporários, de maneira especial aquelas que empregavam somente a mão-de-obra familiar, dirigiam suas atividades para o autoconsumo e somente após o sustento se voltava para o mercado, ao contrário das médias e grandes propriedades. Por isso inferimos que, quando as pequenas unidades de produção se colocavam no mercado era para comercializar o produto comercial como o café e o algodão ou o excedente da produção, transformando-o em moeda para adquirir alguns dos benefícios que não tinham capacidade para produzir nas propriedades, como ferramentas agrícolas, algum tipo de tecidos, utensílios domésticos, entre outros.

É importante destacar que essa estratégia dava maior poder de resistência ao camponês. Esse fato pode ser compreendido analisando-se o processo de diferenciação ocorrido no Bairro “Maquininha”. Dos 53 camponeses proprietários, que ocuparam o bairro nas décadas de 1940/50/60, conforme apontado na Tabela 1, apenas 13 (treze) permaneceram no campo. Destes treze, doze são proprietários de pequenas unidades de produção que diversificavam a produção em suas propriedades.

Pode-se entender daí que a diversificação produtiva aumentou a capacidade de sustento e de permanência na terra por torná-lo mais independente do mercado, o que lhes dava maiores condições de atravessar os períodos de crise, já que estas propriedades não estavam subordinadas ao mercado. O mesmo não

ocorreu com as propriedades maiores (acima de 35 alqueires), destas quatro propriedades do bairro com mais de 35 alqueires cada[39], permanece apenas a fazenda do Sr. Rosalvo dos Santos que desde a compra da propriedade em 1954, lidou com gado de corte, que apesar de não ser imune às crises do setor pecuário, não sofreu as mesmas crises do setor cafeeiro. Já as fazendas de José Spadácio e José Guerreiro foram fracionadas por processos sucessórios e os herdeiros substituíram o café por outros produtos agrícolas e por pecuária, e por fim a fazenda de Antônio Morelli foi vendida para José Boni, um bancário aposentado do Banco do Brasil que arrancou os 53.000 pés de café e plantou pastagem para gado de corte e recria.

Segundo Faleiros (2007), devido a necessidade de menor investimento, as pequenas unidades de produção congregavam uma maior probabilidade de passar uma seguida queda de produtividade, além do que, em ocasião de queda dos preços das sacas de café, elas seguramente seriam mais flexíveis, agrupando e direcionando a mão de obra familiar para o cultivo de outras plantações mais favoráveis. Assim, os pés de café seriam conservados, com os proprietários aguardando que, na ocasião de elevação dos preços as culturas se achassem em condições aceitáveis de produtividade. Contudo, quando os preços recuperavam suas perdas, as outras culturas sofriam uma diminuição, mas mantendo a quantidade suficiente para garantir a subsistência da família.

## 3.1 A Produção Camponesa e a Formação da Economia Cafeeira

A análise da produção camponesa e a caracterização dos conflitos entre terra e capital são componentes relevantes para a compreensão das relações sociais que se constituíram na criação de formas de permanência e recriação do campesinato no bairro.

Um diagnóstico mais amplo sobre os resultados da implantação da economia cafeeira no bairro mostra que além da produção para o autoconsumo da quase totalidade das famílias de camponeses, este processo tem outras facetas.

[39] As quatro propriedades somam 301 alqueires, com uma média de 75,25 alqueires.

### 3.1.1 Características gerais

No bairro “Maquininha”, tanto as famílias camponesas das pequenas unidades de produção, como também nas médias, além da família, em alguns casos era necessário contratar mão-de-obra para a formação e para o cultivo da lavoura.

Como a região era formada por matas fechadas, a ocupação inicial - seja por pequenas unidades familiares ou por grandes proprietários - se dava pela derrubada de matas, que poderia ser feito a partir de dois tipos de contratos. O primeiro consistia na contratação, por parte de um grande proprietário, ou de um empreiteiro, que por um valor especificado em contrato[40] tem a tarefa de limpeza do terreno, como o trecho do contrato feito pelo Sr. Antonio Teixeira

> (...) no cartório e perante mim (ilegível) como proprietário locador o Sr Antônio (ilegível) e como empreiteiros locatários Antônio Martins, Adolfo Marino e Valdir Tosin, (...) para a derrubada de dezesseis alqueires de mata, na fazenda (ilegível), mediante as cláusulas seguintes:
> 1º os locatários se comprometem a derrubar dezesseis alqueires de matagal em espaço apontado;
> 2º o preço combinado é de seis mil Cruzeiros por alqueire, amortizáveis: em três parcelas, sendo dois mil Cruzeiros (Cr$ 2.000,00) no início dos serviços; dois mil Cruzeiros (Cr$ 2.000,00) no final da derrubada do mato e o restante no término da limpeza; (...)

Geralmente iniciava a derrubada de mata na estação seca com o roçado dos cipós e das árvores menores para permitir aos “machadeiros” o espaço necessário para derrubar as árvores de porte médio, e por último as árvores grandes, que na sua maioria não eram aproveitadas para madeira. Esperava-se por aproximadamente três semanas e colocavam fogo, sobrando somente os tocos e troncos mais grossos que ardiam por uma semana. Após a queimada faziam o destocamento e entregavam o serviço ao proprietário para dar continuidade ao processo de plantio do cafezal.

[40] O trecho do contrato feito pelo Sr. Antonio Teixeira é uma cópia quase ilegível que se encontra com o neto de Adolfo Marino

O outro tipo de contrato era mais complexo, pois consistia na realização de todas as etapas do processo como desmatamento, limpeza, queimada, plantio do cafezal e o trato deste até a produção.

Faleiros (2007), na pesquisa sobre os contratos de trabalho na cafeicultura paulista, afirma que nas fazendas, os cafezais eram formados por empreita, mediante um contrato feito entre o proprietário e o empreiteiro formador do cafezal. Em alguns contratos de empreitada os trabalhadores recebiam uma quantia fixa pela tarefa de formação das covas, mas na maioria dos contratos a eles cabia como remuneração unicamente a utilização da terra e os frutos do cafezal. Segundo Faleiros (2007) pelos serviços com o plantio, tratamento e formação e outros decorrentes da presente empreitada a cada um dos contratados ficará pertencendo todos os frutos e cereais que forem colhidos e suas respectivas empreitadas durante a vigência deste contrato e por tais serviços não terão eles direito a nenhum outro pagamento ou indenização

Neste contexto, Oliveira (2002) afirma que o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura se dá pela sujeição da renda da terra, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim:

> (...) o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Dessa forma, quando o camponês confia sua produção a um valor menor do que o equivalente a remuneração do trabalho de sua família e do meio de produção que lhe pertence, não é a sua força de trabalho que está sendo diretamente explorada, pois o agricultor não é um mero empregado da indústria, o que é retirado do agricultor é a renda da terra, pois esta está contida em toda a produção que o camponês entrega a indústria.

O contrato de empreita para formação de cafezal diferia quanto ao tempo de contratação e quanto à remuneração. No contrato de quatro anos, o camponês (formador) era contratado para derrubar o mato, fazer a limpeza do terreno, fazer a plantação do cafezal, podia plantar nas faixas entre as ruas de café, colher a produção do terceiro e quarto ano. Porém, no final recebia uma remuneração por

cova de café plantada, assim definida nas cláusulas 1ª, 5ª e 7ª do contrato de uma empreita na cidade de São José do Rio Preto registrada no Livro 96. Fls. 31. 2º Ofício Civil de Rio Preto e citado por Faleiros (2007)

> (...), o outorgante entrega ao outorgado, pelo prazo de quatro anos o terreno necessário para a formação de cem mil pés de café que lhe serão entregues (...), de acordo com as cláusulas seguintes:
> 1ª- a derrubada que teria início no espigão da fazenda do Aguapehy, (...), deve ser muito bem aparada, isto é, de tal maneira feita que não fique nenhuma árvore de pé, e a plantação dos cafeeiros perfeitamente alinhados, em quadra, guardando um dos outros a distância de dezessete (17) palmos;
> 5ª- durante os dois primeiros anos da presente empreitada, poderá o outorgado plantar nos cafezais arroz e milho, sendo quatro carreiras de arroz e uma de milho no primeiro ano e no segundo, três carreiras de arroz e uma de milho.
> 7ª- além da faculdade de plantar cereais, que já lhe foi conferida, nos termos da cláusula 5ª o outorgado retirará por si, integralmente, as safras de café do terceiro e quarto anos;, e receberá mais a importância de mil e seiscentos réis por cada pé de café formado que, naquela data tiver efetivamente, quatro anos, ou sejam cento e sessenta contos de réis (R$ 160:000$000), que lhe serão pagos nas seguintes condições: cinqüenta contos de réis (R$ 50:000$000) no correr do presente ano, sendo dez contos de réis (R$ 10:000$000) no ato de assinar este contrato, que recebeu, contou, acho conforme, e dá plena e geral quitação de pago e satisfeito; quinze contos de réis (R$ 15:000$000), depois de prontas as derrubadas e, finalmente, vinte e cinco contos de réis (R$ 25:000$000) depois de plantados os cem mil (100.000) cafeeiros;
> 8ª- A importância restante, ou sejam os cento e dez contos de réis (R$ 110:000$000), será dividida em quatro prestações anuais divididas, por sua vez, em prestações de igual valor, pagos da seguinte forma: no primeiro ano, de sessenta em sessenta dias, no segundo de noventa em noventa dias, e no terceiro e quarto anos de seis em seis meses.

O valor pago por cova ao empreiteiro formador de café poderia ser menor se no terreno onde o empreiteiro fosse fazer o plantio de café, a mata já estivesse derrubada, isto é, o dono da terra já havia feito a limpeza da terra, ficando definidos assim na 1ª e 3ª cláusula deste contrato citado por Faleiros (2007) e redigido no Livro de Notas n. 27, fls. 122 a 124. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte para a formação de 4650 pés de café em Novo Horizonte:

> (...), tem justo e contratado com o outorgado empreiteiro Sérgio Pinheiro Torres, para nela tratar e formar 4.650 pés de café, pelas condições e cláusulas seguintes:
> 1ª O prazo do contrato é de quatro anos a começar do dia 30 de agosto corrente ano,
> 3ª O empreiteiro perceberá a título de remuneração dos seus trabalhos e formação dos cafeeiros, quinhentos réis (0$500 por cada cova verde) contendo no mínimo duas hastes em cada cova em franca produção, bem assim, os frutos que os mesmos produzirem até o fim deste contrato;

> 8ª O empreiteiro poderá plantar então no terreno ocupado pela lavoura a seu cargo no primeiro ano, uma carreira de milho, duas carreiras de feijão casadas e três de arroz em cada rua de café; do 2º ao 4º ano duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, feijão duas carreiras cruzadas e arroz três carreiras em cada rua de café, ficando compreendido que, onde for plantado arroz, não poderá plantar outro cereal.

O contrato de 6 (seis) anos é semelhante ao contrato de quatro anos quanto ao sistema de trabalho, diferindo porém, na forma de pagamento, pois o empreiteiro formador de café, apesar de todas as obrigações que teria em um contrato de quatro anos, no final do contrato ele não é remunerado em moeda pelas covas de café plantado, já que tem a seu favor a exploração total do terreno por 6 (seis) anos, como mostra a 2ª e a 6º cláusula de um contrato citado por Faleiros (2007), feito na cidade de Lins e redigido no Cartório de Registro Civil de Franca Livro 96. Fls. 31

> (...) tem justo contrato com os outorgados o plantio e formação de vinte mil pés de café nessa fazenda, sob as seguintes cláusulas e condições:
> 2º Os empreiteiros se obrigam a derrubar o mato, queimar e preparar o terreno, fazer a plantação e formação do referido cafezal contendo vinte mil covas e obrigam a dar esse café formado observando em tudo as regras da boa agricultura, tudo por conta deles empreiteiros, no prazo de seis anos a contar de primeiro de setembro do corrente ano, sendo que eles empreiteiros terão como remuneração pelo plantio e formação desse cafezal somente o desfruto do terreno durante todo esse prazo de seis anos e também todo o fruto que produzir o cafezal dentro do mesmo prazo, não tendo o proprietário obrigação alguma de fazer qualquer pagamento em dinheiro a eles empreiteiro.
> 6º Os empreiteiros ficam com o direito de desfrutar do terreno onde plantarem esse cafezal pelo dito prazo de seis anos e tudo quanto plantarem e colherem neste terreno durante o dito prazo de seis anos pertencerá exclusivamente a eles empreiteiros, inclusive o café que produzir o cafezal até o fim do sexto ano deste contrato, sendo que o plantio de cereais no terreno deverá obedecer as seguintes exigências: a) no primeiro ano poderão plantar picado, isto é, sem alinhamento e será somente feijão, arroz, milho, batatas e fumo. b) Segundo e terceiro ano poderão plantar duas carreiras de milho em cada rua de café, quatro carreiras de feijão e arroz e uma linha de batatinhas e fumo em cada rua de café. c) Nos quarto, quinto e sexto ano só será permitido plantar quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho, sendo, porém em todo tempo só permitido o plantio de feijão cafelista.

Os contratos de empreita para formação de cafezal, no município de Dracena eram feitos, na maioria, de forma verbal[41], dificultando a pesquisa sobre

---

[41] A escritura de contratos feitos em cartório na região da Nova Alta Paulista era muito rara, segundo um cartorário aposentado de Junqueirópolis, isso se devia ao fato dos cartórios de registro ser muito longe das localidades de moradia dos contratados e contratantes, pois no caso de Dracena o cartório mais próximo ficava a 63 quilômetros na cidade de Lucélia, o que inviabilizava financeiramente o ato

este sistema de trabalho utilizado na época. Porém, no bairro “Maquininha” teve ampla participação da mão de obra familiar, com o desmatamento e formação de cafezais nas suas próprias propriedades, como mostra a entrevista de Adenilson Spadácio:

> Nosso sítio foi formado pelo meu pai e meus irmãos, o trabalho era de sol a sol, a noite era a conta de toma um banho e ir deita de cansado, dava até câimbra por que o negócio era pesado, era dois no machado, dois no trançador e minhas irmãs carregando os galhos e amontoando pra coloca fogo, demoramos três anos, mas plantamos tudo (ADENILSON SPADÁCIO, entrevista em 28/112008)

Portanto, o trabalho familiar era predominava na derrubada, formação e trato[42] do cafezal, dando uma amplitude maior de análise a este tipo de sistema.

Um ponto a partir do qual os fazendeiros usavam da sujeição da renda dos camponeses formadores de café era na produção de subsistência. Por força de contrato esta produção cabia aos camponeses, porém a partir de um formato de plantio que provoca a diminuição da produção, pois na maioria dos contratos constava o modelo de plantio determinado pelo proprietário, como por exemplo, o contrato registrado no Livro de Notas n.115, fls. 65. 2º Ofício Civil de Franca:

> No primeiro ano milho, duas carreiras, distante uma da outra de seis a sete palmos, arroz e feijão picado, respeitando uma extensão de um e meio palmos em volta de cada cova de café. No segundo ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, cinco carreiras de arroz e seis carreiras de feijão. No terceiro e quarto ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, quatro carreiras de arroz e quatro carreiras de feijão. As plantações baixas poderão ser feitas de acordo com o proprietário.

Dessa forma, na medida em que a plantação de café ia crescendo, as outras culturas iam diminuindo, tornando-se quase inexistentes, exceto o milho que era muito utilizado no plantio intercalar mesmo quando o café já estava em plena produção.

---

de legalização na época, já que até 1959 com a chegada da ferrovia, não havia outro meio de transporte para lá.

[42] Entendia-se por “trato” as atividades de capinar, o desbrotamento, a adubação, os cuidados com doenças, o espalhamento do cisco e palhas do café, a arruação, a colheita e a secagem nos terreiros.

Os camponeses cafeicultores utilizavam-se de técnicas tradicionais na derrubada de matas, reproduzindo os mesmos procedimentos do lugar de onde vieram, conforme Benjamin:

> Depois de preparado o terreno, eram feitas as covas, obedecendo a um distanciamento de 3,5 a 4 metros entre os cafeeiros na linha, e de 4 metros entre as linhas. Não havia preocupação com a erosão e, portanto, as linhas de cafeeiros geralmente eram dispostas obedecendo a inclinação do terreno, na direção em que as águas pluviais se deslocavam em enxurradas. Sérios problemas de transporte de solo somente foram detectados muito tempo depois, quando a terra começou a demonstrar sinais de esgotamento. A princípio, esse problema era minorado pela presença de tocos (BENJAMIN, 1998, p. 115)

Após o nascimento das mudas de café, a função era mantê-las limpas do mato, mas para o sustento da família era permitido ao formador/empreiteiro plantar lavouras temporárias entre as ruas[43], de onde ele tirava seu sustento até o cafezal ser formado e começar a produzir de forma efetiva. Terminada a empreitada, o formador saía à busca de outra área para iniciar novamente o ciclo ou passava após o contrato, a trabalhar como parceiro na propriedade, cuidando na maioria das vezes da mesma parcela de café que lhe coubera formar.

Os pés de café, depois de plantados ficavam dois anos em desenvolvimento, portanto sem produzir. No terceiro ano, os pés de café davam uma pequena colheita (Figura 15) e no quarto ano, a produção tinha um aumento razoável, mas ainda considerada pequena perante a produção plena que poderiam apresentar, pois o arbusto (pé de café) ainda não era formado o suficiente para dar uma grande produção como os cafezais mais velhos, o que ocorreria de forma efetiva somente após o sexto ano, por isso o formador de café tirava pouco proveito das colheitas.

Exatamente por isso os camponeses não tinham interesse nesta produção. Assim, para o camponês, a atividade econômica mais importante era usufruir do solo fértil logo após a derrubada para realizar a agricultura temporária, pois se não ocorresse nenhum contratempo, tinha a certeza de boas safras.

---

[43] Segundo os entrevistados, na área de plantio de café, havia um acordo entre o empreiteiro e o proprietário sobre o tipo de plantio a ser realizado, que seguia a maioria dos contratos vigentes naquela época. A maioria dos contratos permitia o plantio de três ruas de arroz no primeiro ano ou uma rua de milho intercalada com duas ruas de feijão, sendo uma de um lado da rua de milho e outra do outro lado.

Figura 15 – Pé de café com três anos – Dracena – 1946
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

As pastagens em quase todos os contratos era responsabilidade do formador de café, já que este precisava de animais para o trabalho na lavoura. O proprietário designava uma área, geralmente de capoeira (terra fraca) e áreas úmidas próximas aos córregos (terras baixas), que seria plantado o capim e transformado em pasto. Segundo Vitório Marino, antigo formador de café na região de Tupã, a empreitada era a forma mais fácil de arrumar um trabalho nas áreas novas, pois o proprietário precisava formar o cafezal e pretendia gastar pouco capital. Então:

> A gente era contratado pelo dono para derrubar o mato e plantar o café ou a pastagem do gado, (...) nesse período de tempo a situação era difícil, porque não tinha salário e a produção às vezes demorava até seis meses para sair, por isso, conforme o mato ia sendo derrubado, era o tempo de tirar a madeira de uso, queimar e juntar os galhos da sobra e enterrar a madeira que não ia ser usada, já começava a plantação de arroz atrás. (VITÓRIO MARINO, 90 anos, Entrevista em 02/12/2008)

Segundo Oliveira (1996) verificava-se um duplo mecanismo de apropriação da renda fundiária pelo proprietário de terras, pois ao mesmo tempo em que recebia as terras formadas prontas para a produção, sem nenhum gasto de capital ou de mão-de-obra, as áreas de plantação de café recebidas do formador, transformavam-se, a partir de então, em outra forma de geração de renda da terra, pois, às vezes, o mesmo trabalhador que formava o cafezal, agora tinha que pagar renda (em torno de 50%) para continuar a trabalhar na condição de parceiro.

A relação entre ambos tornava-se rentável ao proprietário sob dois aspectos: por um lado, ele assegurava a formação de uma nova lavoura de café, e por outro, acumulava na comercialização dos alimentos produzidos pelo formador/parceiro, pois este plantava e colhia para prover a sua subsistência, mas perdia na venda do excedente, ou sua maior parte, ao "negociá-lo" com o proprietário. Feito isto, o proprietário vendia os produtos no mercado e apropriava-se da renda devido à inequivalência dos preços, já que era difícil imaginar que os preços correntes no mercado orientassem as negociações estabelecidas entre proprietários e colonos.

A grande maioria dos contratos feitos em Dracena se dava no sistema de parceria, onde uma família, no caso das pequenas unidades de produção, ou mais famílias de parceiros, no caso das grandes propriedades, eram contratados para cuidar de uma parte da lavoura de café, que girava em torno de 4.000 pés de café por homem adulto[44], incluindo neste montante as outras culturas complementares, que seriam plantados nas entrerruas de café.

Nas famílias constituídas somente por um casal, e eram proprietárias de uma pequena unidade de produção que tinha mais de 8.000 pés de café plantados, era necessário o uso de parceria ou de trabalho acessório, pois a quantidade de pés de café era superior ao que um casal poderia cuidar. Daí observarmos que o sistema de parceria não foi exclusivo das propriedades maiores, já que ocorria também nas pequenas unidades de produção.

---

[44] O trabalho das mulheres e das crianças na lavoura era considerado trabalho auxiliar, sendo comum no jargão campesino o termo ajudante. A mulher poderia ser contabilizada como um trabalhador na relação trabalhador/4000 pés de café, somente quando a família camponesa tivesse mais de uma filha adulta, o que geraria mão-de-obra excedente nos afazeres da casa, assim a(s) filha(s) excedente(s) no trabalho doméstico teria que ir para a lavoura, deixando de ser mão-de-obra auxiliar para se tornar trabalhador permanente na roça.

No sistema de parceria, geralmente, as famílias camponesas contratada tinha direito a metade da produção dos pés de café que lhe tocava cuidar. Assim, terminada a colheita, a secagem e o beneficiamento, as sacas seriam divididas em função da proporção estabelecida, sendo esta a única fonte de renda do parceiro, exceto nas famílias mais numerosas, que por ventura houvesse mão-de-obra excedente, esta era designava para exercer trabalho acessório (assalariado) nas propriedades vizinhas ou na mesma propriedade, em tabelas de café[45] de outros parceiros, quando a propriedade em que morava tinha outras famílias no sistema de parceria.

Os contratos de parceria não eram todos semelhantes, pois podiam variar de acordo com o tipo de cafezal, a idade de plantio, a produtividade, a fertilidade do solo e das tarefas e afazeres que o parceiro acertava com o patrão como direito de fazer um roçado para ele, criar porcos ou bovinos. Mas em média estes contratos podiam oscilar entre 0% e 20% para os produtos temporários e de 40% e 50% (meeiro) para a lavoura de café, todavia, segundo Faleiros (2007), de maneira geral:

> (...) nos contratos de parceria, a natureza do vínculo era diferenciada, pois não se tratava única e exclusivamente de uma relação patrão-empregado, mas sim de uma relação entre iguais, entre parceiros, pressupondo-se a divisão da colheita, o que envolvia uma série de garantias mútuas e o estabelecimento das condições desta divisão, prazos e formas de entrega, bem como a definição sobre a quem cairiam os ônus da produção, tais como a secagem, o beneficiamento, o ensacamento, o transporte, etc. (FALEIROS, 2007, p.197)

Dessa forma, como os colonos das fazendas, os parceiros assumiam lavouras já formadas, sendo este tipo de contrato, uma maneira de dividir os custos de produção com o um terceiro, não tendo gastos com a produção e manutenção do cafezal naquela área. Porém, sabe-se que alguns parceiros conseguiram comprar pequenos pedaços de terras com a poupança do dinheiro ganho no trabalho em épocas de grandes safras de café, transformando-se em pequenos proprietários.

Este artifício não era visto pela família camponesa como forma de acumulação e concentração de terras, mas uma forma de impedir a exploração de

[45] Tabela de café era como os colonos do oeste paulistas denominavam uma pequena gleba de pés de café, pois como nas áreas de cafeicultura as características dos cafezais não eram homogêneas, era comum os proprietários dos cafezais repassarem para os parceiros várias pequenas glebas de café em lugares diferentes dentro da propriedade, isto para que um parceiro não tivesse vantagem sobre o outro por estar de posse de um cafezal com maior produtividade.

sua mão-de-obra e de sua família e ainda garantir um espaço de sobrevivência e de reprodução do nodo de vida camponês

A propriedade da terra atende a um artifício indispensável para a análise da produção camponesa. Porém, nesse caso, a terra não se presta como instrumento destinado à exploração da força de trabalho alheia, já que o trabalhador camponês não compreende lucro, apenas usa sua terra (propriedade) para garantir a própria sobrevivência e a da família.

Uma forma de o proprietário se apropriar do sobretrabalho camponês se dava por meio das benfeitorias feitas nas propriedades pelos camponeses formadores de café. Segundo o entrevistado Vitório Marino, muitos proprietários cediam o talhão de mato para a derrubada e plantio de café. Como a parte empreitada não possuía moradia para o formador de café e sua família, eles construíam pequenas palhoças com tábuas de coqueiro e cobertas com sapé, que por ser de fácil manuseio era rápida a construção. Com isso, o proprietário estabelecia no contrato ou no acordo verbal, que toda benfeitoria feita na propriedade não seria indenizada e nem retirada, como define a 4ª cláusula de um contrato escrito no Livro de Notas n. 27, fls. 122 a 124. Do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte, para formação de café em Novo Horizonte:

> 4ª Obriga-se o empreiteiro a zelar e conservar trazendo sempre em bom estado de conservação as benfeitorias que ora recebe e as que futuramente construir para seu uso, entregando-as afinal ao proprietário sem direito a indenização alguma pelas mesmas.

Dessa forma, muitas vezes, os proprietários incorporavam em suas propriedades casas, poços, chiqueiro de porcos, pés de frutas, hortas, cercas, através de trabalho gratuito feito pelo camponês. Em alguns casos, o proprietário exigia que a casa entregue no final do contrato fosse de madeira serrada e coberta com telha.

Nas pequenas propriedades, era comum o uso de trabalhadores em épocas de colheitas, chamados de “peões” ou “camaradas”, que exerciam o trabalho assalariado, na maioria como diarista, contratados através de um acordo interpessoal, no qual era acertado o valor do trabalho por dia descontando a alimentação. Era comum estes “camaradas” receberem seus proventos somente nos finais de colheitas, já que seus gastos eram mínimos, pois não eram acompanhados

pela família e se alimentavam na casa do contratante, por isso muitos preferiam receber todo o montante de uma só vez, como se fosse uma forma de poupança justificando a necessidade da migração.

Estes trabalhadores durante o tempo de permanência em uma propriedade moravam em galpões, tulhas ou em caso de longa permanência e criação de laços de confiança passavam a morar em quartos da casa da própria família camponesa que o contratou, às vezes como se fosse um membro da família. Os “camaradas”, na maioria, eram imigrantes nordestinos ou mineiros que vinham ganhar a vida nas lavouras de café. Na condição de solteiros, não tinham tanta preocupação com o período de retorno para casa, por isso era comum ficarem de uma colheita para a outra, principalmente quando a família do proprietário era pequena, recém-casada ou os filhos não tinham idade suficiente para o trabalho na roça. Dessa forma, existia trabalho na entressafra, havendo relatos de que alguns “camaradas” trabalharam até nove anos numa mesma propriedade, conforme podemos observar em entrevista com João M. Joviano:

> Um ano depois de casado (1959) eu comprei uma chácara, mas como eu era sozinho na roça (a esposa cuidava do filho recém nascido), ajustei um camarada vindo da Bahia chamado Nelson para me ajudar na colheita, ele puxava no eito comigo como se fosse dono do serviço, o Nelson ficou 2 anos, quando acabou a 2ª colheita, ele foi embora pra casa na Bahia, mas como eu precisava de um ajudante ele mandou um irmão dele chamado Joel, que me ajudou num arrendamento que eu fiz para plantar amendoim. Como o rapaz era muito trabalhador e de confiança ele foi ficando e morou com a gente 9 anos, me acompanhando em três mudanças de sítio, era como um irmão. (JOÃO M. JOVIANO, entrevista em 21/06/2009)

O sistema de colonato esteve pouco presente no município de Dracena, pois predominava a pequena propriedade rural, dado o grande fracionamento das terras

A questão das relações de trabalho que vigoravam nas lavouras de café do oeste paulista, e, em conseqüência em Dracena e no bairro “Maquininha” provocou um grande número de interpretações sobre o seu caráter e suas especificidades.

O que se observa entre os entrevistados é que os termos utilizados para os sistemas de trabalho são genéricos, pois para a maioria dos entrevistados, o termo colono era empregado para qualquer trabalhador rural sendo ele formador de

cafezais (empreiteiro), assalariados ou mesmo parceiros. Porém, nesta pesquisa usaremos o conceito de Martins (1981).

Segundo Martins (1981), as relações de colonato caracterizavam-se como "não-capitalistas", pois existiam vínculos trabalhistas monetarizados, não monetarizados e alguns trabalhos gratuitos (limpar o quintal, arrumar a cerca, tratar do gado e dos porcos do proprietário), não se esquecendo também do caráter familiar do trabalho que não nos permite definir o colonato como uma relação capitalista de produção. Portanto, é o modo de produção capitalista que produz estas relações. Para o autor, a permanência na terra fornecida aos colonos edificava a utopia de estarem trabalhando para si, porém estavam somente garantindo a sua simples reprodução como trabalhador. Assim, o colonato implicava na desigualdade entre as partes contratantes. O que era fundamental aos colonos, a produção de alimentos, era visto como acessório ao proprietário, e o que era fundamental ao proprietário, a formação e o cuidado com o café, seria acessório para os colonos, visto como uma tarefa de pequeno valor.

É de se ressaltar que a forma como os contratos eram firmados, evidenciava os mecanismos de sujeição. Nas entrevistas realizadas, todos os camponeses afirmaram ter vendido o excedente da produção para os proprietários onde trabalharam. Essa situação pode ser confirmada na entrevista com os proprietários, que também afirmaram ter comprado a produção de seus parceiros, tanto de lavouras temporárias, como de café. Houve somente dois entrevistados que afirmaram não comprar a produção de seus parceiros. Porém, o produto era levado para a cidade e comercializado a seu modo, sem a presença do parceiro, que seria, após a venda, comunicado de como havia sido feita a transação. O camponês proprietário, por sua vez, também se encontrava sujeito ao proprietário da máquina de beneficiamento, devido ao adiantamento financeiro recebido para a realização da colheita. Todavia, há que se discutir, neste ponto, quais eram as perspectivas de se comercializar “livremente” os excedentes de sua produção, levando-se em conta esta “preferência de compra” sobre as produções dos parceiros, tanto de alimentos, quanto de café.

A renda da terra também pode ficar sujeita ao capital quando o agricultor, endividado, entrega ao banco anualmente os juros do empréstimo:

> (...) quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização (...) suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista (OLIVEIRA, 1996, p.62).

Assim, o camponês deixa de ser proprietário concreto e passa a apresentar a posse nominal da propriedade, pois a deixa como garantia e, ainda, permite ao banco retirar a renda da terra sem ser proprietário dela. Neste caso, para sujeitar a renda da terra camponesa, os proprietários ofereciam adiantamentos para os parceiros para que esses pagassem quando vendesse a colheita, como na cláusula de nº 9 de um contrato de parceria registrado no 2º Ofício Civil de São Manoel, Livro 105, Fls. 188, no qual consta que "o proprietário se obriga a fornecer de trezentos mil réis a quatrocentos mil réis por sessenta dias de gêneros, ao preço corrente do dia que pagarão com juros de 8%, em café ou dinheiro corrente" (FALEIROS, 2007, p. 264). Porém, era comum a cobrança de juros que oscilavam entre 8% até 18% ao ano[46] nos anos de 1945 até meados da década de 1970, já que após esse período, o Brasil foi assolado por um surto inflacionário que durou até a implantação do Plano Real em 1994. Por isso, neste período os camponeses, tanto parceiros como proprietários tiveram que buscar financiamentos junto a instituições financeiras.

Esta prática, mencionada por Oliveira (1996), figurava como importante mecanismo de sujeição, pois "amarrava" o empregado ao proprietário diminuindo a porvindoura habilidade na negociação do trabalhador na ocasião de fechamento do novo contrato e dificultava seu direito de vender o cultivo como bem achasse melhor.

Havia ainda uma gama de outras atividades que eram consideradas pelos proprietários como uma obrigação dos colonos, como limpar o quintal do patrão todo final de semana, descascar as espigas de milho para o trato dos animais domésticos, limpar as pastagens em dias de chuva, já que havia a impossibilidade de trabalho no cafezal e em alguns casos até cuidar do café durante a secagem no terreiro, conforme podemos observar nas cláusulas de um contrato de parceria da cidade de Igarassu, registrado no 2º Ofício Civil de São Manoel Livro 105, Fls. 188 e citado por Faleiros (2007, p. 264)

[46] Segundo o bancário aposentado do Banco do Brasil Antônio Lima, responsável pela carteira agrícola do banco na década de 1970, os financiamentos para gastos com a colheita do café oscilava entre 3% e 6% dependendo das garantias dadas pelos requerentes e do tamanho da área da propriedade em que o financiamento pedido seria destinado.

> Saibam quantos esta virem que (...) perante mim compareceram partes entre si justas e contratadas, para ajustaram a escritura pública de contrato de parceria constante das seguinte cláusulas, a saber: (...)
> 3º Os meeiros se obrigam mais a tratar a tropa composta de quatro animais e zelar pelas replantas do café;
> 4º Se terminado o prazo deste contrato faltarem pés de café, pagarão os meeiros dois mil réis por pé que faltar;
> 5º O café colhido será seco no terreiro pelos meeiros e postos na tulha;
> 6º O meeiro obriga-se por sua conta própria a extinguir os formigueiros que venham danificar a lavoura a seu cargo, fornecendo para isso a formicida que for necessária para essa extinção;
> 8º Os meeiros se obrigam mais a concertar as cercas, carpir os pastos, roçar as beiradas da mata, a planta de cereais no cafezal, tudo de acordo com o proprietário;
> 10º Os meeiros se obrigam a conservar as benfeitorias que fizerem que ficarão pertencendo ao proprietário sem direito a indenização alguma;
> 11º Fica estipulada uma multa de cinco contos de réis para a parte que não cumprir as cláusulas deste contrato até o final;
> 13º Os colonos meeiros darão conta do serviço a seu cargo empregando o seu próprio trabalho ou dos camaradas necessários contratados por sua conta e não poderão remover do sítio suas criações, sua mudança e tudo mais que ali tiverem, antes de darem cumprimento a este contrato.

Por se tratar de uma “obrigação” estas atividades eram, na maioria das vezes, realizadas por crianças e mulheres que nada recebiam pelo trabalho.

Os contratos eram na maioria dos casos instrumentos de opressão dos trabalhadores. Era usado como uma forma de manter a mão-de-obra na propriedade, mediante registro de multas, cobrança de taxas e garantir ao proprietário o direito de fiscalização das tarefas, visando minimizar as possibilidades de abandono da lavoura e garantir ao proprietário uma série de direitos unilaterais, pois se o proprietário quisesse se livrar de algum trabalhador bastava que ele entendesse que uma atividade não tinha sido desempenhada segundo o que estava no contrato, já que os critérios de vistoria eram muito impessoais, podendo o empreiteiro ou parceiro ser despedido por qualquer motivo apontado pelo proprietário como, o número excessivo de animais (porcos, aves, vacas), acusação de preguiça, o alcoolismo, o uso de terras que não estavam no acordo, brigas, animais que pulavam a cerca entre outros, que apontava para um desnivelamento das forças muito desigual nas relações de trabalho.

Apesar de uma grande quantidade de contratos de trabalho, a maioria deles era estabelecido verbalmente, isto é, num acordo entre patrões e empregados, onde o que valia era o que tinha sido conversado no momento do acordo, como afirma um agricultor aposentado, sobre o uso do sistema acima:

> Não tinha contrato escrito, as coisas eram feitas no “fio do bigode[47]”. O que era conversado era “palavra de rei”, tinha que ser cumprido, nada era assinado, por que as coisas eram acertadas e se uma das partes não cumprisse, o boato corria o bairro e se fosse patrão ninguém queria trabalhar para ele e se fosse empregado, naquele bairro ele não arrumava mais colocação, por isso as coisas tinham que ser certas (VITÓRIO MARINO, 90 anos. Entrevista em 02/12/2008).

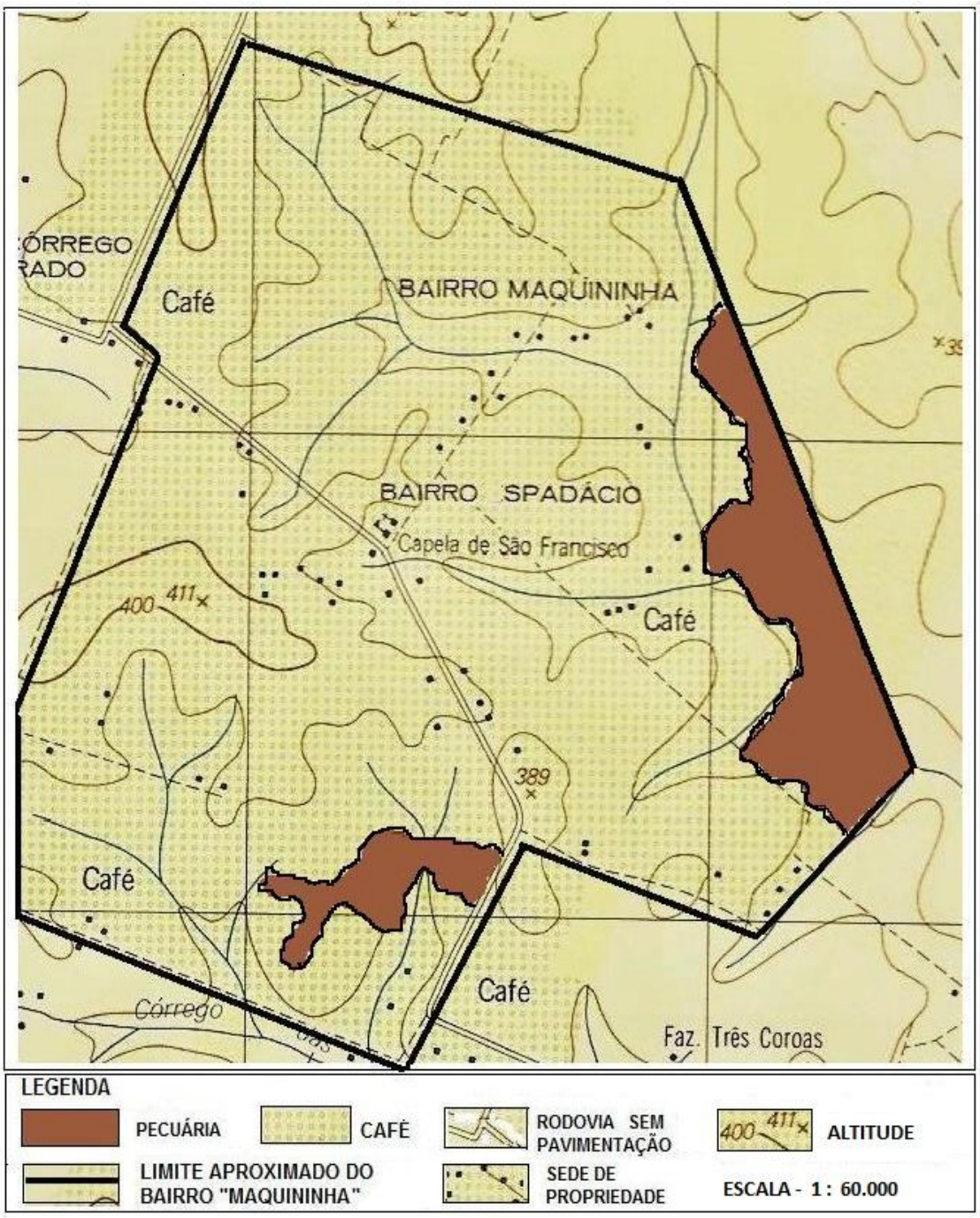
Na análise desta entrevista se percebe os detalhes de uma ordem moral, com seus significados, característica de uma distinção do modo de vida camponês no bairro “Maquininha”, reforçada na análise de Woortmann (1990) quando ele afirma que os camponeses são conduzidos por uma lógica que se registra no plano moral, e não pode haver a subversão desta ordem, que ele chama de “(...) ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra”. (WOORTMANN, 1990, p. 11).

A partir da década de 1990, o café foi quase que totalmente erradicado no Bairro “Maquininha”, sobrando somente quatro proprietários que ainda mantêm a cafeicultura de um total de 48 propriedades. Com a retirada dos pés de café, a maioria dos proprietários se voltou para a pecuária ou venderam suas propriedades para comerciantes urbanos, funcionários públicos aposentados e pessoas ligadas à terra que pensam em expandir seus domínios.

Numa comparação entre o Mapa 4 e a Figura 16 podemos analisar as áreas ocupadas com café e com pecuária em 1975 e em 2003. A cultura de café ocupava quase toda a extensão do bairro, ficando somente as margens dos córregos com a prática da pecuária (Mapa 4). Na Figura 16, verifica-se que a cafeicultura foi quase que totalmente erradicada do bairro, cedendo espaço para as pastagens, restando apenas 4 propriedades que ainda mantêm a cafeicultura.

[47] A expressão “fio do bigode” surgiu há muito tempo e consistia em garantir a palavra acertada com um fio da própria barba, retirada do bigode, apesar de que isso não ocorria, mas era uma forma de expressar a honradez de uma pessoa. Por décadas representou o fechamento de negócios sem nenhum documento assinado, somente pela palavra do homem e um aperto de mão.

**Carta Geográfica1 – bairro “Maquininha” - plantações de café e pecuária – 1975.**




Fonte: Serviço Gráfico do IBGE – 1975. -

Organização: Joviano C. V. M.

Figura 16 – Vista área do bairro “Maquininha” em 2003
Fonte: Digital Globo – Organização Joviano, C. V. M.

Destas quatro propriedades que ainda mantém a cafeicultura, três são cultivadas pelos proprietários. Destas três propriedades, uma recebeu a implantação de técnicas de irrigação e de plantio consorciado com acerola[48], porém, nas outras duas ainda se produz nos moldes tradicionais, sendo que uma delas é de posse de uma família camponesa formada por um senhor aposentado e seus dois filhos e a

[48] Esta situação de resistência camponesa será analisada no capítulo 4

outra é de posse de uma família que alega ainda manter o café somente como um patrimônio familiar, pois a maioria da renda vem do emprego assalariado da esposa e da filha que trabalham fora da propriedade.

A quarta propriedade é de posse de um senhor aposentado que mora na cidade e paga mão-de-obra volante quando necessário.

### 3.1.2 Auge e Crise: Encontros e Desencontros.

A territorialização da cafeicultura no município de Dracena está diretamente ligada aos mecanismos de (re)criação do campesinato.

O município de Dracena-SP foi fundado aproximadamente uma década e meia após a crise de 1929, em um período em que o governo federal buscava uma reorganização do mercado interno, principalmente no que diz respeito ao setor agrícola, com a atividade cafeeira muito abalada pela queda dos preços, além do setor industrial, que tinha de gerar o capital para a industrialização de base. Assim, as políticas públicas daquela época visavam beneficiar os interesses dos grandes capitalistas do café, sobretudo ao transferir os recursos públicos para o setor privado, com a intenção de suplantar o colapso financeiro em que passavam os grandes produtores de café, que pelejavam com os baixos preços obtidos nas safras.

Assim, no município de Dracena, por ser uma área de ocupação recente, a lavoura cafeeira imperou e, além disso, incorporou novas áreas ao seu cultivo, devido à grande quantidade de solos férteis, e ao fato de serem recém desmatados, possibilitando uma elevada produtividade para os cafezais. Neste contexto, mesmo com a instabilidade gerada pela crise e pela desconfiança dos produtores, com relação às medidas do governo, os produtores obtinham renda com a atividade cafeeira. É o que explica o fato de, ainda em crise, o café atrair tantos produtores para as faixas “novas” em busca de aumentar ainda mais os cafezais, apesar de, do ponto de vista econômico, o número de cafeeiros tivesse ultrapassado além do limite suportável.

A expansão da lavoura cafeeira foi acelerada e motivada pela perspectiva de boas safras que se garantia na riqueza natural do solo e pelos baixos custos de

produção, devido ao uso de mão-de-obra de familiar, em sua grande maioria e de famílias de parceiros.

Nas terras recém colonizadas do bairro “Maquininha”, apesar do predomínio, a cafeicultura não tinha o domínio absoluto nas propriedades, pois as famílias camponesas antes e durante a prática da cafeicultura cultivavam produtos concorrentes como parte da estratégia camponesa para enfrentar possíveis crises, como o milho, o algodão, o amendoim, o feijão e o arroz, nas terras mais férteis, havendo ainda os produtos de menor área para a subsistência direta como abóbora, quiabo, hortaliças, abacaxi, mandioca, batata doce, determinados tipos de frutas e havia ainda a plantação de amoreiras para a produção de sericicultura, que para os descendentes de japoneses era uma das formas mais rápidas de ser conseguir dinheiro, pois em aproximadamente 40 dias saía uma produção de casulos que eram comercializados em Bastos ou em Marília:

> Nossa família veio de Bastos em quatro irmãos no ano de 1951, por que já tinha alguns japoneses de lá que tinha comprado terras aqui e mandava carta falando muito bem das terras da fazenda Três Coroas. Compramos dois sítios de 10 alqueires e dividimos em 5 alqueires para cada um. Naquela época o Japão comprava toda a seda que a gente produzia e pagava a vista. (...) Os dois irmãos mais velhos (Massashi e Pedro) plantaram 12 mil pés de café, um pedaço de pasto e a outra metade com amora. Eu e o outro irmão (João) plantamos quase tudo em amora, deixamos só um pedacinho para pasto (SHIGUEO SOBU, entrevista em 29/08/2008)

Dessa forma, a região do atual município de Dracena passou por grandes alterações, tanto com os desmatamentos, como nas relações de trabalho, de uso da terra, das formas e diversificações de produção além, do fracionamento das glebas que, para atender a demanda por terras e a lucratividade na comercialização, fez surgir uma grande quantidade de pequenas propriedades.

Todavia, apesar da variedade de produtos em muitas propriedades, quase todas as propriedades do bairro “Maquininha” tinham plantações de café em maior ou menor quantidade, já que o café juntamente com o algodão e a sericicultura apresentavam uma maior procura no mercado internacional, por isso tinha preços mais atrativos, o que explicava o fato de produtos como o arroz

apresentar uma maior produção em toneladas, mas quando se comparava os preços de venda, o café, o algodão e a sericicultura era mais interessantes.

Por muito tempo, a cafeicultura produziu à custa dos solos férteis naturais, pois o uso de adubos químicos, calcário, insumos e defensivos agrícolas eram praticamente desconhecidos pela maioria dos cafeicultores. Por isso, as primeiras colheitas alcançaram elevados índices de produtividade, sendo comum algum produtor conseguir produzir uma média de 150 sacas por 1000 pés de café, quantidade considerada expressiva. Se o trabalhador rural conseguisse chegar até a época da colheita de café sem comprometer o seu orçamento, isto é, se ele conseguisse tirar o sustento da família das lavouras de autoconsumo, sobraria grande parte da colheita do café, por isso ao vender a referida colheita era comum a família expandir o tamanho da propriedades ou ainda investir em conforto para a casa como televisão, aparelhos domésticos, veículos. Sendo ele um parceiro poderia adquirir uma pequena propriedade nas novas frentes de expansão se a família assim necessitasse e o acompanhasse.

No entanto, nem todos os cafeicultores conseguiam boas safras, devido ao desgaste do solo. A produtividade passa a depender de novas técnicas de produção, como curvas de nível, adubação química, largura das ruas de café e novas variedades:

> Os que tinham acesso a essas informações e tinham meios de torná-las realidade quase sempre foram bem sucedidos. Aqueles que se mantiveram apegados aos procedimentos que aprenderam em lavouras por onde passaram - e eram muitos -, procedimentos esses que na ocasião, já estavam sendo reprovados - condução dos tratos culturais, a colheita e o preparo do café - contribuíram para que o café, não só do município, mas também da Nova Alta Paulista, se tornasse conhecido como sendo de péssima bebida, perdendo muito em preço e receptividade no mercado. (BENJAMIN, 1998, p. 116-118)

Quando os pés de café começaram a produzir, a comercialização das colheitas não era feita de forma direta, pois os cafeicultores vendiam a produção para os proprietários das máquinas de café que operavam junto às máquinas de beneficiamento. Portanto, as alternativas para o comércio eram poucas, reduzindo os ganhos do produtor.

No entanto, os pequenos proprietários, devido ao desconhecimento de como funcionava o mercado de café e o alto custo do frete para transportá-lo até os pontos de embarque, as máquinas de beneficiamento de café tornaram-se o

principal meio de comercialização[49] de seus produtos, seja ele o café, como também os produtos de autoconsumo.

> As terras aqui eram muito boa, a gente tirava cada colheita que dava gosto. (...) Teve muita gente no início que conseguiu seu pedaço de chão com o café e também porque não dependia do adiantamento do maquinista, por que esses se fazia de amigo mais era tudo chupim[50], quase todos enricava a custa do café dos pequeno que não tinha outra saída e se enterrava na máquina ai quando ia vender o café mal dava para pagar o adiantamento. (LUÍS FERREIRA, entrevista em 12/09/2008)

Além de compradores, esses empresários, em geral, capitalizados, transformaram-se também em financiadores das produções, pois na maioria das vezes, existia uma relação de amizade e de confiança por parte dos camponeses, que por isso tinha uma facilidade de acesso ao dinheiro, que comumente era oferecido aos produtores como forma de "adiantamento" para a realização da colheita. Com isso, os agricultores tornavam-se vulneráveis aos interesses destes maquinistas, pois quase sempre era cobrado nestes ditos "adiantamentos", juros mais altos que as instituições bancárias praticavam na época, resultando em dupla apropriação da renda da terra, pois além de pagar juros pelos empréstimos o cafeicultor ficava amarrado a este maquinista, tendo que lhe vender a produção, que nem sempre pagava o preço e o peso justos. Todavia, isto não acontecia com os grandes proprietários que tinham acesso facilitado aos benefícios dos bancos oficiais, já que eram possuidores de outros imóveis aceitos como fiança para a obtenção de financiamentos a juros mais baratos.

Com essa variedade de produtos e com a ampliação da cafeicultura na região, além de várias máquinas de beneficiamento de café, foi importante a atuação das cooperativas agrícolas, que a partir de meados da década de 1960, se instalaram no município de Dracena e arredores. Dentre estas cooperativas, se destacaram na região, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Agrícola Sul Brasil[51], organizadas por imigrantes japoneses que vieram das antigas zonas

[49] Os grandes proprietários, pouco dependiam dos maquinistas, pois eles próprios instalaram suas máquinas de beneficiamento e outros equipamentos, como secadoras, barracões para armazenamento etc.

[50] Nome de um pássaro que bota seus ovos no ninho do tico-tico para que este crie seus filhotes e adotado no meio popular como termo pejorativo dado para as pessoas que se aproveitam da inocência, da ignorância ou de uma situação para explorar outras pessoas financeiramente.

produtoras.

Segundo Gil (2007), estas cooperativas vinham para a região interessadas em comprar a produção agrícola para revendê-la aos grandes centros, além de exportar os produtos de maior procura no mercado internacional e fornecer insumos e ferramentas aos cooperados. Nesse sentido, a vantagem da cooperativa em relação às máquinas de beneficiamento era que o produtor, ao vender a sua produção conseguia o preço de mercado praticado nos grandes centros e não estava preso às amarras de um especulador.

Com o objetivo de defender o preço do café em todas as partes e incentivar o investimento em melhoria genética com melhores variedades, tanto na produtividade, como na qualidade da bebida e na resistência a doenças, o governo, no ano de 1952 criou o IBC, pois, dessa forma, além de cuidar dos interesses do setor cafeeiro, o Estado se apropriaria de parte da comercialização, transferindo rendas obtidas com o café para outros setores econômicos. Assim o governo exerceria papel essencial na tomada de decisões de importância nacional.

O ajuste dos preços do café era de interesse, das empresas beneficiadoras e torrificadoras, como também dos produtores rurais, especialmente os pequenos, que tinham como planejar suas produções ante a estabilidade dos preços, e, com isso não perdiam nas vendas e na elevação dos preços dos insumos que tinham que comprar para manutenção da produção.

Segundo Rosas (2002), a alteração dos preços do café pode ser entendida quando assim analisada:

> (...) se por algum motivo, os preços do café subirem em um período, a tendência é que os produtores passem a plantar ainda mais pés de café, que entrarão em produção em um período posterior há três anos. Na medida em que essa plantação adicional começa a produzir e seus frutos ingressam no mercado, a oferta ultrapassa em muito a demanda. Os preços tendem a cair e o mercado se estabiliza a níveis muito baixos de preços. (ROSAS, 2002, p.33)

Excetuando-se a geada de 1953, nenhum fator de ordem natural havia dificultado a cafeicultura no bairro “Maquininha”. Porém, no ano de 1962, em função

[51] A CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia tinha sua sede no município de Cotia, na região metropolitana de São Paulo e a filial mais próxima estava instalada no município de Irapuru a 20 quilômetros de Dracena, porém havia muitos cooperados neste município. Já a Cooperativa Agrícola Sul Brasil, estava instalada em Dracena, mas atualmente só resta o prédio abandonado, pois as duas cooperativas tiveram suas falências decretadas na década de 1990.

de uma super safra[52] em São Paulo e Paraná, o preço da saca de café caiu, mas em função de uma geada no Paraná em 1963 e de uma seca que assolou a território paulista no ano de 1965, neste mesmo ano os preços voltaram a subir, Contudo, por volta da década de 1960, a cafeicultura da região da Nova Alta Paulista, e em conseqüência no bairro "Maquininha", atingiu o auge de produção, e a partir daí os cafezais começaram envelhecer e trazer alguns problemas para os produtores, tanto aqueles de nível local como os problemas de nível externo ao bairro. Nesse sentido, a economia cafeeira começava a sentir uma série de inconstâncias que desestabilizaria por completo a atividade na região, a começar pelos problemas de geadas em 1967 e 1969 que deixaram boa parte dos cafeeiros do bairro deficitários. Porém, compete ressaltar que mesmo com a perda de expressividade econômica, a cafeicultura continuou sendo muito cultivada, porém com menor magnitude, sendo substituída por outras culturas agrícolas - principalmente com a pecuária - que começaram a ganhar mais espaço, sobretudo nas grandes propriedades. Fato também verificado por Benjamin (1998), atribuindo a diminuição dos cafezais e a adoção das pastagens em suas propriedades à regulamentação do ETR/1964[53], pois para o autor:

> (...) a nova legislação trabalhista para o trabalhador rural proporcionou uma revolução nas relações de trabalho no campo, criando uma série de atritos entre as partes e com graves conseqüências para a cafeicultura, a qual contava com um maior numero de trabalhadores em situação bem diversa daquela que fora determinada pela nova lei. (BENJAMIN, 1998, P 129)

Concomitante à diminuição da mão-de-obra na cafeicultura, se dá a implantação de um programa de erradicação remunerada para substituição e diminuição dos cafeeiros decadentes. Todavia, a implantação do GERCA[54] pelo governo paulista não alterou o número de pés de café no bairro, pois ao mesmo tempo em que o governo incentivava a erradicação de cafezais velhos e deficitários,

---

[52] A safra brasileira ficou em torno de 39,6 milhões de sacas no biênio 1961/62, o que fez cair um pouco os preços, principalmente em agosto de 1963.

[53] Estatuto do Trabalhador Rural (ETR – 1964) é uma lei publicada em novembro de 1964, e que entre outras coisas, confere uma série de direitos ao trabalhador rural, nos moldes do trabalhador urbano, como: jornada de trabalho, férias, licenças, horários para refeição, descanso remunerado, além de contribuições previdenciárias de parte do trabalhador e do patrão. Apesar de ter sido publicado em 1964, seu resultado vai ser sentido em grande escala no início da década de 1970.

[54] Grupo de Racionalização da Cafeicultura - Campanha do governo do Estado de São Paulo de erradicação remunerada para substituição e diminuição dos cafeeiros geados e decadentes.

outros cafeicultores realizavam novas plantações na expectativa de melhoras futuras. Porém, ao contrário do que aconteceu no bairro ”Maquininha”, no município de Dracena houve a erradicação de 1,6 milhões de pés de café, fato ocorrido também na maioria dos municípios paulistas.

Mesmo com esses revezes, a grande transformação da cafeicultura se deu com a geada de 1975, pois com ela , a solução para os cafeicultores do bairro foi cortar o cafeeiro no tronco (caule), alguns, rentes ao chão, deixando novamente a terra nua como se tivesse sido desmatada. Por isso, sem produção, devido à ausência dos pés de café, os cafeicultores retomam a prática das lavouras temporárias de milho e feijão, como uma alternativa mais rápida para o aumento da renda. Porém, o uso destas lavouras intercalares trouxe graves seqüelas para a cafeicultura, tanto do bairro e do município, como de todo o oeste paulista, pois foi a partir daí que o nematóide[55] proliferou de forma cada vez mais agressiva, transmitida principalmente pela raiz do feijão. Assim, quanto mais as culturas intercalares iam sendo utilizadas, mais o nematóide ia se espalhando, sobretudo, nos locais onde a enxurrada fazia o transporte de terra infectada.

Segundo Benjamin (1998), esse fato nos permite inferir que a geada, embora arrasadora, não foi um empecilho para derrubar totalmente os ânimos dos cafeicultores. Entretanto,

> (...) em pouco tempo, na maioria dos casos, após uma primeira safra dos novos cafeeiros plantados depois a geada - fato não percebido antes - essas plantas foram definhando em porte, ficando com a folhagem amarelecida e bastante reduzida, denunciando claramente o enfraquecimento das raízes sob o· ataque do nematóide, dando ao cafeeiro uma imagem "esquelética". (BENJAMIN, 1998 p. 135-136).

O mesmo autor cita, ainda, que não ocorreu nenhuma erradicação total dos cafeeiros como conseqüência de uma reação à geada, pois “os proprietários que optaram pela pastagem, fizeram isso no final dos anos oitenta ou no decorrer dos noventa, embora essa atitude possa ter sido decorrente de conseqüências do pós geada dessa década” (Ibidem, p. 132).

---

[55] O nematóide é uma praga que ataca as raízes do cafeeiro. Ela se manifesta como uma minúscula lagarta que se infiltra e se conduz pelo interior da raiz, deixando-a oca e diminuindo a capacidade de absorção das plantas. Como as raízes do cafeeiro da espécie coffe arábica se retardam muito tempo para serem reproduzidas, vai havendo uma redução cada vez mais acentuada das mesmas até a morte total da planta.

### 3.2 Os Fatores de Desarticulação da Economia Cafeeira

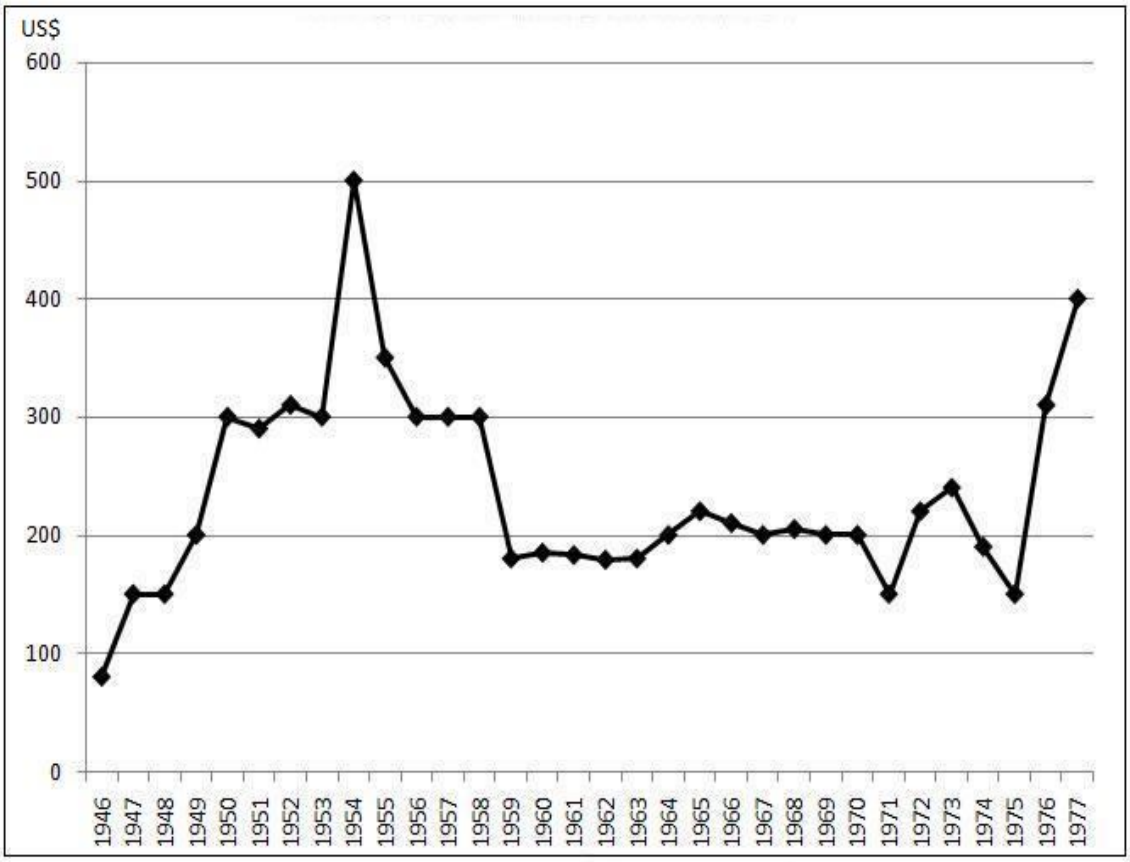
A maneira como os camponeses das pequenas unidades de produção foram desterritorializados, são fenômenos que não podem ser desconsiderados, pois o processo vivenciado pelos trabalhadores rurais e a dinâmica de expropriação do trabalho pelo capital no bairro “Maquininha” teve como conseqüência, para uma parte dos moradores, a migração forçada de várias famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, perdendo o meio de produção.

De modo geral, as políticas governamentais, especialmente o sistema de fornecimento de crédito e financiamento à produção agrícola privilegiaram os produtos destinados à exportação e ainda as grandes propriedades, pois nelas poderiam ser aplicadas as inovações tecnológicas, e, como no bairro “Maquininha” predominava as pequenas e médias propriedades, os camponeses sempre encontraram certa dificuldade de se inserir nos projetos de auxílio governamental. Além do que, sendo o café, uma cultura predatória e juntamente com as técnicas de cultivo rudimentares usadas pela maioria dos proprietários e colonos, as terras do bairro sofreram um processo de esgotamento, enfraquecendo ano a ano a produção, obrigando os cafeicultores, proprietários ou não, a se endividarem em instituições bancárias através de financiamentos para a compra de adubos químicos e produtos para a correção do solo, na intenção de melhorar suas lavouras. Porém, os preços do café não ajudavam, já que havia aumentado o custeio da propriedade, mas não o preço da saca de café no mercado. Além disso, outros fatores se somaram para dificultar ainda mais a situação dos cafeicultores, principalmente dos pequenos que não tinham a proteção dos créditos das políticas públicas. Dentre eles podemos citar.

Inicialmente podemos mencionar as instabilidades da cotação de preços do café, devido a geadas e secas, fazendo com que o preço oscile bastante. No período em que se inicia a produção de café no Bairro Maquininha - o preço oscila de US$ 80,00 a US$ 500,00 (Gráfico 2). Podemos observar que o preço da saca de café nos momentos de superprodução, tende a cair muito como nos anos de 1954/55/56, além de 1971 e 1975. Todavia, o contrário pode acontecer, pois quando

ocorre um contratempo, como geadas e secas, a produção diminui muito e o preço sobe como nos anos de 1946 a 1953 e 1976/77, mas se analisarmos o histórico do preço do café durante as décadas de 1940/50/60/70 verificaremos que o preço da saca de café teve uma média em torno de US$ 200,00.

**Gráfico 2 – Valor anual da saca de café no Brasil de 1946/77 em Dolar (US$)**




Fonte: IBGE

Organização Joviano, C. V. M.

Com esta oscilação nos preços, o cafeicultor começou a viver uma insegurança e, por vezes, tinha medo de fazer grandes investimentos na lavoura cafeeira, o que lentamente trouxe como conseqüência a diminuição da produção em virtude do enfraquecimento do cafezal.

Outro fator a contribuir para piorar a situação foi a regulamentação do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) de 1964, que alterou toda uma relação de trabalho há muito tempo alicerçados na ordem moral e nos contratos verbais e escritos que era praticado desde o século XIX. A partir deste regulamento de

trabalho, muitos parceiros foram dispensados e desalojados das moradias na zona rural indo para a periferia da cidade, transformando-se em bóias-frias.

Como resultado desta evasão de trabalhadores do campo, na atualidade é comum encontrar casas abandonadas no meio das pastagens, também ruínas de antigos terreiros de secagem de café, destruídos pelo pisado do gado, além de aglomerados de pés de manga e goiabeiras que sobraram dos antigos pomares plantados pelos camponeses como mostram as Figuras 17, 18, 19 e 20.

Na Figura 17, temos o exemplo de um terreiro de secagem de café na propriedade de Lituo Takeshita, abandonado pelo proprietário anterior Hideo Takata desde 1989. Segundo o relato do antigo proprietário, os motivos que o levaram a abandonar a lavoura de café e vender a propriedade foram: o baixo preço da saca de café e a queda na produção dos cafezais, já que descapitalizado não conseguia comprar os insumos para tratar da lavoura.

Figura 17 – Terreiro de secagem de café abandonado nas terras de L. Takeshita
Fotografia: Organização Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

A Figura 18 mostra a antiga moradia de Jorge Takaki, filho do sericicultor e cafeicultor Akira Takaki, que primeiro abandonou a lavoura de amoreiras, alegando que o preço pago pela empresa Bratac de Bastos era muito aquém dos custos para a criação do bicho-da-seda, por isso abandonou a sericicultura em 1978 e transformou as terras de amoreiras em pecuária, posteriormente também abandonou a cafeicultura, segundo o filho o motivo foi a baixa produtividade do cafezal e o baixo preço da saca de café, por isso com a morte do pai, o herdeiro Jorge Takaki vendeu a propriedade e montou uma oficina auto elétrica na cidade de Dracena. Ainda, segundo o herdeiro a venda da propriedade se deu por que após a substituição da amora e do café, a produção da propriedade ficou pequena para sustentar a família com a pecuária.

Figura 18 – Casa abandonada – Antiga moradia de Jorge Takaki
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

A Figura 19 mostra a antiga residência do camponês Augusto dos Santos que abandonou o campo por ter o contrato de parceira encerrado e por isso ter sido

dispensado da propriedade onde trabalhava com a esposa e dois filhos, já que o proprietário do sítio arrancou o cafezal e plantou capim para criação de gado.

Figura 19 – Casa abandonada – Antiga moradia de Augusto dos Santos
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

Quanto à Figura 20, a casa abandonada entre as moitas de capim e antigas fruteiras e coqueiros era a moradia de José Pereira da Silva. Segundo informação de sua filha ele (o pai) arrancou o cafezal em 1976 para plantar pastagem, logo após mudou-se para americana e foi morar com a filha mais velha, onde vive com a renda do trabalho autônomo de jardineiro e do aluguel das pastagens do sítio para criação de gado.

Figura 20 – Casa abandonada – Antiga moradia de José Pereira da Silva
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

O terceiro fator a destacarmos foi a geada de 1975, que queimou todos os cafezais que iam do Estado do Paraná até o sul de do Estado de Minas Gerais, incluindo aí todo o Estado de São Paulo e em conseqüência, o bairro “Maquininha”.

Com essa geada houve a necessidade de reorganização através da recuperação e ajustamento das lavouras às condições determinadas pelo PRRC - Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais[56], com o uso de novas técnicas no preparo dos terrenos, a utilização de plantio com curvas de nível, tratos culturais

[56] Segundo Fonseca e Matsunaga (1981), a partir de 1967, os Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais passaram a trazer uma série de programas para fomentar um conjunto de inovações e implementar mudanças definitivas ao perfil da cafeicultura para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura . Entre os principais estavam o:
a) Programa de Financiamento em Formação de Mudas (1970/71).
b) Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (1969/70 e 1977/78).
c) Programa de Financiamento para Recepa e Decote de Cafezais (1971/72 e 1976/77).
d) Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos (1970/71 e 1974/75).
e) Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira (1970/71).
f) Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais (1972/73 e 1976/77).
g) Programa de Renovação Gradual de Cafezais e Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras (1975/76 e 1976/77).
h) Programas de auxílio a cafezais geados (1975/76).

adequados, emprego de defensivos agrícolas, fertilizantes e correção dos solos empobrecidos pelo uso de técnicas inadequadas no passado. Assim, esses produtores remodelaram suas culturas e mudaram o cenário do cafezal, adotando novos plantios no lugar dos cafeeiros velhos e quase improdutivos. Nessa ocasião, alguns proprietários aproveitaram para introduzir novos cultivares como o Mundo Novo e o Catuaí em substituição ao Sumatra e o Bourbon utilizados na região. O cultivar Mundo Novo teve uma boa adaptação, porém as experiências feitas por alguns proprietários com o Catuaí, naquela ocasião, foram frustrantes, pois após uma grande safra o cafeeiro definhava e alcançava baixa produção.

No entanto, após a geada de 1975, o preço do café teve altas sucessivas chegando a atingir valores próximos de quatrocentos dólares (US$ 400,00) a saca[57]. Nessa perspectiva, alguns produtores, na esperança de que os preços continuassem altos por muito tempo plantaram novas áreas com café. Porém as colheitas nunca mais foram como outrora.

A dispersão do nematóide que atacou as raízes do cafeeiro, deixando-a oca e diminuindo a capacidade de absorção das plantas que se recuperavam da recepa (corte) provocada pela geada de 1975, também foi um fator a contribuir para piorar a situação dos cafeicultores. O nematóide deu a muitos cafezais um aspecto desolador, pois com o enfraquecimento das raízes das plantas, não tinham força suficiente para adquirir a água e os nutrientes do solo, por isso adquiria uma cor amarelada, e no período de seca (inverno) era comum muitos ramos secarem, não apresentando florada para a próxima colheita.

[57] Desde que começou a cafeicultura no bairro “Maquininha”, o preço da saca de café teve um valor maior que este somente em 1954, quando a mesma atingiu o patamar de US$ 500,00.

Figura 21 – Pé de café com nematóide da propriedade do Senhor Renor Bachega
Fotografia: Joviano, C. V.M. em 18-07-2009

A dificuldade de crédito e a vigência das altas taxas de juros também merecem destaque, pois os pequenos proprietários não tinham os privilégios dos fazendeiros, já que, recebiam o financiamento em atraso, tinham que pagar uma parcela antes da colheita e, muitas vezes, se endividavam quando tinham que fazer novos empréstimos a juros elevados. Era uma prática muito comum os pequenos produtores recorrerem a amigos e parentes, para conseguir um aval de títulos bancários. Mas quando não conseguiam estes produtores muitas vezes endividados e com a colheita por começar recorriam aos maquinistas, que por afinidade de interesses entre as máquinas de beneficiamento e o produtor de café, tornava estes empresários “a melhor opção de financiamentos para a produção, para a formação de novas lavouras e até para gastos pessoais do produtor ainda por muito tempo” (BENJAMIN, 1998, p. 118).

Por fim, cabe mencionar também a extinção do AIC (Acordo Internacional do Café) e do IBC (Instituto Brasileiro do Café); tornando o café um dos primeiros setores a serem atingidos pelo fenômeno da mundialização econômica, pois em

julho de 1989 caíram as cláusulas do AIC e em março de 1990 foi extinto o IBC que interrompeu uma série de ações do governo na política de preços na tentativa de impedir grandes oscilações internas, exceto em problemas de ordem natural como geadas e secas. Sem o IBC, que administrava os mecanismos de estabilização interna do preço do café e, sem o AIC, que regulamentava o mercado, houve uma desestruturação do comércio mundial de café, que com o avanço da desregulamentação de preços e a elevada produtividade ocorreram enormes quedas nos preços do café dos países produtores, acentuando a concorrência.

Assim, dos desdobramentos da crise, que se arrastava por muito tempo, mas ainda era controlada pelo Estado, teve um impacto, sobretudo nos pequenos produtores que com a saída do Estado do setor, somado à baixa qualidade do produto brasileiro[58] e aos baixos rendimentos de suas propriedades, não suportaram a concorrência de preços e abandonaram suas lavouras, abrindo o espaço da cafeicultura para os grandes produtores mecanizados.

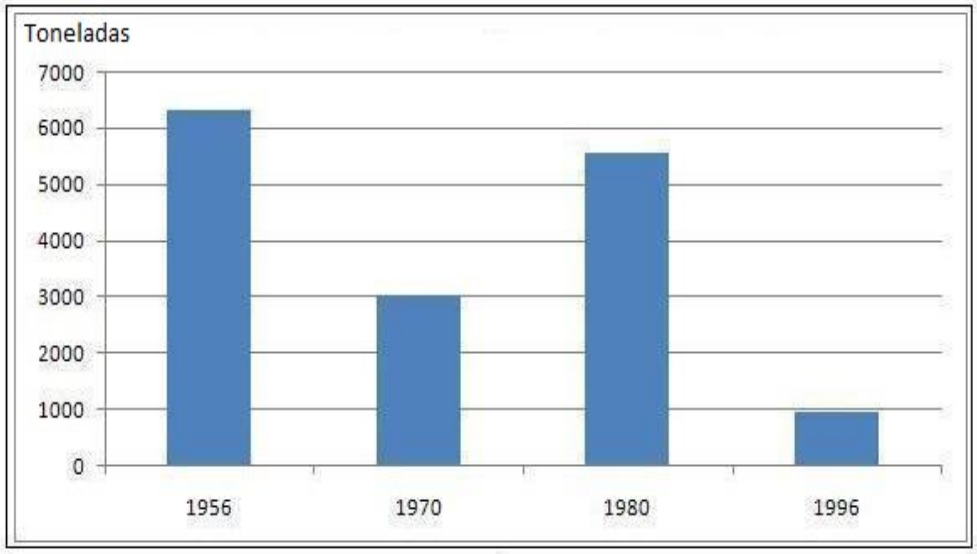
Esses fatores, conjugados ou não, colaboraram para a formação de um processo de empobrecimento e endividamento do agricultor, que conseqüentemente diminuiu os investimentos essenciais como adubação, tratos fitossanitários, correção do solo, levando a uma produtividade cada vez menor.

Observa-se uma grande a oscilação de produção, o que também reflete muito no preço do produto (Gráfico 3). Porém, o que fica mais evidente é a diminuição de produção no ano de 1996, confirmando a situação de crise e decadência da cafeicultura, pois a diminuição da produção refere-se a diminuição da população de pés de café no município devido a erradicação em grande escala.

---

[58] Segundo o controle de qualidade da ABIC, no processo de retirada dos grãos de café os camponeses brasileiros fazem toda a colheita de uma só vez, misturando todos os tipos de grão, o que prejudica a qualidade. Para evitar isso, os grãos de café deveriam ser colhidos por etapas, sendo uma primeira em maio, onde colhe só os grãos cereja. Os verdes são deixados no pé para amadurecer, o que acontece no mês de julho, e em agosto é feito um novo repasse para se colher os últimos grãos.

**Gráfico 3 - Produção do café em toneladas em Dracena – SP (1956/96)**




Fonte: FIBGE 1956, 1970, 1980, 1996.
Organização: Joviano C. V. M.

Nessa perspectiva, a descapitalização crescente dos produtores familiares, resultou numa menor capacidade de absorção de força de trabalho, trazendo como conseqüência o abandono e a erradicação de muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo um expressivo contingente de trabalhadores.

## 3.3 Desterritorialização e Resistência: Faces da (re)criação Camponesa

Para a compreensão da situação vivida pelos camponeses do bairro “Maquininha”, resgatamos o conceito de desterritorialização, para tratar do processo de expropriação de grande parte desses camponeses de sua terra de trabalho e de resistência, para tratar do processo que permitiu com que muitos deles ainda permanecessem na terra ao longo desse processo.

Para Haesbaert (2004) a desterritorialização:

> Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A

> dissociação entre trabalhador e "controle" (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar a fábrica ou os instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, a construção e a reprodução do capitalismo. (HAESBAERT, 2004, p.173.)

Ainda segundo Haesbaert (op. cit.), é pertinente analisar também que a desterritorialização pode ocorrer na imobilidade[59], pois os indivíduos desterritorializados ficaram despojados não apenas da posse da terra, mas lhes foram tirados os vínculos com a terra de origem, com a qual se coligavam, e ainda sofreram um desmoronamento de sua cultura, de seus apegos e de sua identificação e estima como produtores rurais. Assim a desterritorialização pode ser vista tanto pela exclusão do grupo que anteriormente se apropriava daquele espaço, quanto pela perda de raízes daqueles cuja cultura foi derrocada.

Assim, se considerarmos que a reterritorialização também se dá com a reconstrução do território, no bairro "Maquininha", como em quase todo o país, com a decadência da cafeicultura, os produtores, sobretudo das pequenas unidades de produção tomaram três caminhos:

- uma parte (atualmente apenas quatro produtores), na esperança de melhoras no preço do café e afirmando que este produto faz parte de sua vida, continuou ainda na lavoura cafeeira;
- uma segunda parte procurou culturas de produção alternativas, como lavouras temporárias, fruticulturas, pecuária de leite e de corte, no caso das propriedades maiores;
- uma terceira parte, que compôs o ponto mais negativo dessa conjuntura, desterritorializados e sem esperança de melhoras e sem capital para fazer uma nova mudança de rumo venderam suas propriedades, no caso dos proprietários, ou foram expropriados de seus trabalhos rurais no caso de parceiros, e saíram do bairro em direção a cidade ou para outra atividade agrícola, porém a maioria estava endividados e na condição de excluídos da atual atividade rural.

No primeiro caso se encaixa o agricultor entrevistado Nelson Simão Carreteiro (Lê) de 47 anos, filho mais novo de um dos sócios da antiga máquina de arroz que deu nome ao bairro. Segundo ele:

---

[59] Haesbaert (2004) justifica sua argumentação no fato de que os limites e as relações sociais de um determinado território podem não ser definidos pelo grupo que o apropria, mas por outro grupo que o domina.

> O café faz parte da minha vida, está no meu sangue, por isso eu ainda cuido de um pouco, mas se eu dependesse só do café já tinha vendido a chácara. (...) eu ainda tenho café por que no café o agricultor pode plantar outras lavouras no meio e quando eu vendo a colheita o dinheiro vem todo de uma vez, agora para o dia a dia tem o dinheiro da venda do leite e de um salarinho que o vizinho[60] paga para eu tomar conta da propriedade dele e o salário de minha filha que trabalha na cidade e ajuda em casa. (NELSON S. CARRETEIRO, entrevista em 25/10/2009)

Nesse contexto, a lavoura de café, apesar da atribuição negativa do agricultor, é ainda cultivada por ser um produto que viabiliza a terra para outros produtos temporários, como mostra a Figura 22, e também por ser considerada pelo produtor uma forma de "poupança", deixando claro que o café não é o produto principal, mas somente uma forma de conservar a memória da família e a manutenção da tradição da "herança profissional".

Figura 22 – Lavoura temporária intercalada ao café

Fotografia: Joviano, C. V. M. - 02/11/2008

[60] O vizinho do agricultor Nelson Simão Carreteiro é funcionário publico, mora em Campinas e mantém a propriedade como área de lazer e descanso, comparecendo nela aproximadamente uma vez por mês.

A situação descrita pelo agricultor acima se inscreve em parte na crítica de Paulino (2003), numa análise da Geografia camponesa no norte do Paraná, quando ela afirma:

> Entretanto, do ponto de vista da organização do espaço produtivo, o café muitas vezes permite essa ordenação de forma articulada, sob a forma de culturas intercalares. Nesse caso, são as nesgas de terra aproveitáveis entre as ruas que dão lugar às leguminosas, tubérculos e cereais que responderão pela satisfação das necessidades alimentares da família e, freqüentemente, serão responsáveis pela geração de excedentes passíveis de serem transformados em renda monetária. (PAULINO, 2003, p. 216).

Quanto ao segundo caso, os produtores, para não abandonarem a atividade rural, procuram cultivar uma "nova" atividade econômica que substitua a cafeicultura. Com isso, as pequenas unidades de produção tiveram que buscar novas alternativas produtivas e economicamente viáveis, de preferência em pequenas áreas para poder diversificar o cultivo, como o entrevistado João Martins Joviano, quando ele afirma que:

> Quando eu vi que o café não dava mais eu arranquei tudo e comecei a imaginar um monte de plantio que pudesse dar alguma renda sem muito investimento, eu tentei de tudo, plantei batata doce, abóbora para doce, quiabo, melancia, acerola, jaca, vassoura, pipoca, tentei até um pedaço de maxixe, além do feijão e o milho que eu já plantava, mas tinha o problema da venda, aqui na região ninguém comprava isso (em grande quantidade), então tinha que entregar para o atravessador que levava para o Ceasa. (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 18/11/2008)

No terceiro caso entrevistamos o ex-parceiro Olívio Brojin, que durante 42 anos trabalhou com o café, mas segundo ele foi expropriado pela crise da cafeicultura e por perder a mão-de-obra dos filhos:

> Eu nasci na "Zona Velha" numa fazenda de café e cresci vendo meu pai trabalhar no café e desde pequeno eu ia pra roça com meu pai, por isso eu só sei fazer isso (...) eu era meeiro e já produzi muito café, mas tinha que dar a metade para o patrão, o que sobrava vendia barato porque o governo não ajudava no preço e o adubo era caro. (...) quando os filhos casaram, ficou só eu e a patroa, aí eu sozinho e velho ficou difícil, então tive que mudar para a cidade e trabalhar de bóia fria. Hoje eu vivo da aposentadoria minha e da patroa, mas volta e meia eu faço uns biquinhos no sítio pra ajudar o orçamento e matar a saudade. (OLÍVIO BROJIN, entrevista em 02/08/2008)

A quase extinção da atividade cafeicultora modificou a paisagem urbana

regional, tanto na região da Nova Alta Paulista, quanto no município de Dracena[61], pois o setor de máquinas de beneficiamento de café também sofreu, juntamente com os pequenos produtores, as dificuldades geradas pela crise do final da década de 1980, já que dependiam da produção destes para a sua manutenção no mercado. No entanto, influenciadas pela desregulamentação do setor e a saída desses camponeses da lavoura, os maquinistas foram incapazes de superar a diminuição drástica e até a ausência do produto, provocando o fechamento de muitas empresas beneficiadoras de café, deixando prédios abandonados ou em ruínas, como ilustra as Figuras 23, 24 e 25, por conta do encerramento das atividades de beneficiamento ou por falência dos proprietários[62].

Figura 23 – Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka – Café Brasileiro
Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

[61] O município de Dracena possuía onze máquinas e uma cooperativa que comprava o café dos produtores. Destas, atualmente três foram demolidas para construções comerciais novas, outras três foram readaptadas para uso comercial e as outras cinco estão abandonadas e sem uso, dando um aspecto decadente a paisagem urbana.

[62] No final da década de 1980, a Cafeeira Bianchini, uma das maiores do setor, comprou parte da colheita daquele ano de muitos cafeicultores da região com um determinado prazo para pagar o que restou do desconto do adiantamento feito aos produtores, porém sem o conhecimento dos produtores da real situação do empresário, este decretou falência e fechou a máquina, deixando muitos produtores desesperados sem receber o dinheiro do trabalho de um ano.

Figura 24 – Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka
Fotografia: Joviano, C. V. M  em 23/11/2008

Figura 25 – Prédio abandonado da Cafeeira Nova Paulista
Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

A única máquina de café que permaneceu no setor, e se encontra atualmente em funcionamento[63] é a Máquina Yoshimura S.A. (Figura 26). Segundo seu proprietário, tem seus equipamentos ultrapassados, com as áreas de armazenamento vazias e sem produto para beneficiar e comercializar.

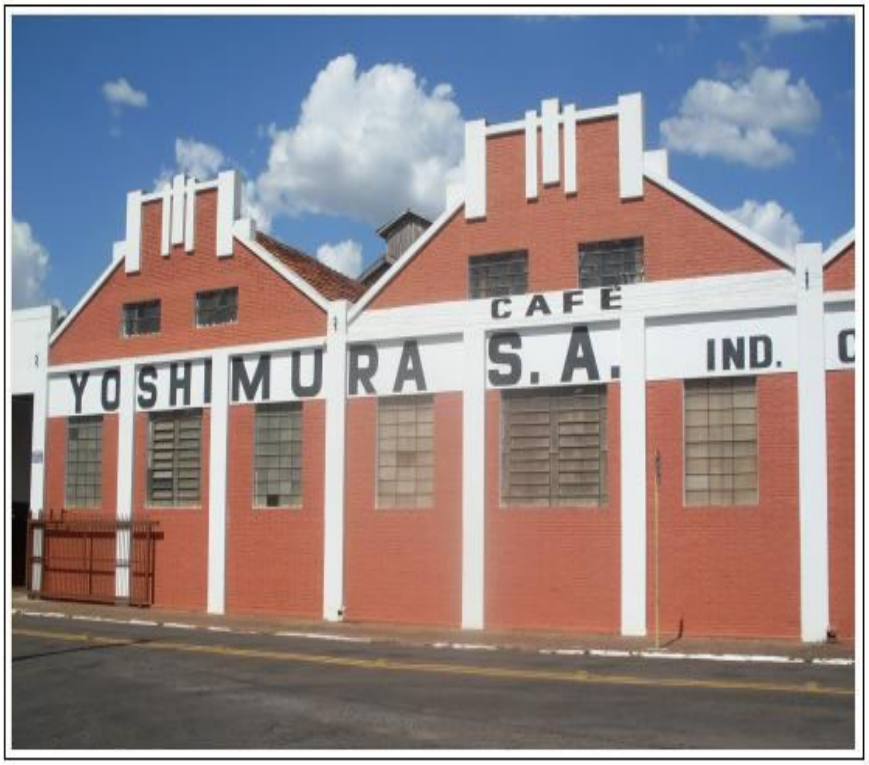



Figura 26 – Máquina Yoshimura ainda em funcionamento
Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

Para compreendermos a resistência camponesa no bairro “Maquininha”, fizemos uma análise nas duas situações em que se encontram os camponeses após a decadência da cafeicultura, fazendo uma comparação com os camponeses que migraram para a cidade

Observa-se que entre os camponeses entrevistados que migraram (Tabela 2), 2 eram proprietários, 5 eram parceiros e somente 2 eram assalariados, enquanto no grupo que continuou no campo 8 eram proprietários e apenas 1 era parceiro.

[63] Trata-se da empresa Yoshimura S.A. Indústria e Comércio de Café.

**Tabela 2 – A posse da terra entre os grupos camponeses**

| Condição na terra | Grupo camponês que migrou para a cidade | | Grupo camponês que continuou no campo | |
|---|---|---|---|---|
| Proprietário / Nº de pessoas | 2 / 11 | 22,22% | 8 | 88,88% |
| Parceiro / Nº de pessoas | 5 / 29 | 55,55% | 1 | 11,11% |
| Rendeiros Nº de pessoas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Assalariado / Nº de pessoas | 2 / 8 | 22,22% | 0 | 0 |
| Total de famílias / Nº de pessoas | 9 / 48 | 9 / 100% | 9 / 42 | 9 / 100% |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Organização: Joviano, C. V. M.

Outro aspecto a ser observado diz respeito à variedade de produtos cultivados dentre esses camponeses. Do grupo de camponeses que migrou para a cidade (Tabela 3), 4 famílias cultivam até dois produtos, 3 famílias cultivam até quatro produtos e apenas 2 famílias cultivavam até 5 produtos, já no grupo de camponeses que continuou no campo, 1 família cultivava até dois produtos, 1 família cultivava até quatro produtos, 4 famílias cultivavam até 5 produtos e 3 famílias cultivavam mais de 5 produtos. Por essa estatística pode-se concluir que quanto maior a diversificação da produção maiores serem a chances de resistir no campo, pois o camponês terá como ultrapassar os momentos de crise de um produtos com a venda de outro que tenha um preço mais elevado, enquanto os camponeses que tinham pouca diversidade de produtos estavam mais suscetíveis a crise e em caso de crise daquele produto que ele plantou a resistência será menor.

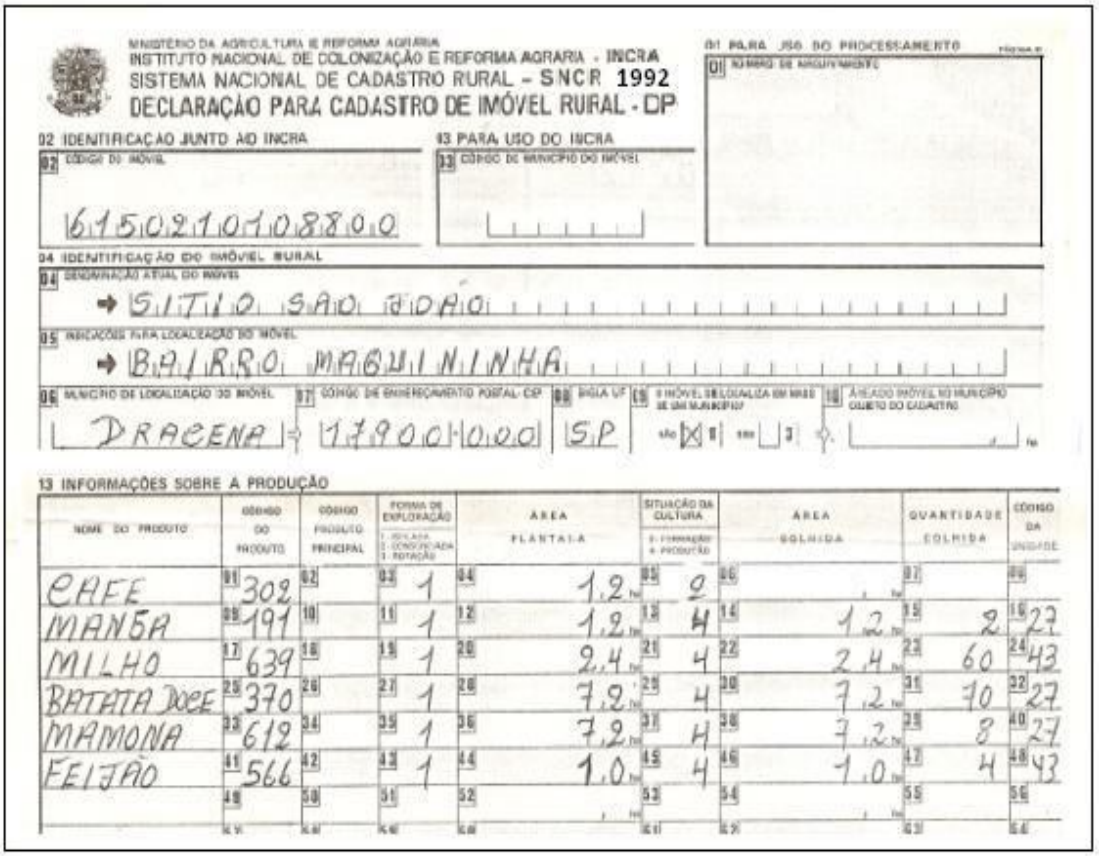
**Tabela 3 – A variedade de produtos entre os grupos camponeses**

| Variedade de produtos | Grupo camponês que migrou para a cidade | | Grupo camponês que continuou no campo | |
|---|---|---|---|---|
| Até 2 produtos | 4 / 24 | 44,44% | 1 / 4 | 11,11% |
| Até 4 produtos | 3 / 15 | 33,33% | 1 / 5 | 11,11% |
| Até 5 produtos | 2 / 9 | 22,22% | 4 / 17 | 44,44% |
| Mais de 5 produtos | 0 | 0 | 3/ 16 | 33,33% |
| Total de famílias / Nº de pessoas | 9 / 48 | 9 / 100% | 9 / 42 | 9 / 100% |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Organização: Joviano, C. V. M.

Dentre as famílias que permaneceram no bairro, temos a propriedade do Sr. João. A análise dos dados da Figura 27 de uma declaração deste camponês ao INCRA no ano de 1992 mostra que na sua propriedade plantavam diversos produtos, numa forma de cultivo em separado, ou seja, não usavam o consorciamento com o café. Observa-se também que a área de café é menor em relação a outros produtos como a batata doce, mamona e o milho, o que evidencia a redução da cafeicultura no bairro, pois nesta propriedade analisada ela só é maior que a cultura de feijão, tendo o café, inclusive a mesma área da plantação de manga Haden.

Outro fato que se compreende a partir da análise da Figura 27, é a diversificação da produção, conseguindo, dessa forma, amenizar os efeitos das crises, por obter parte de sua subsistência, ou por ter uma maior variedade de produtos pode também conseguir preços variados pelos mesmos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR 1992
DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - DP

01 PARA USO DO PROCESSAMENTO
01 NÚMERO DE ARQUIVAMENTO

02 IDENTIFICAÇÃO JUNTO AO INCRA
02 CÓDIGO DO IMÓVEL: 6 1 5 0 2 1 0 1 0 8 8 0 0

03 PARA USO DO INCRA
03 CÓDIGO DO MUNICÍPIO DO IMÓVEL

04 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
04 DENOMINAÇÃO ATUAL DO IMÓVEL: SITIO SAO JOAO

05 INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: BAIRRO MAGUINHA

06 MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: DRACENA
07 CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP: 17900-000
08 SIGLA UF: SP
09 O IMÓVEL SE LOCALIZA EM MAIS DE UM MUNICÍPIO? não [X] sim [ ]
10 ÁREA DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO OBJETO DO CADASTRO

13 INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO

| NOME DO PRODUTO | 01 CÓDIGO DO PRODUTO | 02 CÓDIGO PRODUTO PRINCIPAL | 03 FORMA DE EXPLORAÇÃO (1 - ISOLADA 2 - CONSORCIADA 3 - ROTAÇÃO) | 04 ÁREA PLANTADA (ha) | 05 SITUAÇÃO DA CULTURA (2 - FORMAÇÃO 4 - PRODUÇÃO) | 06 ÁREA COLHIDA (ha) | 07 QUANTIDADE COLHIDA | 08 CÓDIGO DA UNIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CAFE | 01 302 | 02 | 03 1 | 04 1,2 | 05 2 | 06 | 07 | 08 |
| MANDIOCA | 09 191 | 10 | 11 1 | 12 1,2 | 13 4 | 14 1,2 | 15 2 | 16 27 |
| MILHO | 17 639 | 18 | 19 1 | 20 2,4 | 21 4 | 22 2,4 | 23 60 | 24 43 |
| BATATA DOCE | 25 370 | 26 | 27 1 | 28 7,2 | 29 4 | 30 7,2 | 31 70 | 32 27 |
| MAMONA | 33 612 | 34 | 35 1 | 36 7,2 | 37 4 | 38 7,2 | 39 8 | 40 27 |
| FEIJÃO | 41 566 | 42 | 43 1 | 44 1,0 | 45 4 | 46 1,0 | 47 4 | 48 43 |
| | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 |

Figura 27 – Declaração de produção ao INCRA – 1992
Fonte: Acervo de documentos de João M. Joviano

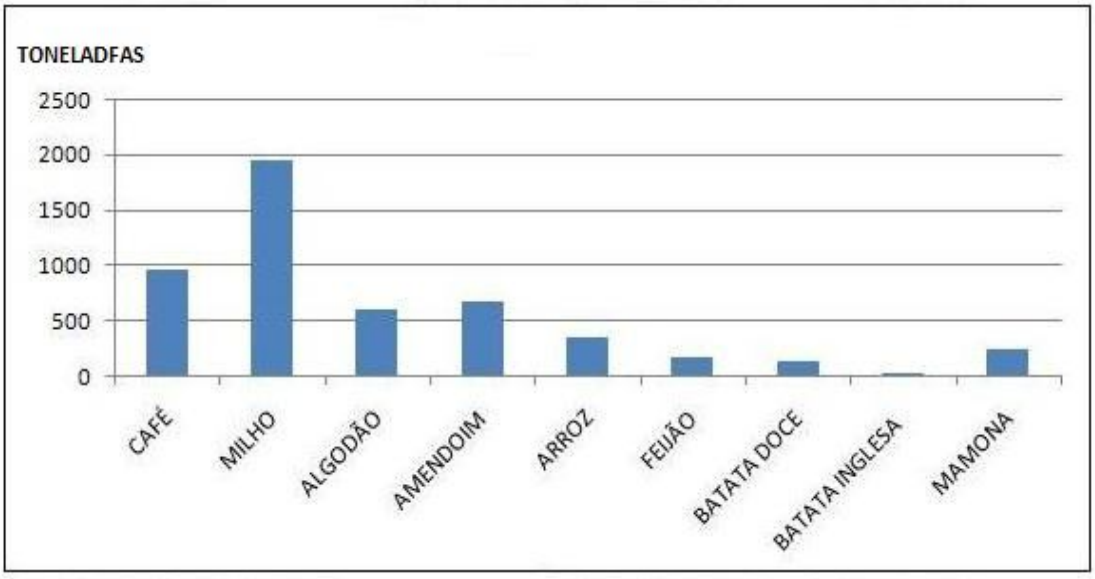
Em outra propriedade, além da variedade de produtos, observou-se a estratégia na escolha do que seria cultivado, como também na quantidade a ser plantada, como se verifica na entrevista do camponês Kinji Tamura:

> A gente planta o que precisa pra casa, mas tem que ver se a terra produz tudo aquilo que precisa, por que não é tudo que compensa plantar, tem coisa que precisa de muito gasto, ai compensa comprar na cidade ou de alguém que produz. (...) As coisas que usa na casa são bastante tipo, mas nós plantamos menos porque só tem eu e a esposa pra comer, mas as coisas que planta prá vender são dois ou três tipos, as vezes planta mais, as vezes planta menos, depende do preço, mas nós plantamos mais aqueles que compensa na venda. (KINJI TAMURA, entrevista em 11/06/2009)

O senhor Kinji demonstra em sua fala adaptabilidade e flexibilidade face à conjuntura econômica e ainda, demonstra uma opção consciente de produzir de maneira a diminuir sua dependência com relação ao mercado. Essa diversidade de

gêneros alimentícios produzidas pelas famílias camponesas que permaneceram na terra, se reflete na produção agrícola do município (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Produção agrícola em Dracena/SP (toneladas) - 1996**




Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Organização : Joviano, C. V. M.

Além de uma maior flexibilidade para adquirir renda com a venda de seus produtos no mercado, já que possuem uma maior variedade de produção a ser oferecida para a venda e também para o autoconsumo, há também o caso de camponeses que realizam uma produção e com a estrutura ou sobras da primeira consegue realizar outra, como afirma um dos ex-cafeicultores entrevistados que aumentou os investimentos em pecuária de leite e com as sobras da fabricação dos subprodutos do leite (soro do leite) ele mantém a produção de porcos para o autoconsumo e para a venda de leitões, possibilitando a permanência no campo mesmo com a erradicação do café em sua propriedade:

> Hoje eu não tenho mais café, a renda do sítio sai da venda do queijo, do requeijão e da manteiga que a mulher faz e eu entrego nos mercados da cidade e também vendo na feira do produtor da cidade, eu tenho uma barraca lá (...) com o soro do leite que sobra eu crio 7 ou 8 porcas criadeiras, (...) a cada três meses da para vender uns porquinhos e uma vez por ano eu faço a venda das vacas e das porcas que estão velhas, vendo também os bezerros machos que não servem para leite. (...) teve um tempo que eu criava frango caipira, mas além de demorar muito, a produção deles é cara e o pessoal da cidade passou a reclamar do preço aí eu parei. Hoje

> eu crio frango só para o gasto (...). Para o consumo da casa é produzida pouca coisa, pois sou só eu e minha mulher, mas a gente tem algumas fruteiras, criamos frango caipira, porco e quando falta carne eu mato um garrote e coloco no freezer. Temos também mandioca e a horta e o resto a gente compra com a renda da venda. (JOÃO MARTINS JOVIANO, 18/11/2008)

Outra estratégia importante verificada era a prática do arrendamento. O uso de arrendamento também era comum em famílias onde havia um excedente de mão-de-obra para a área de terras a ser trabalhada, isto é, tinha trabalhadores excedentes. Por isso era comum essa família arrendar terras para comprometer toda a mão-de-obra, mesmo que fora da propriedade, como relata em entrevista o ex-agricultor José Milan:

> Em casa era em sete pessoas, que trabalhava na roça era cinco homens formados, a mãe e a minha irmã trabalhava em casa, (...) e o pai tinha uma chácara de três alqueires com cinco mil pé de café e um pedaço de pasto, então era pouco serviço para muita gente, então quase todo ano a gente pegava uns três ou quatro alqueires de terras para plantar milho ou feijão, quando era prá planta batata doce a gente pegava só um alqueire (...), que era melhor do que ficar trabalhando para os outros por dia, por que esse negócio de trabalha por dia não era sempre que aparecia e quando aparecia, mesmo que tinha serviço na chácara você tinha que ir, então o pai achava que era melhor o arrendamento, por que aí a gente pagava o que o dono da terra pedia, mas a terra era nossa por um ano e a gente tinha a liberdade de trabalhar no que era da gente mesmo no dia que a gente precisasse. (JOSÉ MILAN, entrevista em 14/06/2009)

Esse tipo de arrendamento de pequenas áreas a curto prazo, apesar de existir até hoje, ocorreu com maior frequência no município de Dracena no final da década de 1970 até o início da década de 1990, quando os cafeicultores erradicavam os pés de café das propriedades e não tinham recursos ou mão-de-obra suficiente para plantar na área toda, e para não deixar a terra parada recorriam a essa pratica. Por isso, o arrendamento não ocorria sempre no mesmo lugar e na mesma propriedade, mas era caracterizado pelo pagamento de certa quantia em dinheiro para ter o direito de usar a terra por um ano e se no ano seguinte o proprietário não fosse usar a terra este acordo poderia ser prorrogado por mais seis meses ou um ano, mas dificilmente o proprietário estendia para além deste prazo.

A prática do arrendamento, no caso da família de José Milan, além de ser uma forma de ocupação de toda a mão-de-obra também pode ser vista como uma estratégia camponesa, que em decorrência do excedente de trabalhadores em uma

pequena propriedade, conseguia permanecer na terra estendendo o trabalho de sua família para além de sua propriedade.

Outra análise que se pode apreender desta entrevista é que a prática do arrendamento feito pela família se dava em área maior ou menor, dependendo do tipo de produto que a família decidia plantar, pois a quantidade de terra deveria estar em conformidade com a quantidade de ocupação de mão-de-obra que cada cultivar necessitasse e também com a possibilidade de uso de máquinas nas mesmas. Por isso, José Milan se referiu ao arrendamento de 3 ou 4 alqueires para feijão ou para milho, pois estes produtos, por ter a possibilidade de maior mecanização utilizavam menos mão-de-obra em todas as fases de sua produção. Porém, se fosse batata doce[64] plantavam somente 1 alqueire, já que este produto tem uma possibilidade bem menor de mecanização, ocupando mais mão-de-obra, principalmente no plantio, na colheita e na preparação do produto para a venda nos mercados

Todavia, além da prática do arrendamento de pequenas áreas por um curto prazo, havia também um sistema de "arrendamento" de terras, na qual os camponeses proprietários repassavam suas terras de pastagens que precisava ser renovada, isto é, precisava de uma reforma de pastagens[65] para um terceiro fazer a retirada do capim e cultivar produtos temporários por um ano, mas com pagamento pelo uso da terra feito em produto, através de uma porcentagem do que fora produzido na área plantada, previamente definida em acordo. Na análise do conceito, a prática em questão se caracterizava pelo sistema de parceria praticado pelo campesinato, porém é chamado de "arrendamento" pelos camponeses do bairro.

Outro dado que contribui para a permanência das famílias refere-se à complementação do auxílio financeiro decorrente das aposentadorias de pessoas mais idosas da família, já que das 18 famílias pesquisadas do bairro "Maquininha",

[64] A batata doce é plantada em ramas de forma manual e para que o produto tenha um bom aspecto e um melhor preço de venda é necessário que seja colhida com cuidado para não provocar manchas ou aranhões no produto, sendo também preciso lavar em água, esfregando com as mãos uma a uma e depois colocá-las em caixas de madeira de forma organizada para que não fiquem espaços dentro da caixa, já que o comprador adquire o produto em caixas e não por quilo, daí se conclui que tanto para o plantio quanto para a preparação do produto para o mercado necessita-se de mais trabalhadores ou tempo de trabalho.

[65] O repasse de terras para reforma de pastagens consiste num acordo feito entre o proprietário de terras com pastagens degradadas e o parceiro, este último usa as terras por um período que pode variar entre 6 meses e 1 ano para plantio de culturas temporárias, geralmente de subsistência, e ao final do acordo devolve as terras ao proprietário com a pastagem semeada.

13 têm pessoas que recebem aposentadoria, o que ajuda no orçamento doméstico e aliviando o encargo na luta pela permanência no campo.

Por outro lado, verifica-se que o grupo que migrou para a cidade era formado na maioria por não proprietários, e que sua produção tinha uma menor variedade de produtos cultivados, fatores que de certa maneira desfavoreceu a permanência destas famílias. No entanto, o grupo de camponeses que continuou no campo é formado na maioria por proprietários camponeses, mais idosos e usando como estratégia a diversificação produtiva.

Quanto aos desterritorializados, muitos foram para a cidade, pois por não ter como resistir por ter pouco capital ou por falta de técnicas tiveram que abandonar suas atividades rurais e o modo de vida camponês e buscar emprego em atividades urbanas ou mesmo em atividades rurais como mão-de-obra volante.

# 4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL X CAMPESINATO: A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE DRACENA

João saiu com a família
Num desespero sem nome.
Ele, os filhos e Maria
Estavam mortos de fome.
Que destino tomaria?
Onde iria trabalhar?
E à sua volta ele via
Terra e mais terra vazia,
Milho e cana a verdejar.

(Ferreira Gullar. 1962)

O agronegócio e, não é um fenômeno novo, mas herdeiro do antigo latifúndio com origem no sistema de plantation em grandes propriedades, utilizadas na produção para exportação. Para Fernandes (2005), o Agronegócio é a nova denominação de uma velha estrutura, “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 01).

Podemos dizer que tal atividade tem se qualificado como uma das formas de territorialização do capital no campo mais cruéis, onde ocorre a ratificação e a montagem de estratégias que avalizam a sua hegemonia sobre o território e que esta territorialização se dá pelo controle da terra pelo capital

Essas ponderações nos auxiliam a compreender o processo de territorialização do capital no município de Dracena, especialmente no bairro “Maquininha”, pois a incorporação dessa fração do território no âmbito das relações capitalistas de produção imprimiu um processo de territorialização a partir do interesse por solos cobertos por florestas, cuja ocupação inicial foi feita por pessoas e grupos econômicos que conjeturaram a possibilidade de acúmulo de capital com a venda de terras.

## 4.1 A expansão da cana-de-açúcar.

A territorialização do capital canavieiro no município de Dracena ocorreu em duas fases: a primeira fase teve início no final da década de 1970, em decorrência da atuação do Estado no incentivo à produção de álcool, quando passou a exercer uma política intervencionista, ao lançar medidas que resultaram na criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que entre os vários interesses abria a possibilidade de obter combustíveis alternativos para amenizar a crise do petróleo de 1973 e a segunda a partir do ano de 2001, com a revitalização do consumo de álcool como bioenergia, devido a maior conscientização do Protocolo de Kyoto que propõe aos países desenvolvidos a redução dos níveis de emissão de dióxido de carbono.

Para atenuar os efeitos negativos da crise do petróleo de 1973, o governo brasileiro investiu em pesquisas com o objetivo de encontrar uma opção energética renovável para substituir o petróleo. Dessa forma, na tentativa de obter resultados rápidos criou vários programas energéticos, e dentre todos, segundo Michellon (2008) o que obteve maior êxito foi o Programa Nacional do Álcool – Proálcool - criado em 1975, com os principais objetivos:

- ✓ Diminuir a dependência da importação de petróleo;
- ✓ Economizar divisas;
- ✓ Alargar para o interior o desenvolvimento agroindustrial;
- ✓ Melhorar a tecnologia nacional;
- ✓ Proporcionar a ampliação nacional da produção de bens de capital; e
- ✓ Gerar emprego e renda.

A atuação do Estado foi de suma importância para impulsionar o consumo de álcool, pois na tentativa de encontrar uma alternativa energética renovável para substituir o petróleo, o governo brasileiro adota algumas medidas para motivar a opinião pública e incentivar os investidores do setor canavieiro, tais como:

- ✓ Estabelecer em 20% a mistura de álcool anidro[66] à gasolina;
- ✓ Dar prioridade ao o uso de veículo a álcool prioritário na sua frota;

[66] O álcool adicionado à gasolina é denominado álcool etílico anidro combustível (AEAC) e desde 1979 seus teores de adição sofrem freqüentes alterações devido a demandas de mercado no setor de álcool e açúcar. Já o álcool comercializado nos postos de revenda de combustível é denominado álcool etílico hidratado combustível (AEHC).

- ✓ Diminuição de alíquota de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e Taxa Rodoviária Única (atual IPVA) para veículos movidos a álcool;
- ✓ Isenção de IPI para táxis a álcool;
- ✓ Aumentar a revenda de álcool hidratado com preço estipulado em no máximo de 65% do preço da gasolina;
- ✓ Tornar compensador a produção de álcool com a melhoria no preço do produto, devido a redução na paridade de 60 kg de açúcar por 44 litros de álcool, para 60 kg de açúcar por 38 litros de álcool; e
- ✓ Incentivo ao aumento da produção de etanol para utilização como combustível, através do estabelecimento de uma série de incentivos públicos fiscais e financeiros aos produtores de álcool (anidro e hidratado) para a da instalação de destilarias anexas às usinas de açúcar e para a implantação de destilarias autônomas.

Portanto, o programa surgiu estruturado em subsídios e financiamentos públicos, ficando sob a responsabilidade da estatal Petrobras, a compra, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a mistura do álcool na gasolina, e também a decisão do preço de venda do produto.

Para Thomaz Junior (2002, p. 76) este programa "resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucroalcooleira". Os incentivos do Programa Nacional do Álcool, em 1975, trouxeram como conseqüência o rápido desenvolvimento das agroindústrias sucroalcooleiras, que, articuladas ao setor automobilístico, expandiam-se assustadoramente:

> O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se, então, o álcool como alternativa a gasolina. Assim cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, (...), fábricas de tratores implementos agrícolas, (...) Pode–se dizer que foi uma solução para os grandes empresários, principalmente os do Centro Sul, em especial para os paulistas, recuperarem o padrão de acumulação do capital, até pelo fato de terem sido os atores ativos na criação e consolidação do Programa. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 93).

Com relação ao crescimento da produção sucroalcooleira o mesmo autor afirma que:

> (...) o setor sucroalcooleiro cresceu a uma taxa de 35% / ano no período compreendido entre 1975/86 e, só em São Paulo, alcançou 36% / ano (...)

> não foi capaz de evitar o processo de expansão da cana de açúcar sobre as culturas alimentares e consequentemente o ritmo concentrador de terras nas áreas tradicionais sob comando das maiores empresas sucroalcooleiras (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 95 e 98).

Nessa conjuntura, em 1980, foi implantada no município vizinho de Junqueirópolis, a Usina Vale Verde, localizada na margem esquerda do córrego Kaingang, próximo da confluência com o rio do Peixe.

Na época, a instalação da Usina Vale Verde se deu devido à facilidade de conseguir crédito, através dos financiamentos e incentivos do Estado. Por isso, alguns proprietários formaram um grupo de associados e deram sequência à idéia de criar uma usina de álcool que consumisse a cana de suas próprias propriedades e como complementação da matéria-prima também consumiria a produção de outros que apostaram na nova onda produtiva. O advento desta usina trouxe consigo a expansão dos canaviais na região, em áreas de grandes propriedades, principalmente as que desenvolviam a pecuária extensiva para corte. Segundo um dos antigos associados da usina a idéia de montar uma destilaria de álcool se deu por que:

> A facilidade de se conseguir um financiamento no início do Proálcool era muito grande, era só ter um bom projeto industrial, garantias de pagamento para ser aprovado o financiamento e ter produtores que fornecesse a matéria-prima, então, diante dessas facilidades um grupo de pessoas que tinha terra, se juntaram e conseguiram o projeto da usina e efetuar o pedido do financiamento junto ao governo, como a terra era farta entre os associados e o governo incentivava abrindo a “burra” de dinheiro, em pouco tempo a usina estava funcionando. (Ex-associado, entrevista em 31/07/2009)

Entre os incentivos estavam os subsídios, a redução de alíquota de Imposto e os financiamentos aos produtores de álcool, porém dentre estes os financiamentos estavam entre os incentivos mais atraentes, pois segundo Thomaz Junior (2002):

> As taxas de juros estabelecidas nesse momento foram de 17% ao ano para o financiamento do parque industrial do Centro Sul e 15% para o Norte e Nordeste, num período em que a inflação situava-se em tomo de 37% ano e o financiamento cobria 100% do empreendimento em todo o país, sem haver necessidade de contrapartida do empresário, com prazos de 12 anos para pagamento e três de carência.
> Para a parte agrícola, prevaleceram praticamente as mesmas, determinações, exceto no primeiro ano de vigência, quando a taxa de juros fora fixada em 7% ao ano, passando em seguida para 15% com cobertura de 100%. Em 1977, foram revisadas, passando a taxa de juros a equivaler

> ao crédito rural em geral, em torno de 13% para contratos que atingissem 50 MVRs (Máximo Vale Referência) e de l5%/ano para contratos que extrapolassem essa quantia. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p, 90)

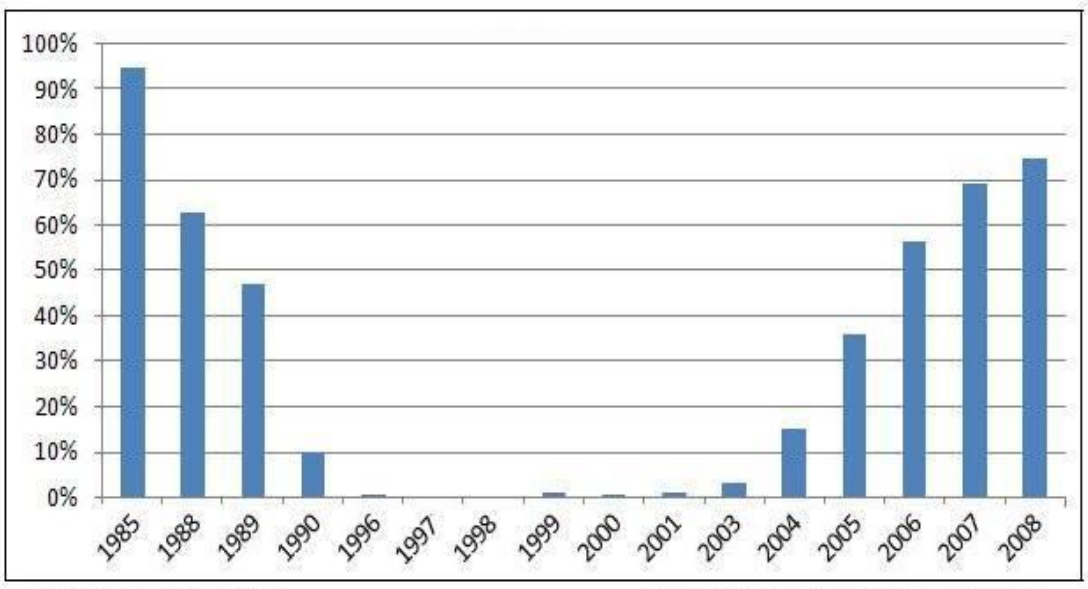
Como se observa, os financiamentos, além de atrativos abrangiam todo o setor sucroalcooleiro, desde os gastos com a parte agrícola, como com o setor de industrialização.

O plano do Governo Federal quanto ao Proálcool foi inicialmente de modernizar e implantar usinas de álcool anexas às usinas de açúcar já existentes, objetivando o aumento da produção de álcool anidro para ser misturado à gasolina, num percentual de 20% a 22% e posteriormente expandir o número de destilarias autônomas, pois com a continuação da crise do petróleo era substituir parte da gasolina utilizada na frota nacional de veículos de passageiros por álcool, ou seja, era preciso aumentar a produção de álcool hidratado para abastecer veículos com motores movidos a álcool. Dessa forma, o Governo Federal fechou um acordo com as indústrias automobilísticas para iniciarem a fabricação de carros movidos a álcool, necessitando para isso apoiar a implantação de novas destilarias para aumentar a produção de álcool, a partir de 1980.

Diante do sucesso do Programa e o apoio do Estado, as montadoras de automóveis aumentaram a produção de carros a álcool, chegando em 1985 a 95% da frota brasileira de veículos e utilitários. Mas, se aumentou a produção de carro a álcool a produção de combustível para estes carros aumentou mais ainda, e ante tal aumento de produção ocorreu um descompasso entre a oferta e o consumo, ocasionando um excedente de álcool, obrigando o governo a buscar uma solução através da exportação do produto. Porém, a partir de 1985, a cotação do açúcar começa a aumentar no mercado internacional, o que fez com que o setor sucroalcooleiro usasse suas estruturas para a produção de açúcar no lugar do álcool, mostrando a fragilidade do sistema e como resultado teve a falta de álcool hidratado nas bombas dos postos de combustível, balançando seriamente a confiança do consumidor em relação ao Proálcool. Assim, como as indústrias usavam os benefícios do Estado, mas não estavam produzindo combustível, o Governo Federal é forçado a rever as políticas que materializaram o molde de desenvolvimento do setor canavieiro através do Proálcool, decretando a redução das políticas paternalistas e protecionistas dos empréstimos subsidiados, dos perdões de dívidas, dos incentivos para produção e das garantias de mercado e

preços aos produtos da cana-de-açúcar. Contudo, essas ações do governo trouxeram como consequência a falência de várias destilarias e a diminuição drástica da produção de carros movidos a álcool por parte das montadoras de automóveis. Podemos observar a queda na produção de veículos a álcool. Em 1985 representava 95% do total da frota nacional; em 1988 cai para 63% e em 1989 para 47%, e continua em queda durante toda a década de 1990. Em 2001, como se observa na análise do Gráfico 05, a produção volta a aumentar rapidamente após 2003, devido a fabricação de veículos bicombustíveis (flex).

**Gráfico 05 – Produção de carros a álcool e bicombustíveis no Brasil (1885 a 2008)**




Fonte: ANFAVEA – 2008

Organização: Joviano C. V. M.

Estas novas políticas vigentes para o setor sucroalcooleiro acertaram em cheio a Destilaria Vale Verde, que dependia dos financiamentos do Estado para a produção de matéria-prima e para o processamento industrial, além das garantias de mercados e preços de seus produtos. Dessa forma, sem os incentivos ao setor e desestimulados com os baixos preços do álcool, as safras foram reduzidas, faltando matéria prima para o processamento industrial, impelindo todo o empreendimento a um acúmulo de dívidas, o que forçou a Destilaria Vale Verde a parar as suas atividades, sendo fechada e desativada em 1998.

Sobre os problemas que provocaram o fechamento da antiga Usina Vale Verde, um dos diretores da época, em entrevista afirmou que:

> Os problemas principais começaram com o fim dos incentivos do Proálcool para o setor de produção de álcool por parte do governo, o dinheiro ficou difícil e teve conseqüências sérias na produção da matéria-prima, pois a maioria da cana utilizada pela usina era plantada pelos associados da empresa e com a queda do preço do álcool que chegou a ser vendido pelas usinas a 14 centavos e o fim dos financiamentos do governo, os produtores diminuíram muito a área plantada acarretando a falta de cana para o processamento, a soma disso tudo e mais os problemas inflacionários antes do Plano Real, gerou uma dívida que deixou a situação insustentável, e os associados optou pelo fechamento da usina. (Diretor, entrevista em 11/08/2009)

O fechamento da Usina trouxe consigo a desarticulação das relações que lhe davam suporte, liberando a mão-de-obra até então sujeita a ela, bem como, alterando a sua base territorial, por meio da diminuição das áreas de plantio de cana. Nesse processo, os proprietários de terras com plantio de cana ficaram sem ter onde entregar suas colheitas, já que a usina mais próxima (Usina Floralco, no município de Florida Paulista) distava aproximadamente 40 quilômetros, o que dificultava sua comercialização devido o alto custo do frete para levar essa produção até lá. Devido a isso, as propriedades do município de Dracena que haviam plantado cana nesta primeira investida acabaram com seus plantios e voltaram à pecuária, o que gerou na região um clima de desconfiança em vários proprietários, quanto à cultura de cana-de-açúcar. O agricultor Luís Ferreira, que havia plantado 45 hectares de cana-de-açúcar no município de Dracena, assim relata:

> A cana não era um negócio ruim, dava para tirar uma boa renda, mas o problema é que a gente não tinha a garantia de venda. Era muito arriscado. Se a usina não queria comprar a nossa cana não tinha o que fazer. Não tem outra usina para comprar a produção. O jeito era tentar vender o que dava para ração de gado e o resto soltava o gado dentro e deixava ele bater até se fartar. Por isso eu fiz só duas plantas e abandonei a cana e só planto de novo se tiver uma garantia assinada. (LUÍS FERREIRA, entrevista em 21/12/2008)

Com o fechamento da Destilaria Vale Verde, a produção de cana no município de Dracena desapareceu, ficando somente pequenos talhões[67] que eram usados para o tratamento do gado no período de seca.

Porém, em 2001, com o aumento do consumo interno e da exportação do açúcar e do álcool (anidro e hidratado), particularmente para o abastecimento do mercado interno, ocorre a segunda fase da territorialização da cana de açúcar no município de Dracena e Junqueirópolis.

Dentre os fatores externos e internos que contribuem para impulsionar a nova expansão da produção de álcool, podemos citar: oscilações e aumento dos preços do petróleo motivado por um ambiente de tensão na região do Oriente Médio; a busca por fontes energéticas renováveis; o domínio da tecnologia para produção do álcool e aproveitamento de subprodutos da produção como o bagaço na energia e o vinhoto para fertilização por irrigação; o crescimento na demanda de álcool motivada pela produção de veículos bicombustível e do aumento de consumo de açúcar e álcool em países como China e Índia; questões ambientais que colocam a necessidade de substituição de derivados de petróleo para evitar as emissões de $CO^2$, dentre outros.

Apesar da crise, o Programa Nacional de Álcool fez com que o Brasil se tornasse referência na produção de álcool combustível, pois o país já conseguiu substituir em torno de 45% do mercado de gasolina pelo agrocombustível, enquanto que nos EUA, ainda não foram substituídos nem 3% do consumo. Estima-se que para substituir 10% da gasolina consumida no mundo por etanol brasileiro, a atual área plantada que é de aproximadamente 9,0 milhões de hectares deverá quadruplicar.

Nesta fase, a antiga Destilaria Vale Verde de Junqueirópolis foi adquirida pelo Grupo Silveira Barros, que tem uma longa tradição no setor canavieiro no Estado de Pernambuco. Para afastar o clima de desconfiança deixado pela antiga destilaria, a empresa foi reativada com o nome Usalpa - Usina Alta Paulista – (Figura 28). Ao adquirir a empresa, o grupo pernambucano fez grandes investimentos, tanto na área de agroindustrialização (açúcar) como na de plantio de cana.

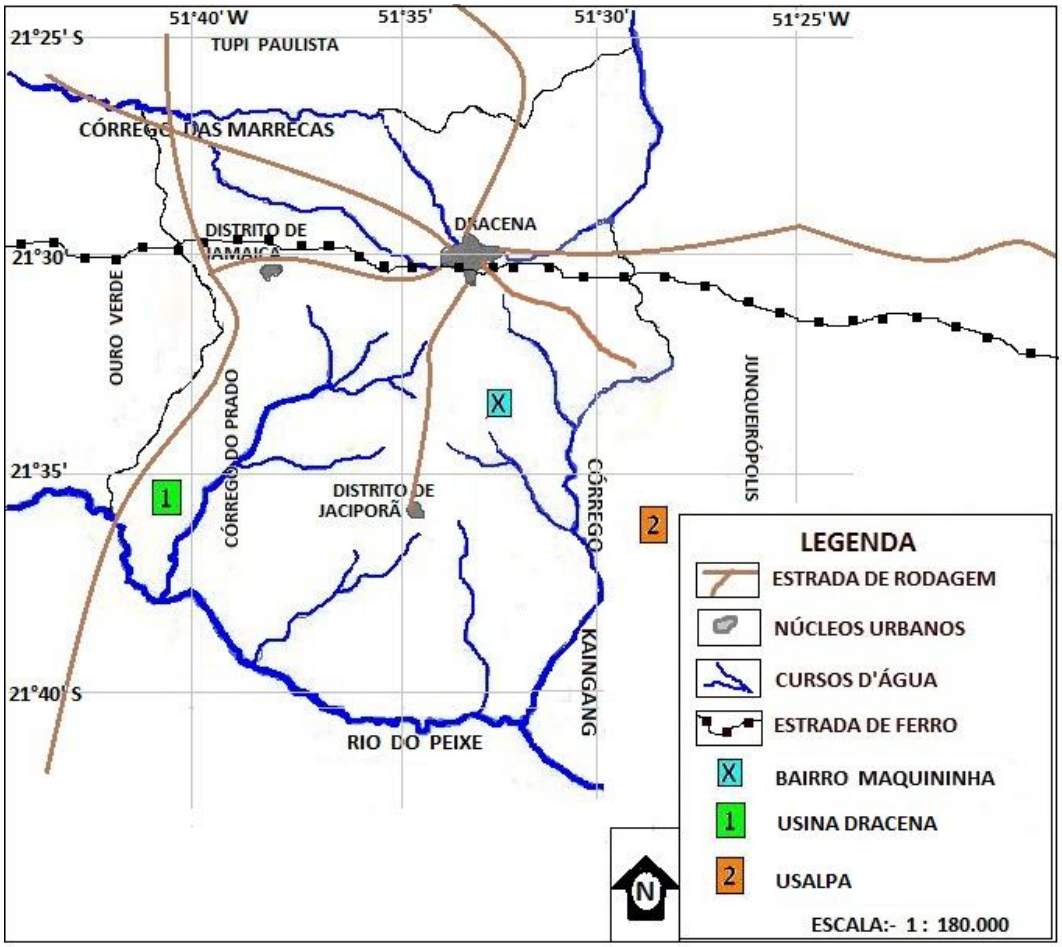
[67] Refere-se a certa quantidade de terras com de plantação de cana que fica entre duas curvas de nível ou entre um aceiro e outro para evitar a propagação do fogo, ou seja, são subdivisões da lavoura para facilitar o corte ou a mecanização.

Figura 28 - Fotografia aérea da Usina Alta Paulista
Fonte: Digital Globo - 02/03/2009 Organização: Joviano, C. V. M.

No ano de 2002, ainda impulsionada pelo aumento de consumo de álcool anidro como combustível, os grupos paulistas Excel e Tractos que desenvolviam atividades relacionadas à distribuição de petróleo, transportadora de produtos e criação de bois em confinamento, deram início no município de Dracena, aos investimentos na compra de terras para a plantação de cana-de-açúcar, com o intuito de fornecer matéria prima para a futura implantação de uma usina de açúcar e álcool no município de Dracena.

O projeto industrial de moagem e produção teve início em março de 2004, com o nome de Usina Dracena de Açúcar e Álcool, localizada na margem direita do Rio do Peixe, nas proximidades do Km 116 da rodovia Euclides Figueiredo, como mostra o Mapa 4:

**Mapa 4 – Localização das Usinas Dracena e Usalpa**




FONTE; Sec. de Economia, Gestão e Planejamento do Estado de São Paulo – 2006
Organização e adaptação: Joviano, C. V. M

Segundo o supervisor de produção e responsável químico da empresa, senhor Natal Montanher, a Usina Dracena de Açúcar e Álcool iniciou suas atividades no município de Dracena em 2002, com um projeto estimado em R$ 400.000.000,00 para investimento em instalações industriais e compra de terras, além de custo de plantio. O ponto inicial foi o plantio de variedades de cana em 377,5 hectares de terras próprias da usina para verificação de adaptação. No ano de 2003, a plantação de cana já ocupava uma área de 1.614 hectares, também em terras próprias. Na propriedade os Grupos produziram 120.000 toneladas de cana para plantio (mudas), numa média de 74 toneladas de cana por hectare (180 toneladas por alqueire). Essa produção aumentou no ano de 2004, para uma área de 2.686 hectares, totalizando 200.000 toneladas de cana de açúcar.

Apesar dessa produção, a primeira moagem ocorreu somente em julho de 2006, devido a alguns problemas na liberação dos projetos,

Segundo o entrevistado, o que influenciou na implantação da Usina Dracena no município foi a disponibilidade de terras, a qualidade do solo e a topografia plana, facilitando uma futura mecanização do corte. Além disso, influenciou também a ausência de outras indústrias de grande porte, a mão-de-obra disponível e o fato de esta usina poder estar localizada numa região que é pouco significativa em área plantada com cana-de-açúcar.

### 4.1.1 Apropriação e sujeição: As estratégias de expansão produtiva.

O capital monopolista, ao expandir-se no campo, cria e recria estratégias em busca da apropriação da renda e do lucro.

No caso do capital canavieiro, além de lançar mão de novas tecnologias, as empresas territorializam se apropriando de novas terras por meio de arrendamentos, fato que está ocorrendo no bairro “Maquininha”, por intermédio da Usina Dracena de Açúcar e Álcool e da Usina Alta Paulista, de Junqueirópolis.

A prática do arrendamento não é algo novo entre os proprietários do bairro “Maquininha”, mesmo antes do advento do Proálcool já era comum alguns proprietários cederem parte de suas terras para terceiros cultivarem, principalmente no período em que antecede a mecanização das atividades agrícolas, conforme analisado no capítulo anterior. Os arrendamentos antigos tinham praticamente as mesmas características dos arrendamentos para as usinas de cana-de-açúcar na atualidade, porém diferia no prazo de uso que dificilmente ultrapassava 2 anos.

Contudo, por volta de 2001, quando o consumo de álcool combustível aumentou no mercado interno, aumenta também a prática de arrendamento de terras por parte dessas empresas, criada pela necessidade de expansão da cana-de-açúcar que se dá em bases capitalistas, com o objetivo inicial de fazer uso da terra para introduzir a monocultura, mediante o investimento de grandes somas de capital no processo produtivo. Nesse caso, em quase toda área de territorialização da cana-de-açúcar, o arrendamento de terras se faz presente, através do pagamento da renda fundiária.

Dessa forma, o capitalista da usina processadora de cana e o produtor da mesma cana, estão personificados em uma só pessoa, num processo denominado por Oliveira (1996, p. 24), de “territorialização do capital”, pois a territorialização do capital é o artifício pelo qual o capital se instala na agricultura e por intermédio do controle da terra, realiza a produção, mesmo não sendo o proprietário da referida terra. Por isso ao se analisar o contexto, podemos citar que o desenvolvimento da atividade canavieira no município de Dracena e vizinhanças, é um exemplo claro da territorialização do capital monopolista na agricultura. Isto porque com a prática do arrendamento de terras a Usalpa e a Usina Dracena também unifica o produtor da cana e o capitalista fabricante de açúcar e álcool numa mesma pessoa. Por isso, quando o camponês concede a terra para arrendamento para a empresa canavieira por um período de dez anos, além de transferir junto com ela uma parte da renda fundiária que é apropriada por essa empresa, transfere também o controle sobre a produção.

Assim, se o camponês não perde o direito sobre a propriedade da terra, ele perde o direito de uso, isto é, perde o direito de utilização da terra durante o período do contrato de arrendamento, abandonando a terra em benefício do usineiro e de suas técnicas produtivas, que no caso dos contratos feitos pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool tem a duração de dez anos e na Usina Alta Paulista de Junqueirópolis são de dez e de cinco anos.

Portanto, há diferenças entre o arrendamento de pequenas áreas praticado pelo campesinato e o arrendamento de base capitalista, a começar pelo tempo de uso da terra e pelo sentido da produção, pois nos pequenos arrendamentos camponeses o tempo de uso dificilmente excedia um ano e a terra, embora cultivada por outro sujeito, continuava sendo usada para produtos temporários, mantendo sua característica de terra de trabalho camponês e produção de subsistência. Todavia, nos arrendamentos de base capitalista, o tempo de uso da terra varia entre cinco e dez anos e a produção é voltada para uso industrial, daí a propriedade camponesa, que antes era terra de trabalho, agora sob o domínio do capital, se converterá em terra de negócio[68], ou seja, mercadoria.

[68] Segundo Martins (1980), a Terra de Negócio baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador. Assegura ao capital o direito de explorar o trabalho alheio, mediante ao salário. È fundamentalmente instrumento de exploração.

No bairro “Maquininha” no município de Dracena, tanto a Usina Dracena de Açúcar e Álcool como e a Usina Alta Paulista de Junqueirópolis utilizaram-se de duas formas de apropriação de terras. Pelo que se verifica, no início das atividades, quando a unidade de produção ainda não havia sido montada, no caso da Usina Dracena de Açúcar e Álcool, a necessidade de terras não era grande, o que levou a usina optar pela compra de terras para produção de variedades de cana para mudas, além de contratos com alguns fornecedores que se interessaram pelo empreendimento. Mas, no período próximo ao funcionamento da moagem, a necessidade de cana-de-açúcar tornou-se maior. Então, a usina dá início ao processo de arrendamento, oferecendo aos proprietários de terras valores “atrativos”[69], na busca de arregimentar áreas de terras para suprir as necessidades da usina.

Na análise da entrevista com o senhor Natal Montanher, podemos verificar que a maioria da cana-de-açúcar que as usinas precisam para o processamento industrial não é produzida em suas terras, mas principalmente, nas terras de agricultores descapitalizados, que por necessidade de se manter no campo, arrendam suas terras às usinas.

> A área de terras cultivada com cana-de-açúcar atualmente pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool é de 15.451 hectares, sendo que 5.408 hectares (35%), pertencente ao capital privado da usina. O restante da área cultivada é de terras arrendadas de pequenos e médios proprietários, o qual soma uma área de 6953 hectares (45%) do total e os outros 20% que totalizam 3090 hectares são terras de fornecedores. Mas está prevista a expansão de terras com cana-de-açúcar até o limite de 22.000 hectares em área plantada, (...) com a maioria das terras arrendadas, por que é mais interessante para a usina não investir muito em capital imobilizado (NATAL MONTANHER, entrevista em 13/02/2009)

Já na destilaria Usalpa de Junqueirópolis, segundo um administrador do setor agrícola, a área para plantação de cana da usina é feita quase que totalmente em terras de terceiros, já que a área de propriedade da usina é de aproximadamente 280 hectares e é utilizada para a produção de mudas para o plantio e replantio nas terras arrendadas. Por isso a cana para processamento industrial é toda produzida em arrendamentos, ocupando uma área total de 22.992 hectares. Desse total,

[69] Segundo o supervisor de produção da empresa, Natal Montanher, o valor pago pelo arrendamento das terras não é fixo, sendo calculado por uma quantidade de cana por hectare. Assim, quando o valor da tonelada de cana sobe, o valor do arrendamento também sobe e vice versa.

10.572 hectares são no município de Junqueirópolis e os 12.420 hectares restantes estão divididos em terras de vários municípios da região. As terras arrendadas pela Usalpa são na maioria partes ou a totalidade de fazendas que realizavam a pecuária extensiva de corte, como mostra a Figura 29, porém nas áreas onde é possível juntar propriedades vizinhas e formar uma só área para cultivo, também é possível arrendar pequenas propriedades. Portanto, na análise das terras arrendadas por esta usina, se considerarmos a área arrendada, predominam as terras das fazendas, mas se considerarmos o número de propriedades, predominam as de pequenas áreas. Nestas terras, os contratos de arrendamento têm um prazo de contrato de no mínimo cinco anos, podendo ser renovado ao final do contrato para mais cinco anos. Os contratos de arrendamento também são feitos tendo como parâmetro a produção de toneladas de cana por alqueire, que no caso da Usalpa gira em torno de 25 e 36 toneladas de cana por alqueire ao ano, valores que no ano de 2008 oscilou entre R$ 600,00 para o contrato mínimo e R$ 1152,00 por alqueire ao ano para o contrato máximo. Esta variação depende da distância do arrendamento da usina, do relevo do terreno e da fertilidade da terra.

Figura 29 - Cana-de-açúcar em terras arrendadas de Lituo Takeshita à Usalpa.
Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Portanto, dependendo do contrato, a renda obtida com o arrendamento pode superar a receita proporcionada por atividades como a pecuária de corte e outras, que atravessam períodos de baixa rentabilidade, podendo “remunerar” o proprietário da terra arrendada em até 36 toneladas por alqueire, dependendo da localização.

Segundo informações coletadas em entrevista com o supervisor de produção da Usina Dracena, Natal Montanher, constatamos a preferência da empresa pela realização de contratos de arrendamentos tendo como parâmetro uma distância de até quinze (15) quilômetros de raio da usina, além do estabelecimento de certa quantidade de toneladas de cana por hectare arrendado como forma de pagamento. Esta proporção gira em torno de 20 toneladas de cana pagas por hectare de terras arrendadas.

Na análise das informações do Sr. Natal Montanher, podemos concluir que esta forma de arrendamento é uma estratégia da usina para se proteger dos percalços do mercado de açúcar e álcool, transferindo os prejuízos para os proprietários, em caso de queda no preço do álcool ou do açúcar. Essa transferência se dá mediante a redução do valor pago pelo uso das terras arrendadas, já que, se o preço do álcool cair, em conseqüência, o preço da tonelada de cana-de-açúcar também irá cair.

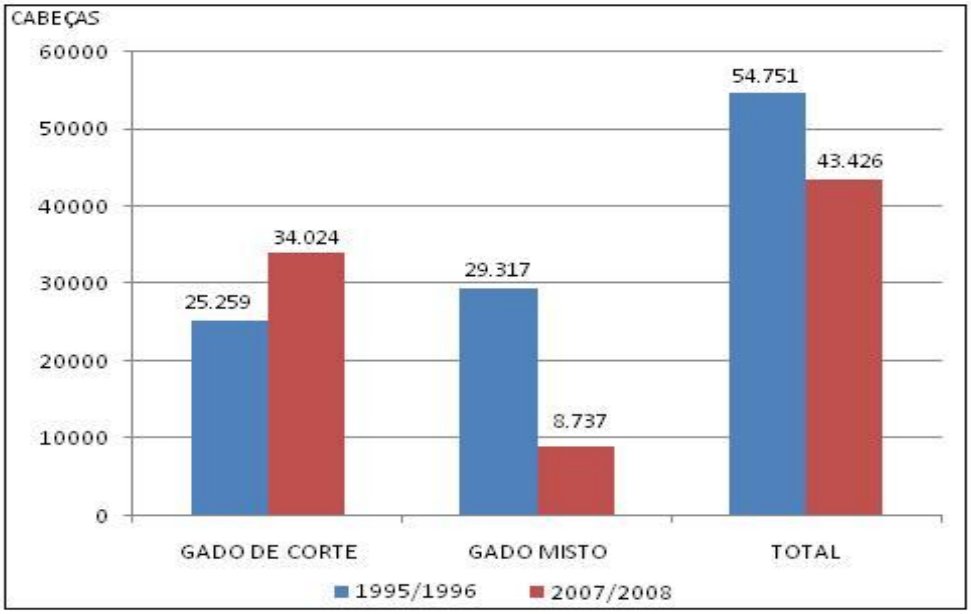
Por conta dessa situação, os técnicos da Coordenadoria e Assistência Técnica Integral - CATI têm recomendado aos produtores que não arrendem a totalidade de suas terras, para não ficarem à mercê dos resultados da economia de mercado proporcionado pelo capital monopolista, já que, durante o período do contrato de arrendamento ele perde o direito de uso da terra para conseguir a subsistência de sua família, além do que, se o camponês arrendar toda a propriedade, a área de terra de trabalho será transformada para o plantio de cana-de-açúcar, dificultando sua volta à terra para cultivo do autoconsumo, já que neste período longo de arrendamento o camponês acaba se desfazendo dos instrumentos utilizados na produção agrícola.

A expansão da cana-de-açúcar através de arrendamentos também tem gerado outra problemática detectada na pesquisa, pois esta expansão se dá sobre as pequenas e médias propriedades e têm ocasionado a perda de empregos em atividades tradicionais como a produção leiteira, o abate bovino e também sobre algumas áreas de lavouras. Esta situação de avanço da produção canavieira sobre a

agropecuária é visível na paisagem do campo do município de Dracena que alterna extensos canaviais e antigas áreas de pastagens preparadas para o plantio de cana.

Analisando os dados do IEA – Instituto de Economia Agrícola, percebe-se claramente a diminuição da área de cultivo de produtos temporários em detrimento do aumento da área de cana-de-açúcar, ao comparar os resultados das pesquisas agropecuárias do projeto LUPA de 1995/96 e 2007/08, no município de Dracena, sobre a criação de gado bovino (Gráfico 6) observa-se que o mesmo teve uma retração de 12,6%, diminuindo de 54.751 cabeças para 43.426 cabeças de gado. Ainda observa-se que houve um aumento na criação do gado bovino de corte e uma diminuição drástica na criação de gado bovino misto[70] entre os anos de 1995/96 e 2007/2008, porém segundo o agrônomo da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, senhor Ricci, este aumento não se deve a um possível aumento na área para bovino de corte, mas sim devido a melhora na criação mista quanto ao tipo de animal e também quanto a técnica, passando parte dos animais de criação mistas para a criação de gado de corte.

**Gráfico 6: Criação de gado bovino no município de Dracena-SP**




Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/ IEA, Projeto LUPA

Organização: Joviano, C. V. M.

[70] O gado de leite está inserido junto ao gado misto, portanto o gado misto equivale ao total de bezerros, bezerras, touros e vacas para cria e para produção de leite

Os representantes das usinas e defensores da expansão da cana na região afirmam que a cana só ocupou terras de pecuária de corte com baixa produtividade. No entanto, informações obtidas no Laticínio Trevisan de Dracena e na cooperativa Cacretupi, de Tupi Paulista – empresas que compram leite na região – comprovam o avanço da cana também sobre a pecuária de leite, pois segundo os administradores dos laticínios possivelmente houve uma queda do número de vacas ordenhadas entre 2005 e 2008, já que houve redução de 11,3% na produção de leite. Essas informações são reforçadas no depoimento em entrevista de um camponês:

> Eu sempre trabalhei com leite. Quando o leite tava fraco eu completava o ganho com a venda dos bezerros pros compradores de gado, mas hoje com 73 anos de idade não tava dando mais pra tira 50 litros de leite todo dia e prá paga quem tira não sobra nada, então o negócio foi acaba com o gado e arrenda prá usina e viver da renda do arrendamento e da aposentadoria. (N F, entrevista em 07/03/2009)

Além da redução na produção de leite houve também, diminuição da oferta de bezerros para comercialização e engorda, bem como, na quantidade de cabeças de gado de corte, já que a área de expansão de cana-de-açúcar se deu em locais do município que eram tradicionais na produção de pecuária para abate. Segundo o comprador de gado Joel Cebalos, a redução na venda de animais para abate foi de aproximadamente 10%, pois como ele afirma “as primeiras fazendas que a usina comprou e arrendou eram de gado de engorda, isso eu sei por que eu negociava gado nessas fazendas”. Assim, verifica-se que nessa região de Dracena, houve impacto sobre 10% da produção pecuária de carne e de leite, apesar de, em nível nacional, essa produção ter tido um acréscimo de 5,9% no ano de 2005/2006 (IBGE/PPM, 2006).

Todavia, segundo o agrônomo da CATI, a diminuição do número de cabeças de gado bovino não se deve somente ao avanço da cana-de-açúcar como afirma na entrevista:

> A nossa região perdeu muitas terras de pasto para a cana-de-açúcar, tanto de gado de corte como de leite, mas os motivos que levaram a esta troca não são somente devido a expansão da cana, também são fatores relacionados diretamente com a pecuária como a falta de preço dos produtos como leite e carne, que desestimula principalmente no verão quando aumenta a produção devido a melhora das pastagens e também a

> falta de mão-de-obra especializada (retireiro) para trabalhar com o leite, por exemplo. O pessoal que trabalha com o leite normalmente trabalha fora de horário e isso tem um custo trabalhista elevado. Com a cana, o ganho pode ser até um pouco menor, mas não há compromissos trabalhistas, o dinheiro é livre de encargos. Já para a usina a troca foi mais vantajosa, porque a cana tomou o espaço de pastos, que geralmente são terras planas de fácil mecanização para o plantio e para o transporte da cana para a usina. (D. A, entrevista em 23/04/2009).

Quanto à produção agrícola, os dados também mostram uma retração na área de produção (Tabela 4). Verifica-se que houve uma diminuição na área dos quatro principais produtos agrícolas cultivados no município de Dracena[71], no período de 1995/1996 e 2007/2008, sobretudo na área de algodão, que teve uma redução de 98,2%, tendo afetado também a produção de café, feijão e milho.

**Tabela 4: Produção agrícola em hectares no município de Dracena/SP**
**1995/96 e 2007/2008**

| PRODUTOS | Hectares cultivados 1995/1996 | Hectares cultivados 2007/2008 |
|---|---|---|
| MILHO | 1.541 | 606 |
| CAFÉ | 1.048 | 713 |
| FEIJÃO | 452 | 363 |
| ALGODÃO | 1.017 | 18 |
| CANA-DE-AÇÚCAR | 837 | 10.861 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/ IEA, Projeto LUPA
Organização: Joviano, C. V. M.

Porém, na mesma pesquisa os dados indicam um aumento na ordem de 1.297% na área de cultivo de cana-de-açúcar no mesmo período, evidenciando a rapidez com que ocorreu a territorialização da cana-de-açúcar no município de Dracena, isto provocado pela reabertura da Usalpa de Junqueirópolis e da implantação da Usina Dracena de Açúcar e Álcool, evidenciando que a expansão da cana-de-açúcar começa a interferir diretamente na produção de alimentos

[71] Além destes cinco produtos, no município ainda se cultiva a batata doce, frutas como uva, maracujá, abacaxi e manga haden

consumidos pela população e, indiretamente, em itens como o milho, que serve de insumo para a avicultura e a suinocultura".

### 4.1.2 Estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra.

A territorialização do campesinato se expressa a partir da unidade de produção familiar, pautada sob uma lógica de que terra é terra de trabalho, é possibilidade de (re)produção camponesa, de permanência na terra e de resistência. Assim, esta fração do território capitalista constitui-se em um campo de possibilidades que, embora mediados pelas relações de poder exercidas pelos sujeitos sociais que ali interagem, representam contra-espaços que se exteriorizam conforme a correlação de forças que interagem nas diferentes situações que a eles se colocam.

Considerando que a territorialização camponesa é assinalada por constantes lutas para garantir a sua permanência na terra, é de se entender que para manter-se territorializado o camponês também empreende a luta pela permanência na terra, isto é, resistência à desterritorialização, principalmente quanto a entrada do capital, que o expropria da terra de trabalho e de vida. Por isso, para muitos camponeses despossuídos, alcançar a terra e, nela permanecer, é uma aspiração que move sua vida, pois vêem na posse dela uma possibilidade de autonomia.

Nesse sentido, observa-se que, diante da expansão do capital monopolista é comum constatar entre os camponeses a habilidade de se erguerem contra projetos de dominação e subordinação. Dentre estas bandeiras de lutas estão os movimentos sociais, apontados como as principais formas dos camponeses se insubordinarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida. Assim, pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e garantem a sua existência.

Porém, a capacidade de resistência camponesa não se faz apenas por meio de movimentos, mas por um conjunto de características que garantem a sua sobrevivência no campo, como o modo de vida camponês e sua organização social.

Uma das formas de resistência adotadas por alguns camponeses do bairro foi arrendar somente uma parte da propriedade, com medo de que uma possível crise no setor canavieiro pudesse atingi-los totalmente, por isso reservaram uma parte da propriedade para a continuação de seu modo de vida camponês, como se observa na entrevista do camponês Lituo Takeshita, de 71 anos:

> O pessoal da usina me procurou, me propôs um negócio bom na época, dava mais que o leite, pois eu tirava uma média de 120 litros de leite por dia, num sítio de 14 alqueires e o que a usina me ofereceu era igual a 85 litros por dia. Como eu não ia ter que pagar salário de empregado[72] e nem gastar com ração para o gado, eu achei que estava bom, mas eu fiquei com medo e arrendei 10 alqueires e continuei com as minhas vacas. Olha moço foi Deus que me avisou, pois hoje o preço da tonelada caiu e o que eu recebo dá só 38 litros de leite, mas ainda tá bom. A situação do meu filho é muito pior, ele arrendou depois de mim e não está recebendo. Há 2 meses a usina não paga ninguém. Se ele tivesse arrendado tudo estava passando necessidade. (LITUO TAKESHITA, entrevista em 21/02/2009).

A perda de empregos em atividades agrícolas tradicionais no município de Dracena, como na maioria dos outros municípios, não são acompanhadas com a total absorção destes trabalhadores nas atividades da agroindústria, embora isto ocorra em parte, pois esta exige novos profissionais desde o corte até o processamento industrial. Assim, a instalação e presença das usinas têm provocado a atração de trabalhadores migrantes para o município de Dracena, e a não absorção de parte dos trabalhadores desempregados no campo pelo setor sucroalcooleiro tem causado a ida de parte destes desempregados em direção às cidades, como nos informa os entrevistados a seguir:

> Eu trabalhava com meu pai no sítio do meu tio, mas o tio arrendou as terras e nós tivemos que sair prá busca trabalho. No início eu e meu pai começamos na usina fazendo plantio, mas depois tivemos que enfrentar o corte, aí não deu para aguenta, (...). Aí nos fomos para a cidade tentar uma melhora (...). Hoje eu trabalho de servente de pedreiro e o pai se sustenta com a aposentadoria e faz bico. (RODRIGO, entrevista em 07/03/2009)

> Depois que começou o arrendamento dos sítios diminuiu o emprego. Tá ficando de um jeito que não vai dá prá sobreviver na roça, aí a gente tem que ir lá pra cidade. Mas se desse eu queria mesmo era fica no sítio, cidade não é lugar prá roceiro. (DOZINHO, entrevista em 08/03/2009)

[72] O trabalho assalariado citado pelo camponês Lituo Takeshita configura na propriedade uma forma de complemento de força de trabalho, já que com 71 anos de idade o referido camponês não tem mais capacidade física para tirar 120 litros de leite por dia

> Tinha muito serviço nas pequenas propriedades dos bairros, mas depois que a usina começou o arrendamento de terra os trabalhos diminuíram e ainda por cima teve muitas famílias que foram dispensadas quando seus patrões arrendaram os pastos. Essa gente se mudou para a cidade, de certo estão passando fome lá, por que pra cortar cana tem que ter prática senão os gatos não contratam. No final das contas vai ser o povo daqui mesmo que vai fica sem emprego, o povo de fora já tem prática e consegue esse tipo de serviço. (SEBASTIÃO ALTRAN, entrevistado em 15/03/2009)

Porém, segundo Natal Montanher, a intenção da Usina Dracena é absorver toda mão-de-obra necessária para a usina no próprio município de Dracena, principalmente nas atividades rurais. Porém, com a reativação da Usalpa em Junqueirópolis e a instalação das usinas Rio Vermelho também em Junqueirópolis e Caetés em Paulicéia, houve a necessidade de muita mão-de-obra para plantio e corte de cana para mudas, obrigando as usinas de Junqueirópolis e de Paulicéia a recorrerem a migrantes nordestinos, principalmente de Alagoas, onde as empresas já utilizavam deste tipo de trabalho em suas usinas. Estes trabalhadores nordestinos eram recrutados por gatos em Pernambuco ou Alagoas e trazidos em ônibus para o município de Junqueirópolis, onde eram instalados em casas alugadas (repúblicas) na cidade e pagas pelos próprios trabalhadores.

Todavia, esta situação ocorreu somente no período da instalação das usinas, pois com a necessidade de mão-de-obra nos canaviais e ao crescente desemprego na região, muitos trabalhadores de outras atividades acabaram por se especializar em corte de cana, ratificando a intenção da Usina Dracena relatada na entrevista do Sr. Natal, quanto à origem da maioria dos trabalhadores, já que na atualidade, quase a totalidade é do município de Dracena e de cidades vizinhas como Tupi Paulista, Irapuru, Pacaembu, Flora Rica, Ouro Verde, Santa Mercedes, além de Junqueirópolis.

Todavia, diante desse processo de desterritorialização, algumas famílias camponesas buscam a construção de algumas estratégias de resistência ao avanço do capital e tentam permanecer na terra mesmo que para isso tenham que se adaptar a novas situações.

A passagem do tempo trouxe algumas dificuldades para calcular quantas famílias do bairro “Maquininha” ainda resistem no próprio bairro, pois muitas propriedades foram fracionadas ou foram anexadas; outras, os proprietários que resistiam faleceram e as terras foram vendidas pelos herdeiros que já moravam na zona urbana. Por isso para analisar a resistência camponesa, adotamos como

critério para a pesquisa, as famílias que moram no bairro há mais de 5 anos, o que se aproxima do período anterior á expansão da cana com a prática do arrendamento no bairro.

Atualmente residem no bairro 22 famílias, das quais 15 são proprietárias, 5 são assalariadas e 2 apenas moram na propriedade, com a obrigação de cuidar do quintal em troca do aluguel e dos gastos com água e energia. Dos proprietários todos estão no bairro há mais de 5 anos. Porém, no grupo dos não proprietários, dois são moradores recentes, sendo 1 assalariado e 1 que tem a permissão para morar na propriedade em troca de cuidar do seu recinto. Destas propriedades em que moram as 22 famílias, 15 tem como principal renda a pecuária, sendo 7 com pecuária de leite, 6 com pecuária de corte e compra e venda de bezerros, e dos 7 restantes, 5 trabalham com agricultura variada e duas somente moram na propriedade, porém o dado que mostra a resistência camponesa é que das 15 famílias proprietárias que moram no bairro, nenhuma arrenda terras para o plantio de cana.

A cana-de-açúcar no bairro “Maquininha” já ocupa as terras de 6 das 51 propriedades[73], sendo 4 com contratos com a Usalpa e 2 com a Usina Dracena, porém destas 6 propriedades, 5 não há moradores na atualidade, tendo morador somente em uma, que apesar do arrendamento de parte da propriedade, ainda permanece nas atividades de gado de corte, de leite e agricultura em outra parte das terras.

Entre as estratégias para a permanência na terra destaca-se a locação de seus instrumentos de produção como tratores, arados, gradeadeiras e sulcadores para os serviços de preparação da terra para plantio de cana, e, às vezes colocam os seus filhos ou os empregados que já trabalhavam com as máquinas na propriedade arrendada para continuar a trabalhar com elas. Porém, agora, nos serviços das usinas, conseguem manter o trabalho do empregado e auferir uma renda com o trabalho da máquina, que antes da expansão da cana-de-açúcar, não seria possível nas terras de pastagens e de autoconsumo, como afirma um agricultor aposentado que arrendou parte de suas terras.

[73] Das 53 propriedades que havia no bairro, algumas foram fragmentadas por herança e venda de parte das terras, mas outras foram anexadas por compras e na atualidade tem 51 propriedades.

> Assim que a usina arrendou a maioria das minhas terras de pasto, eu não ia ter mais serviço para o trator, porque ficou pouco gado e não compensava mais fazer silagem, por isso empreitei o meu trator e o do meu irmão para que o meu filho, o meu empregado e o dele pudesse trabalhar na tombação de terra para a usina. LITUO TAKESHITA, entrevista em 21/02/2009)

Entre os camponeses que arrendaram suas terras, o clima é de desconfiança, pois apesar de percebermos através das entrevistas que a maioria dos camponeses ainda está satisfeita com o arrendamento, nota-se que não há mais o estado de euforia do início dos contratos. Isto se explica pela diminuição dos valores recebidos em função da queda nos preços da tonelada de cana-de-açúcar e do álcool, além do atraso nos pagamentos dos valores dos arrendamentos acordados em contratos que os representantes das usinas.

No entanto, mesmo com a instalação de novas usinas, e a avidez por terras por parte desta, ainda há entre os camponeses aqueles que se recusam a arrendar suas terras para as usinas. Os motivos são vários: alguns por medo de calote dos usineiros, com medo de se repetir o acontecido no início da década de 1990, quando a antiga Usina Vale Verde encerrou suas atividades e os plantadores de cana ficaram sem saber o que fazer com a cana plantada; outros, por desconfiança, devido à oscilação de preço da tonelada de cana; alguns pelos boatos e alegação populares de que a terra, após o plantio, torna-se inapta para a agricultura de subsistência.

O que mais nos chamou a atenção foram algumas estratégias marcadas pelo desejo de a família manter a sua autonomia e o controle da sua unidade produtiva, numa combinação de ações como forma de permanência na terra e evitar o arrendamento. Destacamos aqui as ações transcritas da entrevista com os camponeses João Martins Joviano e Nilson Boni:

> Pra cana eu não arrendo, eles (funcionários da Usalpa) já vieram duas vezes aqui pedir pra eu arrendar, só porque o vizinho (Lituo Takeshita) arrendou. Eles ficam pressionando, porque a usina juntaria o fundo do meu sítio com a do vizinho e ficaria uma propriedade só, mas eu não arrendo, eu vivo da terra, não é de pagamento mensal de arrendamento. Eu crio porco caipira, tiro leite e faço queijo e requeijão, esse é meu ganho. E se eu arrendar e eles usar a terra e não me pagar. Então pra eles pararem de me pressionar, eu plantei eucalipto no fundo do sítio onde eles queriam arrendar, (...) (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 22/02/2009)

> Viver na roça hoje em dia é difícil, mas pior do que isso é arrenda para a usina, muda prá cidade e viver na insegurança sem sabe se você vai recebe, por que quando a coisa vai mal para eles a gente é o primeiro que

> “dança”. (...) e na cidade a gente tem que compra tudo aquilo que estava acostumado a ter de graça no sítio, por isso é que eu não saio do sítio, aqui eu não pago aluguel, não pago água, a luz é mais barata que a cidade e não tenho patrão prá me dá ordem.(...) Ai eu comecei a diversificar, plantei o café mais largo de rua e plantei acerola no meio do café e faço a irrigação dos dois e ao invés de dá o café quase de graça (vender) lá na máquina eu mesmo descasco ele e a minha nega (esposa) torra e mói e nós vende na feira e as vendas é aos pouco a gente tem dinheiro o ano todo, é pouco mas é o ano todo. (NILSON BONI, 29 anos, entrevista em 20/07/2009)

Caso como o de Sr. João, que plantou eucalipto para inviabilizar a entrada da cana como ilustra a Figura 30 e de Nilson Boni não é raro, pois é comum a resistência ao arrendamento de terras por parte dos pequenos proprietários para o plantio de cana, principalmente quando estes possuem mais de uma atividade produtiva na propriedade. A diversificação de produtos traz certa segurança quanto a seu sustento na propriedade, pois no seu imaginário, quanto maior a diversificação da produção menor será a sua fragilidade frente ao mercado e quanto à terra, se sobrar, principalmente de pastagens, o proprietário aluga para a colocação de gado, que além de gerar uma renda extra, o prazo de aluguel é curto, oscilando entre 4 meses e um ano de uso. Além do que, o proprietário pode pedir as pastagens de volta quando precisar, o que não acontece com o arrendamento para cana-de-açúcar.

Figura 30 - Plantação de eucalipto para impedir o avanço da cana-de-açúcar.
Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Outra estratégia se dá através da modificação da produção na propriedade ao longo do tempo, principalmente nas pequenas unidades de produção, nas quais as famílias camponesas buscam atender além das necessidades básicas da família, também cultivar produtos de boa aceitação no mercado, com bons preços e facilidade de venda, como abacaxi, acerola, uva, maracujá, manga, queijo, requeijão, manteiga caseira e animais como frango caipira e leitões, diminuindo um pouco o cultivo de produtos como feijão, milho, arroz e algodão que necessitam de maiores investimentos e maior área para produção. Contudo, as modificações não foram somente no tipo de produto, também ocorreu na base técnica, pois as técnicas empregadas também são diferentes das usadas no passado, uma vez que em gerações anteriores utilizavam-se somente os recursos que a propriedade tinha capacidade para oferecer como a criação de animal para o trabalho da tração, o adubo de origem animal e vegetal e a extração da madeira das matas, além de instrumentos como a enxada, a matraca e máquinas rudimentares puxadas por animais. Porém, hoje a maioria destes produtores possui arados mecanizados, grade, calcariadeira, ensiladeira, irrigação, produtos químicos, antibióticos e hormônios para os animais, aumentando a produtividade e a qualidade do produto.

A mudança de postura quanto à sua organização produtiva é outra estratégia utilizada nas áreas marginais da cana-de-açúcar. Para fugir da pressão de arrendatários para cana, camponeses investiram técnicas de produção para aumentar a produtividade. O camponês Nilson Boni usou uma técnica de plantio para a cafeicultura com 4,5 metros de largura entre uma rua de café e outra, diferenciando da largura usual de 3,5, isto para que sobrasse um espaço maior nas entrerruas do cafezal e possibilitasse o plantio de acerola criando uma técnica nova de consórcio de café e acerola, como mostra a figura 31, além do que passou a usar um sistema de irrigação por gotejamento (Figura 30), aumentando tanto a produção de café como a de acerola.

Fig. 31 – Cafeicultura irrigada consorciada com acerola
Fotografia: Joviano, C. V. M. 18/07/2009

Fig. 32 - Plantação de café irrigado por gotejamento.
Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Já o Sr. João, além da irrigação, implantou um sistema de piquetes nas pastagens, permitindo um rodízio rápido do gado nestes piquetes, fazendo com que o mesmo tenha sempre capim novo para a alimentação, aumentando a produtividade de leite, que para ter maior receita é todo processado na própria propriedade, agregando maior valor ao produto, ao transformar o leite em queijo, requeijão e manteiga, fato também confirmado na entrevista de Nilson Boni quando diz que beneficia, torra e mói o café produzido em seu sítio que serão vendidos na feira do produtor rural[74] (figura 34) e supermercados da cidade de Dracena. O Sr. João para aproveitar melhor a terra e a área irrigada plantou pés de Jaca[75], inventando um consórcio de pastagem com jaqueiras, como mostra a figura 33, que além de produzir sombra para o gado, ainda tem seus frutos vendidos para mercados e varejões de frutas.

Fig. 33– Pastagem irrigada consorciada com jaqueiras- Sítio São João
Fotografia: Joviano, C. V. M. 18/07/2009

[74] É uma feira livre criada pela Prefeitura Municipal de Dracena em 1997, na qual os produtores rurais do município e região vêm oferecer seus produtos agrícolas, pecuários e artesanatos, havendo grande procura, já que os preços são atrativos que por se tratar de uma venda direta elimina o intermediário.

[75] Na propriedade são irrigados 6 hectares de terras, dos quais três hectares possuem a plantação de 84 jaqueiras produzindo .

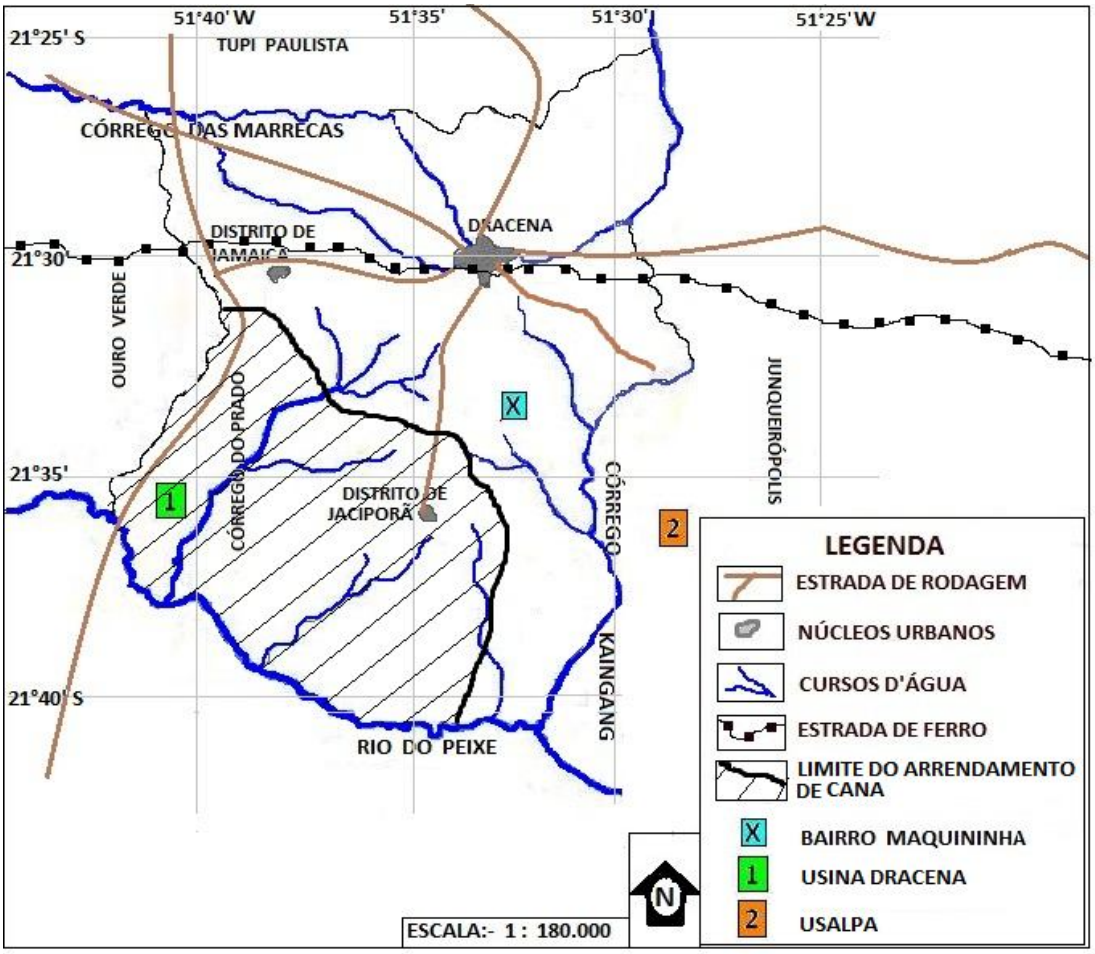
Fig. 34 – Feira do produtor rural em Dracena – Sr. João e Esposa
Fotografia: Joviano, C. V. M. 22/07/2009

Dessa forma, podemos perceber que apesar da invasão do capital, não é fato consumado que o setor sucroalcooleiro controle todo o território a ponto de extinguir o camponês do bairro “Maquininha”. Mesmo que tenha ocorrido a expropriação de alguns camponeses por parte do setor sucroalcooleiro, o que se observa é que nos bairros onde o campesinato permanece produzindo para o autoconsumo, o capital tem mais dificuldade para territorializar-se. Das 6 propriedades em que a cana foi plantada no bairro “Maquininha”, em 5 não haviam moradores, portanto, não havia a resistência camponesa em relação à expansão canavieira, mas por outro lado, das 15 propriedades ocupadas por famílias que mantém as características camponesas e que são proprietárias da terra, em nenhuma delas ocorreu a expansão da atividade canavieira através de arrendamento ou de outra forma de cultivo de cana-de-açúcar.

Numa análise dos contratos de arrendamento para cana-de-açúcar feitos pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool, verifica-se que a sua área de expansão, tanto de compra como de arrendamento se deu entre o Distrito de Jaciporã e Rio do Peixe, no lado sudoeste do município, como mostra o Mapa 05, numa área onde predominavam grandes propriedades de pecuária extensiva de corte que se estendem num raio de aproximadamente 15 quilômetros da Usina Dracena.

Ainda sobre a territorialização da cana, verifica-se que, no bairro do Prado, onde desde o período da colonização do município predominam as pequenas unidades de produção, o setor sucroalcooleiro não conseguiu entrar, não havendo no bairro propriedades com arrendamento para plantio de cana-de-açúcar, evidenciando que onde há preponderância do modo de vida camponês, a resistência em relação à territorialização do capital é maior.

**Mapa 5: Área da expansão da cana pela Usina Dracena**




Todavia, havendo ou não a territorialização do capital, seja qual for a análise da situação, podemos afirmar que o procedimento de muitos camponeses de arrendar terras para as usinas, é também uma forma de resistência, ou seja, uma nova estratégia para manter a terra, já que diante da situação de territorialização do capital canavieiro pelo arrendamento, a terra pode, após o fim do contrato, retornar

para ele ou para a família. Assim, o que podemos distinguir nesta relação entre capital monopolista e campesinato é a existência da sujeição da terra pelo capital monopolista, que se firma como o novo sistema produtivo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista geográfico, para pesquisar a questão agrária e o campesinato é de suma necessidade tomar o território como categoria de análise, já que é no território que as relações familiares, de parentesco, de trabalho, ou seja, as relações sociais ocorrem. Assim, nesta pesquisa foi necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se podia definir o território. Então, a partir da análise de Raffestin (1993) que afirma que o território só pode ser estabelecido a partir de relações de poder desenvolvidas no seu interior foi possível destacar o caráter político do mesmo.

Na pesquisa constatou-se que o recorte territorial definido para análise - o bairro “Maquininha” no município de Dracena – foi parte de um território maior denominado Nova Alta Paulista, construído a partir de um processo violento de grilagem de terras e expropriações nas áreas de contato entre as empresas colonizadoras com as frentes de expansão, onde a terra era vendida em pequenos lotes, dando a característica da estrutura fundiária ao município que ainda se baseia nas pequenas e médias propriedades e também abriu a possibilidade de territorialização camponesa no bairro “Maquininha” a partir de famílias de ex-colonos vindos das antigas áreas produtoras de café, criando nas novas terras o modo de vida camponês. Portanto, havia nas fronteiras uma só terra, mas com dois significados segundo o interesse daqueles que se apropriavam dela: terra de negócio, para as empresas imobiliárias e colonizadoras; e terra de trabalho, para os ex-colonos que viam na terra a sua liberdade dos patrões produtores de café das antigas zonas do leste, já que nelas iriam extrair a sua subsistência através do uso do trabalho familiar.

Nesse sentido, o camponês, um ser social que produz e se reproduz com base na produção agrícola e na sua relação com a terra tem sido o sujeito de investigação para muitas pesquisas, que para alguns autores é definido como um "modo de produção" autônomo. Para o grupo de autores que defendem a extinção do campesinato, o camponês perdeu a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, por isso continuará a se reproduzir nas sociedades atuais somente se conseguir integrar ao mercado e dele fazer parte, ou caso contrario,

entra em colapso e se auto desintegra. Porém compreender o camponês tal como propõe autores como Shanin (2005), Martins (1981), Woortmann (1990) e Oliveira (2002) significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção. Esta compreensão do campesinato é um dos embasamentos que atesta que o campesinato se reproduz no cerne do capitalismo e é também uma classe social deste modo de produção, que traz consigo a necessidade de se reproduzir relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução, ao mesmo tempo em que se reproduz também o processo de produção do capital.

Dessa forma, é possível entender como famílias camponesas não somente se recriam, mas ainda permanecem, resistem e se reproduzem no bairro "Maquininha" em Dracena, mostrando que esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção ocorre justamente pela necessidade que o capital tem de relações que não são capitalistas para a sua ampliação, já que o modo de vida das famílias camponesas é que faz com que o campesinato se reproduza e não seja destruído, pois a finalidade da produção capitalista é a acumulação, enquanto que o alvo da economia camponesa é o reprodução de sua família. Por isso se a acumulação não é a finalidade maior para a família camponesa, não há significado em trabalhar mais que o necessário.

A investigação sobre o comportamento das famílias camponesas do município de Dracena perante as crises de produção, aos problemas naturais e as mudanças estruturais da agricultura no Brasil que provocou a formação de novas relações sociais e produtivas, foi de grande importância, pois mostrou que o capital, apesar de implacável na sua expansão sobre o território camponês, este também sofre algumas barreiras ou limites impostos pela classe camponesa, já que esta tem uma visão contrária ao capital quanto ao uso da terra. Estas barreiras como não arrendar terras ao setor canavieiro, participar de associações e feiras de produtores rurais, investirem em culturas que freiam a expansão do agronegócio como eucalipto, piqueteamento das pastagens fazem parte da resistência camponesa em permanecer no seu modo de vida e assegurar o meio de sobrevivência da família, que só é possível com a posse da terra

Na pesquisa foi observado que a maioria dos produtores do bairro "Maquininha" possuía uma produção muito diversificada, o que os tornava pouco dependentes do mercado na busca de produtos para o consumo da família. Nas entrevistas e nas análises de documentos era comum constar nas propriedades uma

pequena roça de mantimentos e pequenas criações, como galinha, porcos e gado leiteiro, para a garantia de subsistência. Porém, em algumas propriedades tal fato não ocorria, já que a segurança alimentar da família era desempenhada pelo café. Contudo, durante os períodos de crise econômica e problemas de ordem naturais e estruturais na agricultura, estas famílias, em quase sua totalidade, abandonaram suas atividades ou venderam a propriedade, permanecendo na terra em sua maioria as famílias que diversificavam a produção.

Quanto ao tipo de produto, as famílias camponesas fizeram ao longo do tempo uma grande modificação na propriedade, abandonando algumas culturas tradicionais que oferecem maiores riscos, trocando-os por produtos que além de boa aceitação no mercado, também tem bons preços e facilidade de venda, como frutas e produtos lácteos e animais.

Nessa luta pela camponesa pela permanência ocorreram também modificações na base técnica, na qual houve a substituição das antigas técnicas por novas tecnologias responsáveis pelo aumento da produtividade e da qualidade do produto. Apesar das mudanças na base técnica e na produção, a forma de comercialização permanece a mesma, isto é, a família camponesa é quem faz a venda dos seus produtos, geralmente representada pelo homem, no caso o pai ou o filho mais velho.

Uma alteração ocorrida na atualidade que se confrontada com o passado, é a aquisição de rendas extras, sendo a maioria destas rendas provenientes de aposentadorias, que tem representado um valor muito expressivo para as famílias que as detém, já que muitas famílias têm a necessidade de procurar alternativas que complementem a renda doméstica, fato que, segundo os próprios camponeses era muito raro no tempo dos pais, além renda da produção da unidade de produção.

Todavia, a quase extinção da atividade cafeicultora no município de Dracena, e em consequência no bairro “Maquininha” foi responsável pela maior das modificações, tanto no espaço urbano com o fechamento de muitas máquinas de beneficiamento de café e cereais, deixando vários prédios abandonados, como também modificou o espaço rural, que com o fim da saga do café, muitos camponeses saíram na busca de uma nova atividade econômica que o substituísse, passando por várias tentativas de novas culturas, até chegar a cana-de-açúcar, formando uma nova paisagem com “cenário futurista”, defendido por alguns e odiado por outros, mas que acentuou ainda mais a indefinição agrícola da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Rosemeire Ap. **Identidade, Distinção e territorialização:** O Processo de (Re)Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP – Presidente Prudente, 2002.

BENJAMIN, Roberto Schuray. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz:** gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação. Dissertação (Mestrado em Geografia): FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1998.

CHAYANOV, Alexander Vladimir. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Hennies, 1923.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café**: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917 – 1937). Tese (Doutorado em Economia Aplicada), UNICAMP, Campinas, 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social:** novas configurações do campo brasileiro, **Revista NERA**, ano 7, n° 1, p. 16 a 36, Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 2004

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**, NERA – Núcleos de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Depto. de Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 2005

FONSECA, M. A. S.; MATSUNAGA, M. **Programa de assistência creditícia à cafeicultura em São Paulo.** São Paulo: IEA, 1981. (Relatório de Pesquisa 02/81).

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo,** Revista NERA, ano 7, nº 4,Presidente Prudente, 2004

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional, Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2007

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UNESP. Rio Claro, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2005/06**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KAGEYAMA, Angela. **A crise e estrutura agrária,** a agricultura paulista na década de 30**.** ESALQ/USP. São Paulo, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1968.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, (1989) 1985.

MARQUES, M. **Alguns Pressupostos para a Construção da Geografia Agrária.** Revista do Departamento de Geografia nº 06. FFLCU / USP, 1992

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O Documento da Terra Prometida**. In: **Reforma Agrária, Boletim da ABRA.** Ano X – março/abril, nº 02, Campinas, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Poder do Atraso:** Ensaios de Sociologia da Historia Lenta, São Paulo. Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da Fronteira** – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP.** São Paulo: Vol. 08. Nº 01, Maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo, São Paulo, Edusp, 2000.

MEDEIROS, C M. S. V. **O Produtor Familiar Rural e a Dinâmica Econômica e Social no Espaço Rural da Região de Presidente Prudente nos anos de 1980-90**, Tese (Doutorado em Geografia) USP, São Paulo, 2002.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana. Lima; RODRIGUES, Juliano. Alves. **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil,** XLVI SOBER, Rio Branco – AC, 2008

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Agronegócio: a Nova Maquiagem para o Velho Latifúndio**. LAVRATTI, Edivar, Biblioteca – Textos Reforma Agrária. 2004 – Site www.mst.org.br em 21/01/2006

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Agronegocio e Latifúndio**, FERNANDES, Bernardo M., Biblioteca. 2004 – Site www.mst.org.br em 22/04/2006

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**, 2ª edição traduzida, Hucitec editora – Polis Editora. 1984

MONTEIRO, C. A. de F. **A dinâmica climática e as chuvas do Estado de São Paulo.** Estudo em forma de Atlas. São Paulo. IGEOG / USP, 1973

MONTEIRO LOBATO, José Bento. **"O Grilo"**. In: A Onda Verde. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e universo rural:** A grilagem como legado. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. R. **A fruticultura como alternativa econômica aos produtores rurais:** O caso de Dracena/SP**.** Dissertação de Mestrado, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, AGB, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Estado, ideologia e poder. ***In*** **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Spósito, E. S. (Org.) Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, p. 75-98, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULINO, E. Tomiasi. **Terra e Vida:** A Geografia dos Campos do Norte do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia): FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.

PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PERLI, Fernando. **Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista**, revista Omnia, p. 39 – 45, FAI, 2006/2007

PERLI, Fernando. **História de Junqueirópolis**: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, 2000.

PERLI, Fernando. **História de Santa Mercedes**. Pref. Municipal de Santa Mercedes: mimeo, 1999

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSAS, Celbo A. F. **A cafeicultura no contexto da agropecuária no Extremo Noroeste Paulista.** Dissertação de Mestrado, UNESP, 2002

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café.** São Paulo. ANNABLUME. 1997

SHANIN, Teodor**. La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo** (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor**. A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA - FCT/UNESP. Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

SILVA, J. Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1982

SOUZA, José Gilberto de. Os problemas do avanço da cana em SP, **Jornal UNESP**, Ano XXI, nº 228 Novembro/2007

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980).** Editora Brasiliense, 1986

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma Geografia do Trabalho**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119, 2002. http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**.**São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários - Caxambu, MG. Outubro 1996

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico nº. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Klass. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins Brasília: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/2001**, 2001.

**DOCUMENTOS CONSULTADOS**

Certidão de registro de Imóveis da Fazenda São Manoel e das Marrecas – Cartório de Registro de Imóveis de Lucélia

Escritura de Registro de imóveis de José Spadácio – Acervo familiar

Recibo de quitação das terras da Fazenda Santa Rosa de José Spadácio.